



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA Infância

Três Lagoas/MS





**PLANO MUNICIPAL
PELA PRIMEIRA
Infância**

Três Lagoas/MS



Elaborado pela **Comissão
Intersetorial** pela Primeira
Infância de **Três Lagoas/MS**
2024-2034.

**SEMPRE VEJO ANUNCIADOS
CURSOS DE ORATÓRIA. NUNCA
VI ANUNCIADO CURSO DE
ESCATATÓRIA. TODO MUNDO
QUER APRENDER A FALAR.
NINGUÉM QUER APRENDER A
OUVIR.**

Rubem Alves





APRENDER A SER CRIANÇA

* SÃO MUITOS OS ESTUDOS DA PSICOLOGIA DAS CRIANÇAS. ESTUDAMOS AS CRIANÇAS PARA ENSINÁ-LAS A MANEIRA ADULTA DE SER. NÃO CONHEÇO ESTUDOS QUE TENHAM POR OBJETIVO O CONTRÁRIO: ENSINAR AOS ADULTOS A MANEIRA DE VOLTAR A SER CRIANÇA.

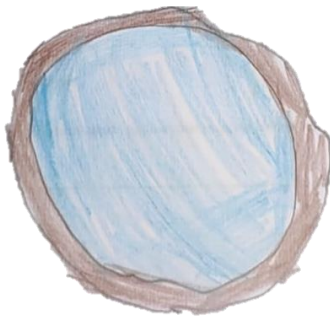
Rubem Alves



O que eu gosto



O que eu não gosto



FICHA TÉCNICA

ORGANIZADORES

Anízia Aparecida Nunes Luz
Vanessa dos Santos Sêna

REVISORES TÉCNICOS

Ana Cláudia Bazé de Lima
Angela Maria de Brito
Anízia Aparecida Nunes Luz
Gilbert Scharnik
Regina Aparecida Marques de Souza
Rosires Magalhães Silva
Terezinha Bazé de Lima
Vanessa dos Santos Sêna

SECRETARIA EXECUTIVA DO PMPI TRÊS LAGOAS/MS

Presidente: Cassiano Rojas Maia
Vice-Presidente: Anízia Aparecida Nunes Luz
Secretária Executiva: Vanessa dos Santos Sêna

REPRESENTANTES DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA E ELABORADORES DO PLANO

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Daiane Caroline Queiroz Ramos Mateus
Suplente: Jacimone de Souza Gomes Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Ana Cláudia Bazé de Lima
Suplente: Angela Maria de Brito

Representantes da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer

Titular: Walter Aparecido da Silva
Suplente: Paulo Henrique Gomes da Cunha

Representantes da Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle

Titular: Gabriel Alves Giannini
Suplente: Angélica Rodrigues da Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Governo e Políticas Públicas

Titular: Silvania de Fátima Bersani
Suplente: Rosires Magalhães Silva

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Bruna Fernanda Barbosa Queiroz
Suplente: Andreia Maria de Lima

Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito

Titular: Caroline Cruz Feliciano
Suplente: Gustavo Henriko Wosch Silva

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: José Alves Pereira Neto
Suplente: Renildo de Souza Almeida

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Anízia Aparecida Nunes Luz
Suplente: Paulo Roberto Friósi

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Titular: Josleidir Viana de Souza
Suplente: Janaina Alves dos Santos

Representantes da Associação Integra Costa Leste

Titular: Terezinha Bazé de Lima
Suplente: Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Representantes do Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento – CINTERCOOP

Titular: Gilbert Scharnik
Suplente: Aline Alencar

Representantes da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

Titular: Neuza Inácio Silva
Suplente: João Paulo Costa de Oliveira

Representantes do Centro Especializado em Reabilitação II – CER II - APAE

Titular: Priscila Carvalho de Araújo
Suplente: Alexandre Abdalla Corrêa Júnior

Representantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Titular: Regina Aparecida Marques de Souza
Suplente: Rozemeiry dos Santos Marques Moreira

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTED

Titular: Maria Aparecida Diogo

Suplente: Isabel de Lourdes Lopes Souza Borges

Representantes da Câmara Municipal de Três Lagoas - Presidência

Titular: Cassiano Rojas Maia
Suplente: Vanessa dos Santos Sêna

Representantes da Comissão de Indústria, Comércio e Agronegócio da Câmara Municipal de Três Lagoas

Titular: Marcus Vinícius Bazé de Lima
Suplente: Núria de Paula Martins de Souza

Representantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Três Lagoas

Titular: Evalda dos Reis Ferreira
Suplente: Angela Nunes Camargo Valentim

Representantes da Promotoria de Justiça da Infância e da Adolescência do Ministério Público, da Comarca de Três Lagoas/MS.

Titular: Sydnei Ferreira Ribeiro Junior
Suplente: Lilian Cristina Marques Dias

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Sthefany Lorena de Souza e Souza

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Marcos Uchôa

COLABORADORES

Giuliano Sávio Queiroz Dias -
Diretoria de Políticas Públicas e

Relações Institucionais da
Secretaria de Governo

Benício Raimundo dos Santos
Júnior – Comunicação do Gabinete
da Prefeitura

Giovani Antônio dos Santos
Barbosa - Comunicação do
Gabinete da Prefeitura

Alex Brito de Souza - Comunicação
do Gabinete da Prefeitura

Silene Aparecida Silva Sacchi -
Diretoria de Comunicação Câmara
Municipal

Ana Maria Rodrigues Barbosa
Raspini Da Fonseca - Diretoria de
Comunicação Câmara Municipal

Carlos Eduardo Xavier - Diretoria de
Comunicação Câmara Municipal

Elisangela Ramos Dos Santos -
Diretoria de Comunicação Câmara
Municipal

Gabriela Alves Costa Fernandes
Ferreira - Diretoria de Comunicação
Câmara Municipal

Gislene De Almeida - Diretoria de
Comunicação Câmara Municipal

Marcelo Barros Fefin - Diretoria de
Comunicação Câmara Municipal

Naiane Quirino De Biazi - Diretoria
de Comunicação Câmara Municipal

Robson Demétrio Trevisan –
Sociedade Civil

Agentes Comunitários de Saúde –
Unidades Básicas de Saúde

Deise Cristina Silva de Camargo –
Centro de Referência Esportiva e
Educativa de Três Lagoas –
CRETL

Mirian Bazé Marquez – Secretaria
de Educação e Cultura

Simoni Hidalgo Dantas – Secretaria
de Educação e Cultura

Nivia da Silva Pereira e Maria Sônia
Luz - Conselho Municipal de
Educação de Três Lagoas

Geovana Corrêa - Diretoria de
Políticas Públicas e Relações
Institucionais da Secretaria de
Governo

Servidores das áreas:
Comunicação, Educação, Saúde,
Assistência Social, CRETL e
demais áreas da Prefeitura
Municipal



DESENHOS

Os desenhos que ilustram esta publicação foram produzidos pelas crianças que participaram dos instrumentos de escuta realizadas no processo de elaboração do plano.



AGRADECIMENTOS

O agradecimento é o reconhecimento de que todo trabalho construído tem muito do “outro”. Impossível realizá-lo sozinho... Por isso agradecemos a todos pelo engajamento e sensibilidade para a concretização deste plano...



Aqui, abrimos um espaço especial para agradecer o sentimento de vínculo e responsabilidade crescente por quem foi e continua sendo nossa maior inspiração...

... às crianças que olham para o mundo e o enxergam de maneira peculiar, conseguem interagir com diferentes situações, por sua beleza, força e desprendimento e que a todo momento nos ensinam a viver as coisas simples da vida...





Sumário

1 APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO.....	18
3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	28
3.1. Uma História	28
3.2. Aspectos Econômicos	30
3.3 Indicadores Educacionais	35
3.4 Indicadores da Saúde	42
3.5 Indicadores da Assistência Social.....	54
4. O TRAJETO PERCORRIDO: contribuições da consulta pública.....	61
4.1. ANÁLISE DAS ESCUTAS: Família, Profissionais da Educação e Crianças.....	64
5. EIXOS PRIORITÁRIOS: PLANEJAMENTO DE METAS/AÇÕES.....	110
6. OBSERVATÓRIO: ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANO.....	134

1 APRESENTAÇÃO

Não há nada como um sonho para criar o futuro.
(Victor Hugo, 1862).

Construir um Plano Municipal em um momento histórico tão delicado, como o período pandêmico, exigiu uma percepção do cenário global, compreendendo os contextos mundial e nacional e os desdobramentos até o nível local. Pois, uma política só se tornará consistente se gerar sentimento de pertencimento. O pertencimento só será produzido, se existir a participação desde a construção ao monitoramento, perpassando todas as etapas de um plano.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é uma iniciativa que busca garantir os direitos e o desenvolvimento integral das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. É uma estratégia que visa promover a implementação de políticas públicas específicas para atender às necessidades das crianças nessa fase crucial de suas vidas.

Importa informar, com o objetivo de melhor entendimento por parte da população participe desse movimento de construção, a necessidade de apresentar de onde surge a discussão de um Plano para a Primeira Infância. Para tanto, pautou-se nos marcos históricos por meio da legislação federal até a legislação local.

Iniciando, apresenta-se as referências nacional e base legal do PMPI que se baseia em diretrizes e parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pela Lei Federal nº 13.257 de 2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância.

Ainda sobre a legislação federal, a Resolução de nº171/2014 do CONANDA estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito municipal, distrital e estadual.

Isso significa que os municípios têm a responsabilidade de elaborar seus planos específicos para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse



sentido dois decretos municipais foram instituídos para subsidiar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de Três Lagoas/MS são eles: o Decreto nº 155/22, criado com o objetivo de instituir uma Comissão Municipal encarregada de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e posteriormente, em 13 de junho de 2023, foi expedido o Decreto nº 554/23, com o objetivo de designar os membros atuantes da Comissão Intersetorial Municipal, responsável pela elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância.

É importante registrar que as primeiras discussões acerca da construção desse Plano tiveram início em 2017 com o advento do Marco Legal da Primeira Infância, simbolizando o compromisso efetivo e afetivo da gestão do Prefeito Angelo Guerreiro com a causa das crianças da cidade das águas, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Com a intersetorialidade que o tema requer, como preconiza o provérbio africano “É necessária uma aldeia para cuidar e educar uma criança” órgãos de defesa da infância também participaram desse movimento de priorizar a primeira infância.

Tendo como uma das premissas da construção do plano o provérbio acima citado, é necessário registrar, nesse breve histórico de apresentação a atuação do Fórum Regional de Educação Infantil Costa Leste, foi um dos parceiros da atual gestão (2017-2020 e 2021-2024), em vários projetos e ações voltados para Primeira Infância, por meio de várias visitas ao Gabinete do Prefeito Angelo Guerreiro foi apresentado a ele pautas acerca de ações para defesa e proteção dos direitos das crianças, com destaque a importância de colocar a primeira infância da cidade de Três Lagoas como Prioridade Absoluta. Dentre as ações o prefeito Angelo Guerreiro assumiu junto ao Fórum de Educação Infantil, a parceria de lançarmos, também, em Três Lagoas o Dia Mundial do Brincar e junto com essa ação, foi levantado a demanda da necessidade de ampliação dos espaços do brincar em nossa cidade. Além dessa demanda ficou acordado a reforma imediata do parque da Lagoa Maior e ainda a necessidade de ampliar os espaços de lazer, recreação e outros espaços destinados ao brincar da criança.

Ao registrar essas ações que precedem a elaboração do Plano, Registra-se, também, que no período da pandemia da COVID-19 foi necessário a suspensão, não só das aulas presenciais, mas também das atividades de diversão, lazer e brincadeiras, primeiramente nos espaços escolares e posteriormente nos espaços públicos, não DESCONHECENDO que o BRINCAR e a convivência humana é o maior ganho para a formação de personalidades comprometidas com uma cultura de paz e de SUSTENTABILIDADE do nosso PLANETA. Passada a pandemia, o Fórum Regional Costa Leste passou a acompanhar e apoiar todas as ações voltadas para a Primeira Infância e vimos o prefeito comprometido com a defesa e a proteção dos Direitos das Crianças da cidade.

Nos dias atuais, ano de 2024, a cidade de Três Lagoas possui um número significativo de praças com parques infantis e academias públicas, além de vários projetos acontecendo em finais de semana nos bairros periféricos da cidade, levando atividades de jogos, brincadeiras, esporte e recreação às crianças. Um marco de grande relevância ocorreu no Ato Solene de Inauguração da Reforma do Parque Infantil da Lagoa Maior, o prefeito na hora de fazer o lançamento e ler a Ordem de Serviço sobre o investimento financeiro em ampliação e diversificação dos brinquedos ele olha para o público e convida uma criança, para assinar o referido documento que representava a ordem de serviço. O menino Gabriel, era um dos mais animados do evento, que no ato do evento pediu ao prefeito a reforma do parquinho estava muito perigoso para crianças. Em poucas palavras disse: “estou muito feliz com esse presente, agora todas as crianças do mundo podem vir brincar aqui, por que o parquinho ficou muito lindo” comemorou.

A partir dessas ações, como por exemplo o Projeto da construção em Três Lagoas da “Cidade da Criança” como forma de priorização de espaços qualificados e destinados às brincadeiras das crianças e somados aos investimentos, reformas e adequações dos espaços da Educação Infantil e a valorização dos Profissionais da Educação Infantil por meio do Prêmio da Infância com o objetivo de premiar profissionais que desenvolvem projetos que visem temáticas para o desenvolvimento integral da criança, tais como diversidade, sustentabilidade, inclusão entre outros.

Diante das ações e investimentos apontados, o Fórum Permanente de Educação Infantil e o Fórum Regional de Educação Infantil Costa Leste, organizaram e atribuíram ao prefeito de Três Lagoas Angelo Guerreiro o Certificado de “Prefeito da Criança” com objetivo de valorizar e dar visibilidade à implementação de ações e políticas que tem resultado em avanços na garantia dos direitos das crianças do município de Três Lagoas.

Após o período pandêmico, estimulado pelo movimento nacional pela primeira infância em que todos municípios deveriam possuir, elaborado democraticamente e intersetorialmente, seus Planos Pela Primeira Infância, a Câmara Municipal de Três Lagoas por meio de seu presidente o vereador Cassiano Maia faz uma indicação DE 17 DE MARÇO DE 2022, ao prefeito municipal para que fosse elaborado o Plano da Infância seguindo o movimento nacional pela primeira infância, com a seguinte justificativa: “Esse Vereador vem há muito tempo promovendo reuniões sobre o PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA, uma bandeira de mandato. Este grupo de discussão é formado por vários membros de diversas entidades da sociedade civil e entes públicos. Solicito ao Executivo a formalização desta comissão, visando dar legalidade e assim criar o PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA para o município de Três Lagoas. Neste tocante, envio minuta em anexo, com membros do Grupo que já discutem o tema nesta Casa de Leis. Câmara Municipal, Sala das Sessões. Três Lagoas, 17 de março de 2022. CASSIANO MAIA Vereador”.

Nesse contexto, em seguida publica-se o Decreto 155 de 2022, que instituiu a Comissão Municipal com seguintes representantes: Secretaria Municipal de Governo e Políticas Públicas; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Conselho Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar; Secretaria Municipal de Finanças, Receita e Controle; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer; Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito; Câmara Municipal de Três Lagoas – Presidência; Comissão de Educação da Câmara Municipal de Três Lagoas; Comissão de Indústria, Comércio e Agronegócio da Câmara Municipal de Três Lagoas; Promotoria Pública; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMS; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE; Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (CINTERCOOP) CRETL Petrobrás; Sindicato dos Trabalhadores em Educação-SINTED; Associação Integra Costa Leste Educação e outros representantes do Poder Judiciário, de outras instituições públicas e associações ou entidades relacionadas a criança, puderam participar da Comissão Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto

Outro decreto de nº 554, de 13 de junho de 2023, foi publicado com o objetivo de designar os membros da comissão para promover e coordenar a elaboração do Plano Decenal Municipal para a Primeira Infância.

A organização deste documento revela dados importantes sobre a realidade de nossas crianças, expostos a partir do diagnóstico elaborado, de consulta pública e escuta de familiares de crianças de 0 a 6 anos de idade, profissionais da Educação Infantil e crianças de 4 a 6 anos de idade, que ofereceu subsídios importantes para aferição das presenças e ausências de equipamentos públicos à disposição da população infantil e que contribuem totalmente na construção da personalidade dos futuros cidadãos desta cidade.

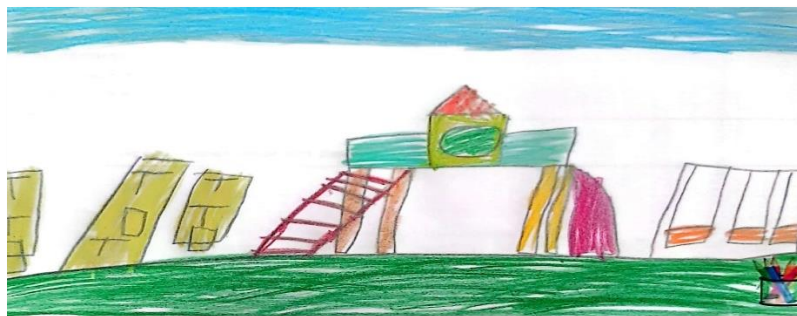
Neste contexto, destacamos que à população, em especial familiares das crianças, foi oportunizada a se expressar e sugerir, o que entende como importante para ser disponibilizado na cidade, quanto às ações e/ou políticas públicas para a Primeira Infância do município de Três Lagoas. Ainda, a atenção especial na escuta das crianças, grandes protagonistas do processo e para quem todos os esforços e construções deste Plano devem atingir. Sujeitos do conhecimento, vivem em comunidade, interagem com o meio e percebem com clareza o que permite fazer o seu ambiente mais feliz. Assim, por meio de uma didática planejada, baseada em atividades lúdicas, puderam participar ativamente da consulta pública.

Aliás, com a sinceridade e a pureza pueril, colaboraram de forma bela e contribuíram com sugestões bastante coerentes.

A “voz” da criança pode ser oralizada ou não. Muitas vezes os desenhos representam arquétipos da vida social e urbana. É preciso alguma técnica e competência pedagógica para ter a percepção através de posturas, identidades e traços, que por vezes denunciam a ausência de direitos ou o desejo pela oportunidade de uma vida melhor. A casa pode representar uma ancoragem, para as que a têm. As árvores podem representar memórias primitivas do período uterino ou uma consciência ecológica e ambiental. O que não nos deixa dúvidas é que toda a expressão servirá de base para políticas públicas de habitação, urbanismo, saúde, educação e tantas outras áreas. As mais de 350 crianças que participaram do processo deixarão um legado poderoso para a cidade. É a voz e a vez das crianças do município de Três Lagoas.

Salienta-se que a participação é a riqueza que traz a consistência e permite a sustentabilidade ao Plano; favorecendo a sua legitimidade como política de estado e não de gestão e que entregará à cidade um legado para o futuro construído a muitas mãos.

Finalmente destacamos que, o sonho de um povo, que valorize a cultura do cuidado em prol de um futuro melhor, nasce como o princípio da competência em colocar afeto na burocracia, de pensar políticas públicas com o coração e de construir, com dedicação e responsabilidade, as melhores e prioritárias metas que serão transformadas a posteriori em ações. É isso que todos os envolvidos neste Plano estão imbuídos de entregar a Três Lagoas. E a entrega deste Plano é apenas o primeiro passo. Toda a sociedade três-lagoense está convidada para também se engajar nessa construção. Vamos juntos?



2 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Três Lagoas (PMPI/TL) tem como objetivo principal apresentar à sociedade três-lagoense um documento estratégico que delinea metas e ações a curto, médio e longo prazo, com o intuito de priorizar a elaboração e a implementação de políticas públicas destinadas à promoção dos direitos das crianças. Este plano é fundamentado nas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Marco Legal da Primeira Infância e pelo Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI).

Ao desenvolver este plano, consideramos os princípios e as exigências legais dos setores de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Proteção. Além disso, levamos em conta as dinâmicas vivenciadas nas diversas relações de convivência familiar e social, reconhecendo a importância de um ambiente acolhedor e estimulante para o desenvolvimento integral das crianças.

O PMPI-TL representa um compromisso coletivo e intersetorial, envolvendo governo, sociedade civil e demais atores sociais na construção de um presente e de um futuro onde os direitos das crianças sejam plenamente respeitados e garantidos. Com ações planejadas e coordenadas, buscamos assegurar que cada criança tenha acesso a oportunidades que promovam seu bem-estar, desenvolvimento, participação social e sua educação, desde os primeiros anos de vida.

Este documento não é apenas um guia de ações, mas um instrumento de mobilização e engajamento, convidando todos os cidadãos de Três Lagoas a se unirem em prol de uma infância digna e protegida. Juntos, podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada criança possa crescer e se desenvolver em um ambiente seguro, saudável e estimulante.

De acordo com PNPI (2020, p. 24):

O Plano Nacional pela Primeira Infância transcende o escopo e o caráter de Plano de Governo. A participação da sociedade na sua construção, a aprovação pelo Poder Legislativo, que aprofunda o sentido democrático e lhe dá aval pluripartidário, o prazo de vigência que transcende os períodos administrativos de mandatos governamentais são fatores que desvinculam o Plano de um determinado partido e de um governo em particular e o ligam às

funções permanentes do Estado na prestação de um serviço essencial para uma população específica: as crianças pequenas. Cada governo o assume como dever político e instrumento técnico firmado como pacto social.

Como podemos verificar na citação acima, o PNPI não é apenas uma diretriz temporária atrelada a um único governo ou partido político. A elaboração do plano contou com ampla participação da sociedade três-lagoense do poder público e privado e da sociedade civil, o que garante que suas metas e ações refletem um consenso social mais amplo.

A apresentação das metas e ações e a aprovação pelo Poder Legislativo aprofunda o sentido democrático e confere ao plano um aval pluripartidário. Quando um plano é aprovado pelo Legislativo, ele passa por um processo de debate e escrutínio que fortalece sua legitimidade e aceitação. Este processo também assegura que o plano tenha apoio de diferentes partidos políticos, o que é crucial para sua continuidade e implementação, independentemente de mudanças de governo. Isso reforça a ideia de que a promoção dos direitos das crianças é uma prioridade constante e duradoura, independente de quem esteja no poder.

O prazo de vigência que transcende os períodos administrativos de mandatos governamentais é um aspecto vital, pois garante que as ações e metas estabelecidas no plano não sejam interrompidas por transições de governo. Isso dá ao plano um caráter de estabilidade e continuidade, essencial para a implementação eficaz de políticas públicas de longo prazo.

Cada governo o assume como dever político e instrumento técnico firmado como pacto social. Esta última parte ressalta que, ao adotar o PMPI, cada governo se compromete politicamente e tecnicamente a implementar as diretrizes do plano. O plano é visto como um pacto social, o que significa que ele representa um compromisso coletivo da sociedade para com as crianças pequenas, reconhecendo-as como uma população específica que necessita de cuidados, educação de qualidade e políticas dedicadas.

Importante considerar, neste contexto, sobre o investimento na primeira infância, em que cada Secretaria Municipal é responsável pelo atendimento da criança e



deverá prever dotação orçamentária específica para garantir o financiamento dos programas, serviços e ações previstos no Plano Decenal para a Primeira Infância do município de Três Lagoas.

Assim, a consulta pública possibilitou o entendimento das prioridades para a Primeira Infância de Três Lagoas e proporcionou a elaboração de metas e ações do presente plano. Neste contexto, o Plano ora apresentado objetiva alcançar os compromissos firmados, os quais colocam a criança como sujeito de direitos, portanto, prioridade absoluta. Conforme preconiza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os princípios legais foram reforçados no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.169 (ECA/ 1990):

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Dando continuidade à Lei nº. 13.257/2016 do Marco Legal da Primeira Infância, que dispõe sobre as políticas públicas, estabelece princípios e diretrizes para a primeira infância “em atenção a especificidade e a relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano”. Destaca-se ainda o artigo 5º:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Parágrafo único. Será conferida às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos referidas no § 2º do art. 3º desta Lei prioridade absoluta na oferta de



serviços, apoios e recursos necessários ao seu pleno desenvolvimento infantil. (Incluído pela Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024).

Ainda, o artigo 10º do Marco Legal da Primeira Infância referência:

Os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança.

De acordo com as legislações destacadas, o PMPI/TL está em plena conformidade com as normas legais vigentes. Ele assegura um trabalho contínuo e de qualidade, sob a responsabilidade conjunta de toda a sociedade. As bases legais mencionadas, incluindo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Marco Legal da Primeira Infância, estabelecem um arcabouço robusto que orienta e legitima as ações propostas no PMPI-TL. Essas leis não apenas fornecem uma fundamentação jurídica sólida, mas também reforçam o compromisso coletivo de garantir os direitos das crianças, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento integral. Desta forma, o PMPI/TL se apresenta como um instrumento eficaz e essencial na implementação de políticas públicas que visam a proteção e promoção dos direitos das crianças em Três Lagoas.

É importante destacar que em maio de 2002, a 27ª Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas aprovou o documento “Um Mundo para as Crianças”. Na ocasião o Brasil também assinou o documento, no qual os Chefes de Estado, de Governo e representantes dos países participantes se comprometeram a trabalhar para construir um mundo mais justo para as crianças. O compromisso foi reafirmado: um Brasil mais justo para as suas crianças.

Inspiramo-nos também nos compromissos assumidos por líderes mundiais na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, em 2002. Como afirmaram os Chefes de Estado e de Governo:

Estamos decididos a aproveitar esta oportunidade histórica para mudar o mundo para as crianças. Convocamos todos os membros da sociedade para juntarem-se a nós em um movimento mundial que contribua à criação de um mundo para as crianças, apoiando-nos nos compromissos com os princípios e objetivos seguintes: colocar as crianças em primeiro lugar; erradicar a pobreza – investir na infância;

não abandonar nenhuma criança; cuidar de cada criança; educar cada criança; proteger as crianças da violência e da exploração; proteger as crianças das guerras; combater o HIV/Aids (proteger as crianças); ouvir as crianças e assegurar a sua participação; e proteger a Terra para as crianças.

Assim, o PMPI/TL reflete esses princípios globais, adaptando-os às necessidades e realidades locais, e reafirma o compromisso de toda a sociedade três-lagoense em garantir um futuro melhor para nossas crianças e evidencia os Objetivos do Desenvolvimento do milênio no Brasil.

A magnitude dos desafios que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 nos apresentam acende o alerta: ainda há muito a ser feito. Os países, o Brasil entre eles, têm até 2030 para alcançar os 17 objetivos com os quais se comprometeram. Essa agenda é de indiscutível importância também para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Esses Objetivos são parte de um acordo internacional para promover o desenvolvimento sustentável em nosso planeta. A Resolução que estabelece os ODS foi assinada por 193 países em 25 de setembro de 2015. O Brasil foi um dos países protagonistas desse acordo, por meio da sua atuação diplomática e pelo diálogo com os Ministérios.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são:

1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. A pobreza afeta diretamente o bem-estar das crianças, limitando seu acesso as necessidades básicas como alimentação, saúde e educação.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Crianças bem alimentadas têm melhor desempenho escolar e são mais saudáveis.
3. Saúde e Bem-Estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade, promovendo o bem-estar para todos, em todas as idades. A saúde das crianças é fundamental para seu crescimento e desenvolvimento.
4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva, equitativa, de qualidade promovendo oportunidades de aprendizagem

ao longo da vida. Educação é um direito básico que abre portas para um futuro melhor para as crianças.

5. Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Garantir que meninas tenham as mesmas oportunidades que meninos é crucial para o desenvolvimento social.

6. Água Potável e Saneamento: Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. Acesso à água potável e ao saneamento adequado previne doenças e melhora a qualidade de vida das crianças.

7. Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. Energia limpa reduz a poluição, beneficiando a saúde e o meio ambiente.

8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos. Famílias economicamente estáveis podem prover melhor para suas crianças.

9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva, sustentável e fomentar a inovação. Infraestrutura de qualidade, como escolas e hospitais é essencial para o desenvolvimento infantil.

10. Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. A redução das desigualdades proporciona um ambiente mais justo e equitativo para o desenvolvimento das crianças.

11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Cidades seguras e sustentáveis são fundamentais para o bem-estar das crianças.

12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Práticas sustentáveis garantem recursos para as gerações futuras.

13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. A preservação do meio ambiente é crucial para o futuro das crianças.
14. Vida na Água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Ambientes aquáticos saudáveis são essenciais para a biodiversidade e a segurança alimentar.
15. Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Crianças dependem de um ambiente saudável para seu desenvolvimento.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Sociedades pacíficas e justas são essenciais para o desenvolvimento seguro das crianças.
17. Parcerias e Meios de Implementação: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Colaborações globais garantem recursos e suporte necessários para alcançar os ODS.

O PMPI de Três Lagoas alinha-se a esses objetivos, refletindo o compromisso local com a promoção dos direitos e do bem-estar das crianças e adolescentes.

E por fim, a lei nº. 14.880, de 04 de junho de 2024, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três anos (Atenção Precoce) e para determinar a prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares as crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e as crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento.

Importante ressaltar que os diálogos também se pautaram na parceria com profissionais renomados que ampliaram o conhecimento de determinados temas por meio de três Audiências Públicas, sendo elas:

Marco Legal da Primeira Infância: Base legal e pressupostos de ação: A audiência foi realizada no dia 22 de maio de 2017, organizada pela Câmara Municipal em parceria com o Fórum Regional de Educação Infantil Costa Leste, com o objetivo de apresentar a lei n. 13.257 denominada de Marco Legal da Primeira Infância e debater Políticas Públicas para o desenvolvimento integral preconizado pelo Marco Legal da Primeira Infância. Foram palestrantes: Antonio José Angelo Motti, professor mestre da UFMS, e Ordália Alves de Almeida, professora doutora da UFMS e representante da Rede Nacional pela Primeira Infância por Mato Grosso do Sul.

Plano Municipal pela Primeira Infância: Realizada pela Câmara Municipal no dia 30 de junho de 2022, com o palestrante Vital Didonet, professor, especialista em Educação Infantil e políticas públicas pela Primeira Infância e membro consultor da Rede Nacional pela Primeira Infância, que apresentou, remotamente, princípios norteadores para a construção de um plano eficiente pautado nas recomendações nacionais.

Crianças com Deficiências na Primeira Infância: Realizada pela Câmara Municipal no dia 05 de abril de 2023, com a palestrante Liliane Garcez, mestre em educação, psicóloga e administradora pública com experiência em formação continuada orientada para inclusão como Direito Humano. Na oportunidade apresentou e debateu a importância do diálogo entre educação, saúde e família.

Ainda, contamos com o Seminário: Promoção dos Direitos da 1ª Infância, realizado por CRETL e Câmara Municipal em 23/11/2022, com a palestrante Maria Aparecida Freire Couto, Secretária Nacional da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI), cuja temática foi voltada à formação continuada de profissionais da primeira infância com a demonstração de uma plataforma e as ferramentas para realização de um curso de aperfeiçoamento de 120h e apresentação da estrutura do Observatório da Primeira Infância de Três Lagoas.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Três Lagoas é organizado em seções que visam proporcionar uma visão abrangente e detalhada das diretrizes e ações planejadas para promover o desenvolvimento integral das crianças no município. A estrutura do plano é delineada de acordo com as seguintes seções:

Caracterização do município, esta seção apresenta uma contextualização fundamental para compreender o ambiente em que o plano será implementado, tendo se subdividido para abordar a trajetória histórica de Três Lagoas, destacando aspectos relevantes que influenciam o cenário atual. Traz também sobre os aspectos econômicos, que analisa a economia local, identificando fatores econômicos que impactam diretamente as condições de vida das famílias e, conseqüentemente, das crianças.

Em seguida, encontra-se os Indicadores Educacionais que apresentam dados e análises sobre o sistema educacional do município, incluindo taxas de matrícula, infraestrutura escolar e qualidade da educação infantil.

O Indicadores de Saúde que detalha informações sobre o estado de saúde da população infantil, como cobertura de serviços de saúde, índices de vacinação e principais desafios em saúde pública.

Indicadores da Assistência Social que discutem aspectos relacionados à proteção social das crianças, incluindo programas e serviços disponíveis para famílias em situação de vulnerabilidade.

Temos na segunda seção as contribuições da consulta pública, esta seção destaca o processo participativo que moldou as diretrizes do plano, com as análises das escutas dos Profissionais da Educação, Familiares e Crianças destacando as principais demandas e expectativas coletadas.

A terceira seção é responsável por apresentar o Planejamento de Metas e Ações. Esta seção detalha os principais eixos temáticos e as ações estratégicas planejadas: A Criança e a Assistência Social; A Criança e a Educação Infantil; A Criança e a Saúde; A Criança e o Planejamento; e Proteção da Criança.

Cada subseção aborda estratégias específicas para fortalecer as áreas prioritárias relacionadas ao bem-estar e desenvolvimento das crianças no município.

Na quarta seção temos a apresentação do Observatório da Primeira Infância de Três Lagoas/MS. Este último ponto destaca a importância do acompanhamento contínuo e da transparência no processo de implementação do plano. Temos a subseção que traça a organização do acompanhamento, monitoramento e transparência.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Três Lagoas foi uma construção coletiva, de muitas idas e vindas, mostrando como diz o poeta Manoel de Barros (Compêndio para uso dos pássaros - 1961),

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou — eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre
portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.
Perdoai.
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas



3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

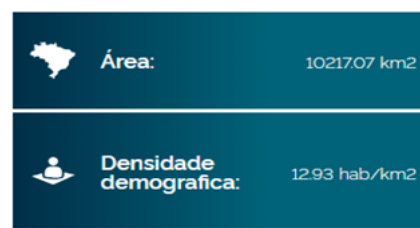
3.1. Uma História

O nosso olhar, muitas vezes desavisado, provoca-nos ao exercício sensível para compreender como a criança vê, observa e sente o mundo a sua volta. Nesta perspectiva procuramos apresentar, o município por meio da caracterização de seus espaços físicos e econômicos, procurando conhecer os setores de atuação e as possibilidades de fortalecimento ou planejamento de novas ações, considerando “os elementos essenciais dos caminhos das crianças”. Conforme, nos remete o Plano Nacional pela Primeira Infância (2020, p. 110)

As crianças extrapolam os limites destes espaços que lhes são concedidos, brincando com os equipamentos urbanos, por meio de sua inerente ludicidade, fazendo da cidade o seu próprio brinquedo. Os arbustos, as pedras, as árvores, o rio, os pássaros, entre outros, são elementos que passam desavisados aos olhos do adulto, mas fazem parte dos elementos essenciais dos caminhos das crianças.

Assim, apresentamos Três Lagoas, nossa cidade está localizada na região leste de Mato Grosso do Sul, conhecida, também, como Costa Leste, sua Área e Densidade demográfica é demonstrada na figura:

Figura 1 – Área e densidade demográfica



Fonte: IBGE 2022.

Ela situa-se em um entroncamento das malhas viárias, fluvial e ferroviária do Brasil, possui acesso privilegiado às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país e, faz divisa com países da América do Sul, além de algumas cidades do próprio Estado como Brasilândia, Água Clara e Selvíria. Ainda, possui dois distritos: Arapuá e Garcias. E, em sua divisão geográfica, possui aproximadamente cinquenta bairros.

Um fato importante e considerável é que o município, também, se situa sobre o maior lago subterrâneo do planeta, o Sistema Aquífero Guarani. Assim como com os rios subterrâneos, a água do Sistema vem facilmente à tona em escavação. A água potável do município é retirada de seus rios subterrâneos, sendo considerada de boa qualidade. Estas características relacionadas à

quantidade de recursos hídricos ao seu dispor, concederam ao município o título de Cidade das Águas.

Figura 2 – Mapa de Três Lagoas

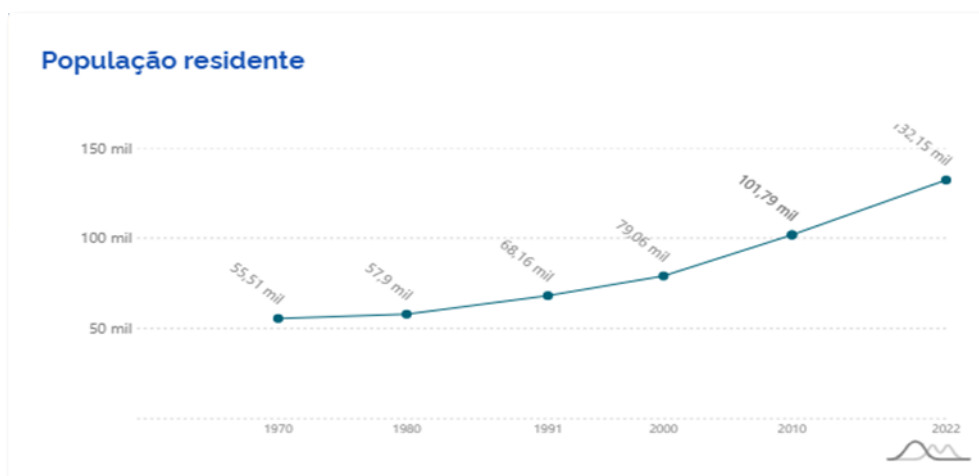


Fonte: IBGE 2022.

Três Lagoas foi fundada em 15 de junho de 1915, sua colonização iniciou-se na década de 1880 por Luís Correia Neves Neto, Antônio Trajano dos Santos e Protásio Garcia Leal. Seu nome origina-se das três lagoas que existem na região central. Desde sua criação, o município tem crescido demograficamente de maneira linear e progressiva.

No censo demográfico de 1940, a cidade tinha 15.378 habitantes. Vinte anos depois, a população atingia 31.690 habitantes e, em 1991, possuía 68.162 habitantes. Em 2000, a população totalizava 79.000 habitantes e, no censo de 2010, havia 101.722 habitantes. De acordo com estimativas do IBGE de 2015, possuía uma população de 113.619 habitantes. Hoje, com base em dados do IBGE de 2022, o município possui 132.152 habitantes. A figura abaixo, apresenta, de maneira ilustrativa, o crescimento da população residente da cidade desde o ano de 1970 até o ano de 2022.

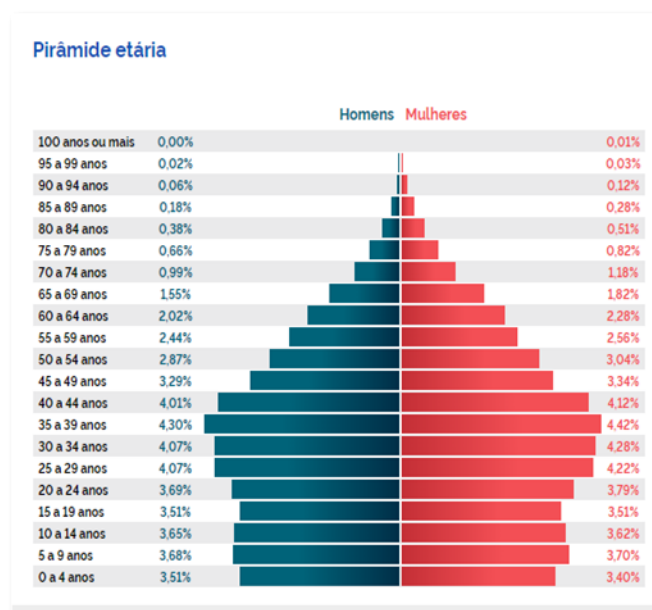
Figura 3 – População Residente



Fonte: IBGE 2022.

Continuando, a característica populacional de Três Lagoas, a concentração predominante da população reside em área urbana com 95%, e 5% em área rural sendo, atualmente, o 3ª município mais populoso de Mato Grosso do Sul, além de ser o 265º maior município brasileiro e o 16º maior município do Centro-Oeste do Brasil.

Figura 4 – Pirâmide Etária



Fonte: IBGE 2022.

Registra-se que, além do crescimento populacional esperado, outros indicadores revelam a concentração de pessoas na faixa adulta, conforme se apresenta pela Pirâmide Etária. Existem mais mulheres entre 35 e 39 anos no município, sendo que o gênero masculino é maior apenas entre a população infanto juvenil, de 0 a 4 e 10 a 19 anos de idade.

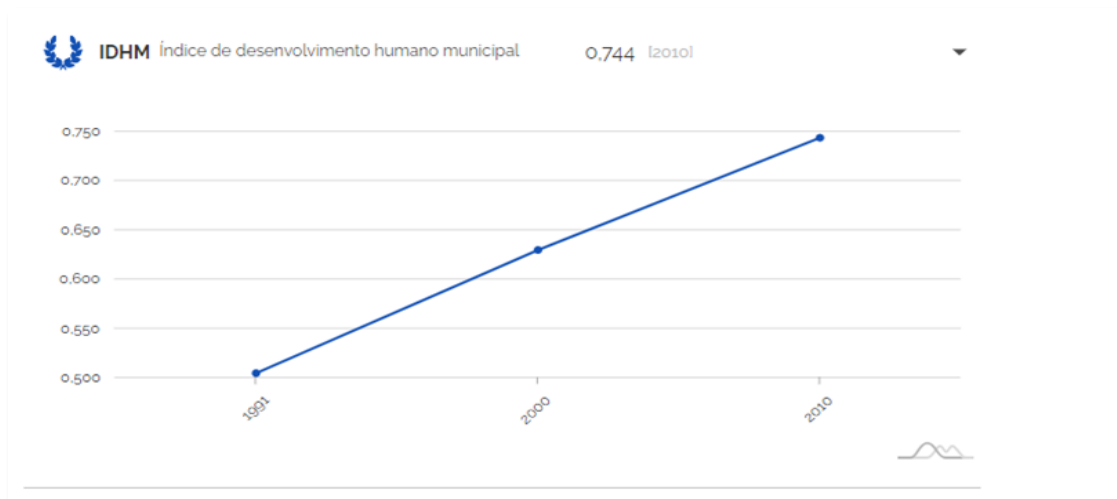
3.2. Aspectos Econômicos

Quanto aos aspectos econômicos, em 2021, o salário médio mensal era de 3 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32,86%. Na comparação com os outros municípios do estado, referente ao salário médio mensal, Três Lagoas figurava na 5ª posição dentre os 79 municípios e na 7ª em proporção às pessoas ocupadas.

Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) referem-se à pesquisa realizada pelo Programa de Desenvolvimento pelas Nações Unidas

(PNUD) em 2010, no qual o município obteve nota IDH 0,744, classificado como alto e atribuindo a 4ª colocação em IDH no estado e 667º no país. Em comparação às pesquisas anteriores, obteve-se nota 0,630 em 2000 e em 1991 nota 0,505, mostrando a melhoria do desenvolvimento em Três Lagoas, conforme figura abaixo.

Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: IBGE 2022.

De acordo com dados do Site Cidades@, em 2021, o PIB per capita era de R\$ 104.352,29. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 6 de 79 e na 185 posição de 5570 entre todos os municípios do país. O quadro abaixo representa a soma dos bens e serviços finais produzidos no município.

Figura 6 – PIB – Produto Interno Bruto

PIB – Produto Interno Bruto	
Três Lagoas-MS	R\$ 13,0 bilhões
PIB Per capita	R\$ 104.352,29
PIB Industrial	50,7%
PIB Serviços	21,6%
PIB Agro	9,8%
PIB Adm. Pública	7,6%
PIB Impostos	10,3%

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia/TL - 2024.

Em referência ao crescimento industrial de nosso município, de acordo com a página do site da Prefeitura, corresponde a 50% da exportação industrial de Mato Grosso do Sul, sendo os principais itens a celulose e o farelo de soja. Importante destacar que as indústrias têm sido um dos principais motores, com investimentos significativos em segmentos como papel e celulose. Essa expansão não apenas cria empregos, mas também atrai profissionais qualificados e novos empreendedores, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico.

O município também apresenta crescimento em importação, tendo como principais produtos de consumo industrial os materiais têxteis, cereais e siderurgia. Possui, cerca de 3 mil empresas instaladas e 54 indústrias de grande e médio porte.

Apesar de ser denominada a Capital Mundial da Celulose, Três Lagoas têm, em seu Distrito Industrial a maior fábrica brasileira de refrigeradores e deve ter, em breve, a maior indústria da América Latina de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-3) da Petrobras.

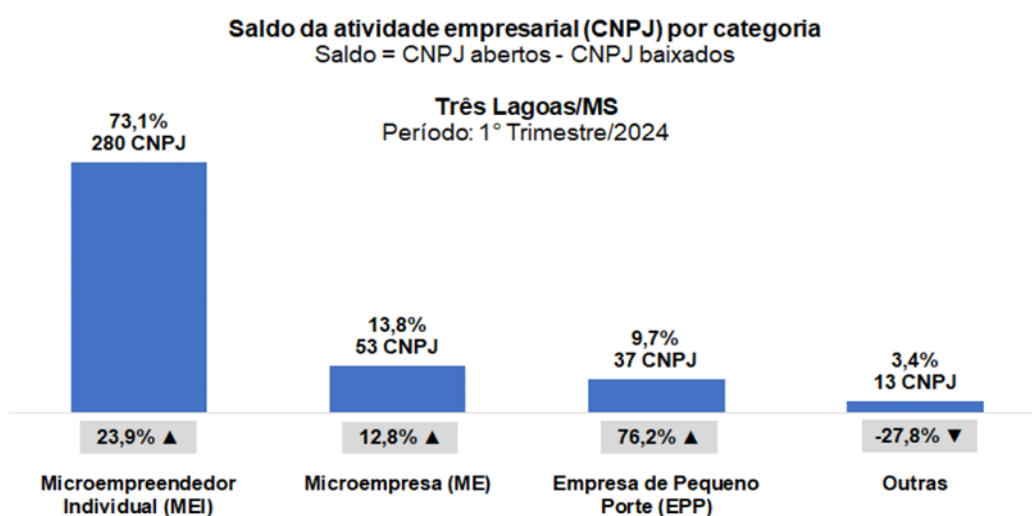
A seguir, apresentamos os quadros abaixo, com a finalidade de ilustrar, os indicadores da Atividade empresarial relacionadas ao município. A base destes indicadores foi construída pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia/TL, conforme segue.

Figura 7 – Total de Empresas

Total de empresas ativas no município de Três Lagoas/MS em março de 2024	14.667 CNPJ
--	--------------------

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia/TL - 2024.

Figura 8 – Saldo da atividade empresarial



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia/TL - 2024.

Figura 9 –Atividade empresarial

Atividade Empresarial (CNPJ) no MS por categoria

Ranking dos municípios com o melhor desempenho

Ano: 2024

Período: 1º Trimestre

Municípios	MEI	ME	EPP	Outras	Total Geral
# MATO GROSSO DO SUL	5.015	655	466	195	6.331
1 Campo Grande	2.333	260	182	65	2.840
2 Dourados	489	93	48	22	652
3 Três Lagoas	280	53	37	13	383
4 Ponta Porã	194	14	12	4	224
5 Chapadão do Sul	104	24	6	3	137
6 Naviraí	89	22	5	9	125
7 São Gabriel do Oeste	86	9	5	7	107
8 Nova Andradina	69	13	18	4	104
9 Corumbá	77	11	13	-3	98
10 Paranaíba	68	23	4	2	97

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia/TL - 2024.

Quanto ao Meio Ambiente, o site Cidades@ traz informações e destaca que Três Lagoas, no ano de 2010, constituía em sua formação 52.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Esta temática nos faz lembrar de uma importante referência do PNPI (2020, p. 107), quando registra que o ambiente não é apenas um dado:

ele é um complexo de significados que entram na formação da pessoa que nele vive e com ele interage. O espaço não é neutro: fala pela forma como está disposto e organizado, pelas suas cores e pelos seus cheiros, pelos seus barulhos, ruídos e silêncios. Ele define a relação entre as pessoas, desafia ou inibe iniciativas, suscita ou restringe movimentos. O ambiente é o “terceiro professor” da criança.

Vimos que Três Lagoas é uma cidade em plena expansão populacional e transformação espacial e compreender a dinâmica desse crescimento é fundamental para a formulação e implementação de Políticas Públicas para o respeito ao desenvolvimento da Primeira Infância, neste contexto, importante pensar na qualidade dos espaços e o que oportunizam para o crescimento de nossas crianças, considerando desde o espaço de sua casa, ao saneamento básico até as áreas de lazer e convivência comunitária. Pois, partimos do princípio de que a criança interage diretamente com o meio em que vive, inicialmente no cenário doméstico para em seguida ampliar sua exploração e conhecimento do mundo para além “dos seus quintais”.

Neste momento, impossível não nos sensibilizarmos com as palavras de Manoel de Barros, por meio de sua linguagem metafórica que nos diz,

[...] se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes cranceiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. (2015, p. 18)

Partindo do olhar do poeta podemos entender que o ambiente com o qual a criança constrói suas experiências/vivências, deve fornecer a ela as condições necessárias de extrapolar os limites dos muros, para que conheçam os espaços e equipamentos urbanos de sua cidade e vivam plenamente suas infâncias.

Com este olhar, dentro dos equipamentos públicos, podemos apontar de forma positiva as áreas de lazer e os espaços para brincar de Três Lagoas, como: praças, parquinhos, academia, quadra de areia, campo de futebol e quadra poliesportiva.

Na construção deste Plano, acreditamos estar no caminho necessário para o desenvolvimento de uma cidade como espaço de múltiplas possibilidades e

principalmente acolhedora para a Primeira Infância, pois a presença das crianças nos espaços públicos, em sua essência, sinaliza a existência de atividade no ambiente urbano e, portanto, um indicador de uma cidade inclusiva a todos.

3.3 INDICADORES EDUCACIONAIS



*Cuidar das crianças é cuidar dos começos.
(Paulo Focchi, ano)*



Três Lagoas, como 3º município mais populoso de Mato Grosso do Sul, se apresentam no crescimento da oferta de Educação Infantil, proporcional ao seu aumento populacional. Segundo o Censo Demográfico de 2022, a

cidade possui 12.910 crianças entre 0 e 6 anos, na faixa etária da Primeira Infância.

Para fins de caracterização da Educação neste Plano Municipal da Primeira Infância, faremos interpretações frente aos dados, considerando os dados por faixa etária:

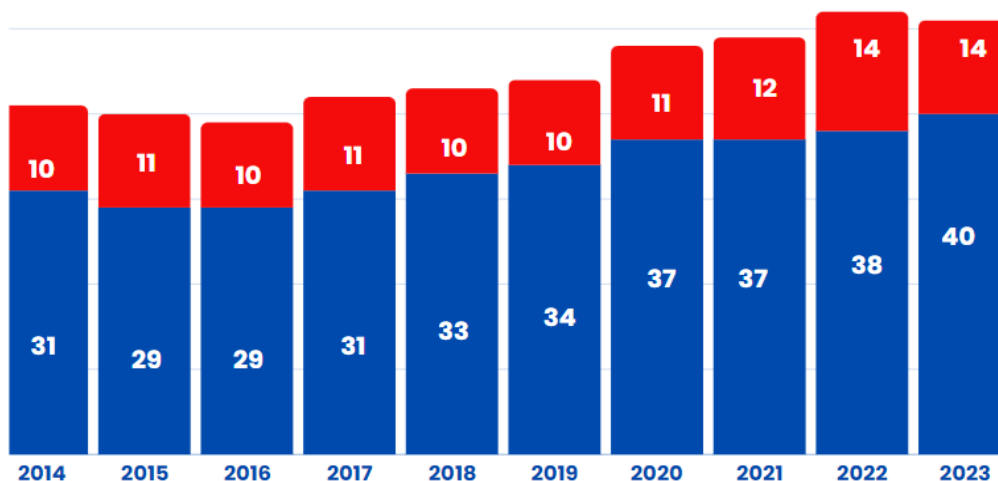
- **0 a 3 anos: 7.180 bebês e crianças em idade de creche.**
- **4 e 5 anos: 3.889 crianças em idade de pré-escola.**
- **6 anos: 1.841 crianças, divididas entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.**

A população da Primeira Infância atendida, em instituições públicas ou privadas, se distribui pelas 54 Unidades de Ensino em atividade no município. Abaixo,

detalhamos o crescimento das Redes de Ensino para atender essa faixa etária.

Figura 10 – Evolução do Número de Escolas

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS POR REDE
DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2023**

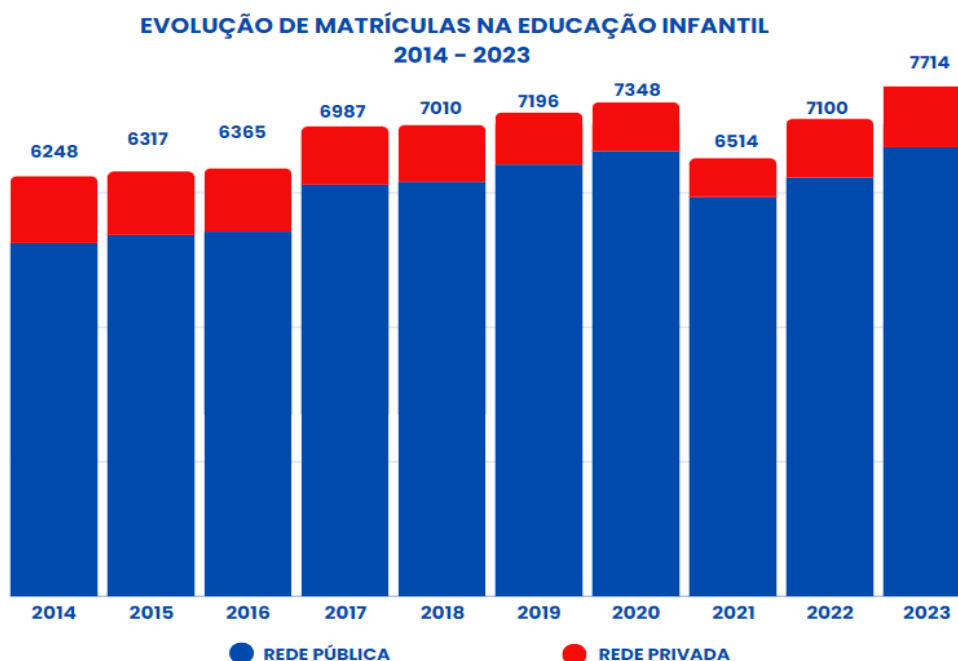


Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

Ao analisarmos os dados, percebemos um crescimento na oferta de vagas para a Primeira Infância em Três Lagoas. No entanto, é importante considerar que a matrícula em creches (0 a 3 anos) é facultativa para as famílias. Isso significa que parte das crianças nessa faixa etária frequentam instituições não formais, como brinquedotecas ou berçários. Dessa forma, o diagnóstico apresentado neste documento se concentra nas crianças matriculadas em Escolas de Educação Infantil e Centros de Educação Infantil em Três Lagoas.

O quadro a seguir apresenta a evolução das matrículas para crianças da Primeira Infância em Três Lagoas, de acordo com os dados das instituições educacionais:

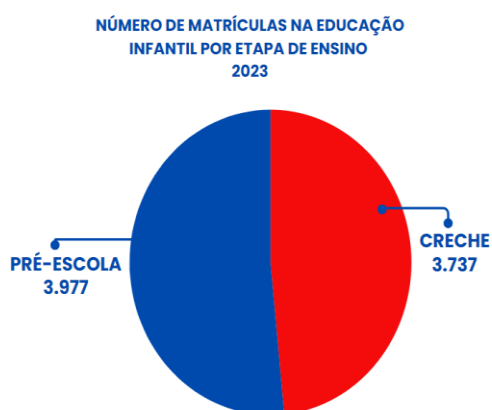
Figura 11: Evolução de Matrículas



Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

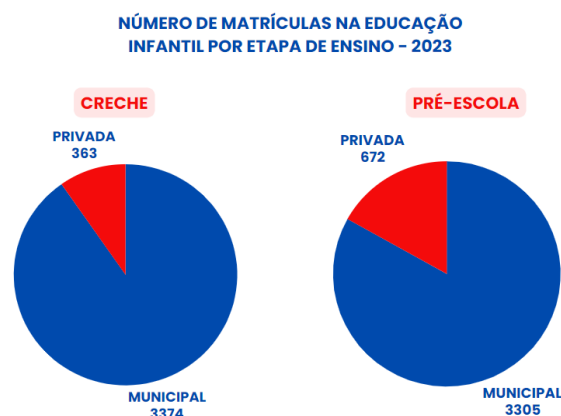
Os dados evidenciam uma redução de matrículas em 2021 devido à COVID-19, seguida de uma recuperação em 2022 e um crescimento significativo em 2023, com mais de 600 matrículas efetivadas. Além disso, no mesmo ano, foram inauguradas 02 novas Unidades de Ensino, o que contribuiu para o aumento na oferta de vagas.

Figura 12: Número de matrícula por etapa



Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

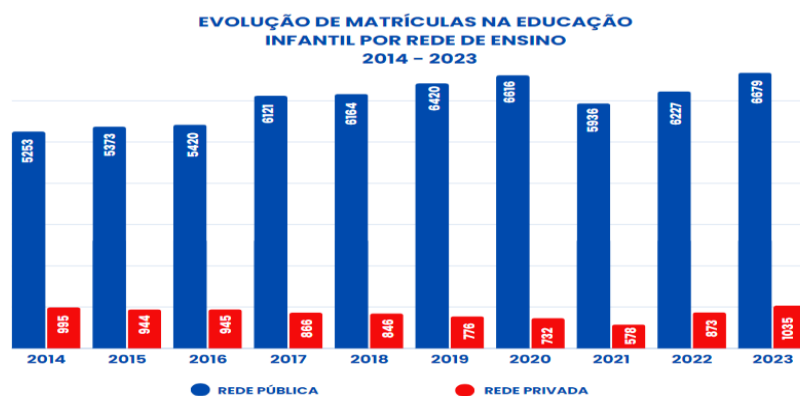
Figura 13: Número de matrículas por etapa e Rede



Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

Em 2023, as 7.714 matrículas na Educação Infantil, foram distribuídas entre turmas de Creche e de Pré-Escola. Ao analisar esse indicador, observamos que o número de turmas com obrigatoriedade de matrícula, de acordo com a legislação educacional vigente – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1.996), é maior do que a população de 4 e 5 anos do mesmo período. Isso ocorre porque nesse grupo também estão incluídas crianças de 6 anos que continuam na educação infantil. É importante ressaltar que as matrículas que não são de turmas obrigatórias, de acordo com a mesma legislação (LDB/1996), possuem quantidades próximas às turmas obrigatórias. Isso indica a demanda da população adulta ao optar por matricular crianças de 0 a 3 anos. Portanto, o acesso a vagas em creches é um desafio para a educação no município de Três Lagoas.

Figura 14: Evolução de matrículas por ano e Rede

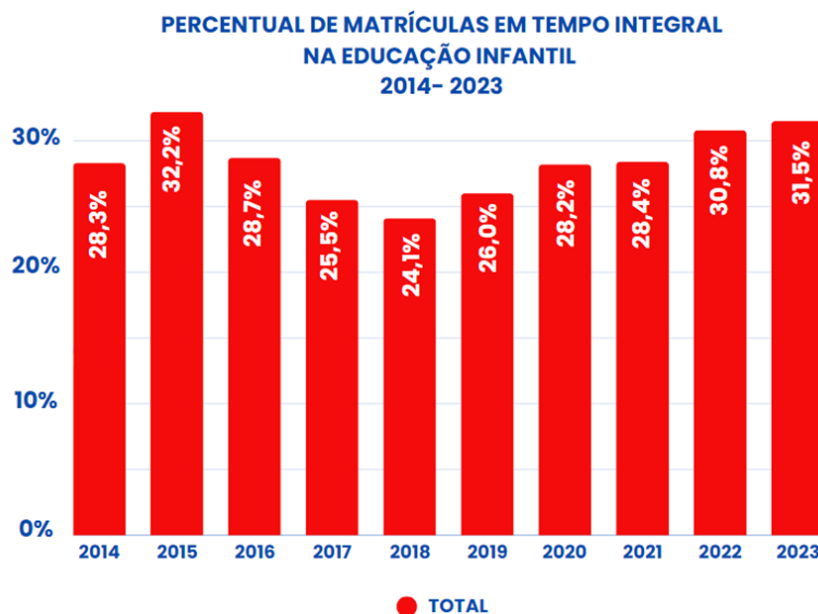


Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

Este quadro demonstrativo da distribuição de matrículas entre Redes Pública e Privada, apresenta a maior concentração na Rede Pública Municipal, que exige planejamento por parte do Executivo Municipal para a previsão orçamentária que assegure crescimento na oferta de vagas, tendo em vista que a população que usa deste serviço se concentra na Rede Municipal de Ensino.

No quadro abaixo, apresentamos outro indicador importante para prevermos políticas públicas para a Primeira Infância no âmbito da Educação, que é a oferta de vagas em turmas de tempo integral.

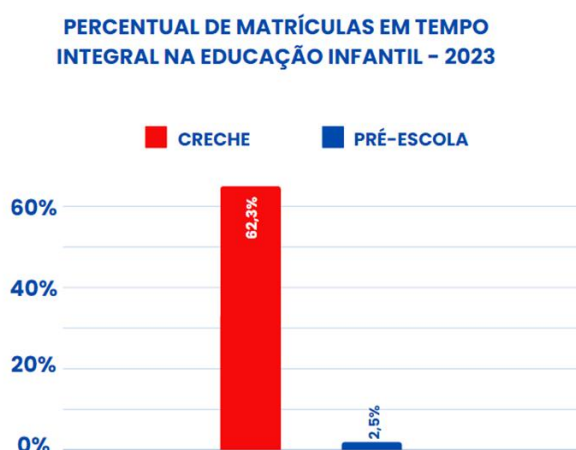
Figura 15: Percentual de matrículas por ano em tempo integral



Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

A ampliação do atendimento em Tempo Integral vem acontecendo ano a ano em nosso município, conforme previsto nas Metas 1 e 6 do Plano Municipal de Educação. Entretanto, para se manter o crescimento, é necessário ampliar Unidades de Ensino, construir novas Unidades e ainda, prover de infraestrutura material e de recursos humanos para o atendimento das crianças em jornada ampliada, que requer previsão orçamentária para este fim, considerando o crescimento populacional e mapeando os territórios que apresentam maiores demandas.

Figura 16: Percentual de matrículas em tempo integral/2023



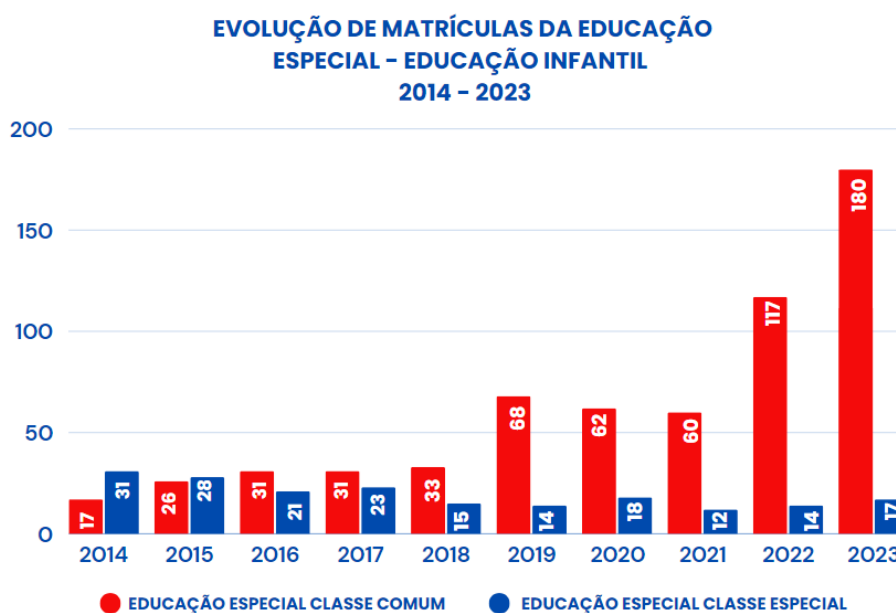
Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

A partir das análises da realidade do município, deparamo-nos com um desafio no que diz respeito a oferta de tempo integral para crianças da Primeira Infância. Esse desafio se dá, pois, a maior concentração está em turmas de creche, na qual é oferecido atendimento às crianças de 0 a 3 anos em turmas com menor número de matrículas. Evidencia-se, assim, a necessidade de maior quantitativo de adultos em virtude da dependência da atenção deste profissional no processo de cuidar e educar. Portanto, a ampliação de matrículas em tempo integral é um desafio que requer planejamento do financiamento ao currículo.

Outro indicador da Primeira Infância na Educação, que se apresenta como dado crescente, são as crianças da Educação Especial. Ao analisarmos os dados históricos, percebemos o aumento significativo no período pós-pandemia. Esta demanda na oferta e atendimento das crianças, pressionou as Redes de Ensino a organizarem ações para atender o crescimento repentino em 2022, com continuidade em 2023 e 2024, conforme o quadro apresentado.

As famílias que buscaram identificar as necessidades educacionais especiais de seus filhos, em parceria com os profissionais das Unidades de Ensino, foram se organizando para que o atendimento das crianças, correspondesse as necessidades delas.

Figura 17: Evolução de matrículas da educação especial



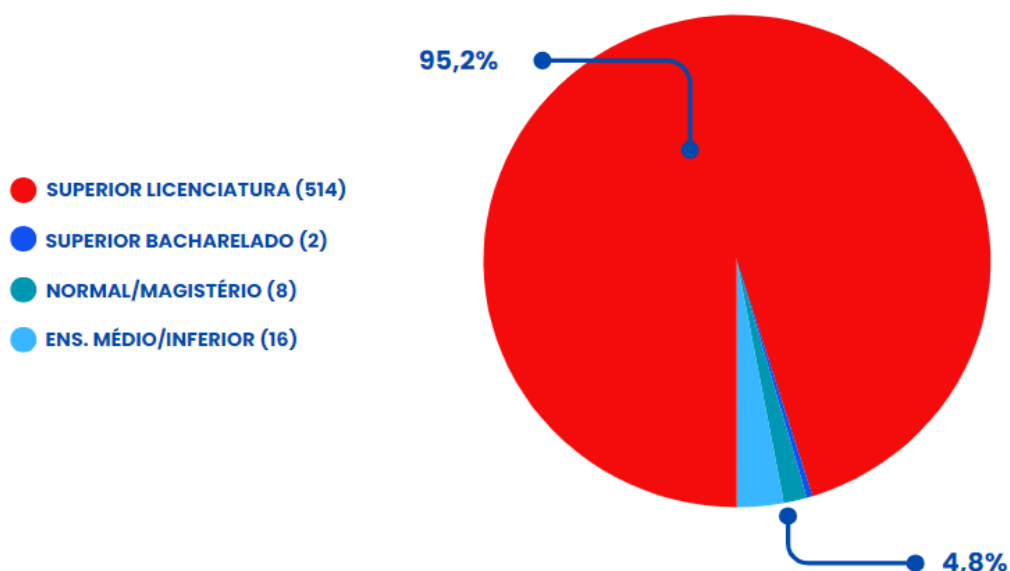
Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

Na REME, foram ampliadas equipes na Secretaria de Educação e Cultura para apoio às Unidades de Ensino e, de forma inédita, se estabeleceu uma nova função que exigiu seleção de profissionais por meio de Processo Seletivo Unificado, pois o modelo de atendimento que existia, já não supria a demanda crescente de estudantes público da Educação Especial e, que necessitava de atendimento por profissional qualificado.

Nesta perspectiva de profissionais qualificados para atendimento as crianças, é o dado que se apresenta no próximo gráfico, gerado a partir de informações do INEP/Censo Escolar, que demonstra a formação inicial dos professores de bebês e crianças em nosso município. Este dado é de extrema relevância, pois, por meio dela se denota a responsabilidade de dirigentes da educação, seja pública ou privada, quanto ao reconhecimento e compromisso com as necessidades dos munícipes de mais tenra idade.

Figura 18: Escolaridade dos docentes

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2023



Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica do INEP

Esse dado que se apresenta, de 95,2% de professores com formação superior em Licenciatura, é importante para assegurarmos qualidade nos serviços de atendimento aos pequenos, em instituições educacionais. Três Lagoas é referência em Educação Infantil pública, pois concentra o maior número de profissionais qualificados e ainda, oferta por meio do currículo, vivências e experiências promotoras das mais elaboradas formas de apropriação da cultura.

Na Rede Municipal de Ensino, os professores de Educação Infantil são concursados, isso pois, no último concurso, a formação mínima exigida foi de Licenciatura em pedagogia, o que demonstra e reafirma o compromisso político com as crianças, merecedoras dos mais qualificados adultos para se relacionarem nas relações de cuidar e educar.

Diante dos indicadores e análises apresentadas, evidenciamos que Três Lagoas demonstra preocupação e compromisso com o *começo da vida* para a constituição de uma sociedade três-lagoense participativa, criativa, politicamente ativa e engajada com o desenvolvimento do município. Neste sentido, a educação assume o papel central de humanização e transformação dessa sociedade.

3.4 INDICADORES DA SAÚDE



O Data SUS nos fornece informações de nascidos vivos até o ano de 2020 e, para aprimorar nossas referências, utilizamos como fonte de dados números fornecidos pelo setor de Vigilância Epidemiológica do município em concordância com o SINASC, do qual extraímos as informações atuais e, observando os números, notamos um declive nos anos de 2018 a 2021 da taxa de natalidade do município, que prosseguiu até 2020, ano atípico assolado pela pandemia do CORONAVIRUS, que se estendeu em estado de emergência no



decorrer de 2021. Tal situação mostra que a população em idade fértil se restringiu devido às consequências do vírus em gestantes, nas quais pode acarretar diversas complicações, inclusive óbitos. O Crescimento da natalidade foi sendo retomado gradativamente após o pico da pandemia no 3º semestre de 2021, quando houve queda dos números de casos de Covid-19 e observou-se em 2022 aumento do número de nascidos vivos até que a taxa ficou em torno de 1892 bebês.

Quadro 1 - Número de nascidos Vivos em Três Lagoas, por residência e ano de nascimento.

Ano	Feminino	Masculino	Total
2018	1.015	1.010	2.025
2019	950	1034	1.984
2020	888	951	1.839
2021	883	1.004	1.887
Total	3.736	3.999	7.735

Fonte: DataSUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Ressaltamos que, apesar da publicação da Portaria GM/MS Nº 913 (DOU de 22 de abril de 2022), que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Covid-19, as pessoas do território de Três Lagoas ainda sofrem os impactos do período da pandemia, sendo o planejamento familiar uma dessas áreas. É importante salientar que a redução da natalidade também é um fenômeno vivenciado desde o final dos anos 70 e 80 com a ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, sendo necessária uma análise mais extensiva após o período pandêmico dos efeitos do aumento da oferta de LARCS (contraceptivos de longo prazo) no município e maior detalhamento do perfil de comportamento reprodutivo da população. (Conforme Relatório Anual da Gestão – 2022 - <https://www.treslagoas.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/RAG2022.pdf>).

Em relação às condições de nascimento, o peso ao nascer é um parâmetro que avalia as condições de saúde de um Recém-Nascido (RN). São considerados RN de baixo peso ao nascer aqueles com menos de 2.500 gramas. Entre o período de 2018 a 2020, 92% dos nascidos vivos tiveram peso igual ou superior

a 2.500g, no entanto destaca-se que, mesmo em menor proporção (8%), os RN com baixo peso necessitam de assistência diferenciada, sendo o baixo peso ao nascer um fator de risco significativo para a mortalidade neonatal.

Quadro 2 - Peso dos nascidos vivos em Três Lagoas, 2022.

Ano	Menos de 500g	500 a 999g	1000 a 1499 g	1500 a 2499 g	2500 a 2999 g	3000 a 3999 g	4000g e mais	Total
2018	2	7	14	117	425	1.362	98	2.025
2019	2	4	12	144	427	1.309	86	1.984
2020	0	10	12	116	382	1.234	85	1.839
Total	4	21	38	377	1.234	3.905	269	5.848

Fonte: MS/SVS/DASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

A faixa etária das mães dos nascidos vivos de 2018 a 2020 no município de Três Lagoas concentra-se no agrupamento de mães de 25 a 29 anos, correspondendo a 27,3% dos nascimentos.

Quanto à ocorrência de gestação na adolescência, conforme a observa a manutenção da ocorrência de gestação em meninas de 10 a 14 anos, há 8 casos em 2018 e 2019 e 9 casos em 2020. Quando observada a faixa etária das adolescentes de 15 a 19 anos, observa-se a redução da ocorrência de gestação, sendo um indicador positivo que deve estimular as ações de prevenção da gestação na adolescência através do fortalecimento do programa de planejamento familiar na rede de atenção à saúde do município. Conforme apresenta-se no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 - Faixa etária das mães de nascidos vivos no município de 2018 a 2020.

Idade da mãe	2018	2019	2020	Total	%
10 a 14 anos	8	8	9	25	0,42%
15 a 19 anos	257	244	214	715	12,2%
20 a 24 anos	512	479	436	1.427	24,4%
25 a 29 anos	552	546	500	1.598	27,3%
30 a 34 anos	450	408	422	1.280	21,8%
35 a 39 anos	200	249	201	650	11,1%
40 a 44 anos	46	45	56	147	2,5%
45 a 49 anos	0	5	1	6	0,10%
Total	2.025	1.984	1.839	5.848	100%

Fonte: MS/SVS/DASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

O índice de cesáreas no Brasil de 85%, com destaque para os serviços privados de saúde, vai na contramão da comunidade científica internacional, que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), considera taxas superiores a 10% não associadas à redução de mortalidade materna e neonatal. As normas nacionais recomendam limites percentuais, por estado, para a realização de partos cesáreos, bem como critérios progressivos para o alcance do valor máximo de 25% para todos os estados.

Em Três Lagoas, no período entre 2018 e 2020, conforme Quadro 4, a incidência de parto cesariana foi elevada (64,9%) em detrimento do número de partos vaginais (35,1%). Cabe destacar ainda que, quando realizada análise isolada, observa-se a tendência de redução do número de parto vaginal a cada ano. Em 2018 a proporção de parto vaginal foi de 41%, em 2019 38,4% e em 2020 apenas 24,8%.

A contínua crescente de partos cesáreos deve-se também à implementação de dispositivos legais que ampliam o acesso à escolha da via de parto e favorecem a projeção histórico cultural de que o parto cesáreo se trata de via de parto com maior comodidade e conforto. Assim, esses dados suscitam a necessidade de instituir práticas incentivadoras do parto natural em toda a rede de assistência ao parto e nascimento, onde as parturientes possam conhecer os benefícios do parto natural desde o pré-natal e serem sensibilizadas para essa escolha, sendo incentivadas ao acompanhamento pré-natal a fim de que o parto cesáreo seja realizado sob indicações cada vez mais precisas.

Quadro 4 - Via de parto de nascidos vivos no município de 2018 a 2020.

Ano	2018	%	2019	%	2020	%	Total
Vaginal	836	41%	763	38,4%	457	24,8%	2.056
Cesáreo	1.189	59%	1.221	61,6%	1.382	75,2%	3.792
Total	2.025	100%	1.984	100%	1.839	100%	5.848

Fonte: MS/SVS/DASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

O pré-natal, além de apoiar a escolha de via de parto apresenta papel fundamental na prevenção e/ou detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, permitindo um desenvolvimento saudável do bebê e reduzindo os

riscos da gestante. A recomendação do Ministério da Saúde orienta que sejam realizadas no mínimo seis consultas (uma no primeiro trimestre da gravidez, duas no segundo e três no terceiro), sendo a primeira até a 12^o semana de gestação.

No município, as informações do DataSUS apontam que a proporção de mães que referiram ter feito sete ou mais consultas de pré-natal de modo geral foi de 82,42%. Embora seja significativo o número das gestantes que realizaram sete ou mais consultas, o aumento no período de 2018 a 2020 ainda é discreto.

Mesmo com predomínio de gestantes assistidas, há considerável número de gestantes que realizam poucas consultas e, conseqüentemente, têm menos oportunidade de receber intervenções que melhorem as condições de nascimento da criança.

A assistência pré-natal oportuna, com a identificação e a intervenção precoce das situações de risco a partir de uma referência hospitalar acessível e acolhedora, além da qualificação da assistência ao parto, são indicadores determinantes de saúde relacionados à mãe e ao bebê, pois têm o potencial de reduzir as principais causas de mortalidade materna e neonatal.

O Ministério da Saúde considera elevada a taxa superior a 80% de cobertura de sete ou mais consultas de pré-natal. Faz-se necessário melhorar a captação precoce de gestantes para inserção no Programa de Assistência Pré-natal e melhorar sua adesão.

Quadro 5 - Número de consultas de pré-natal realizadas por mães de nascidos vivos de 2018 a 2020 no município de Três Lagoas.

Consulta de pré-natal	2018	2019	2020	Total
Nenhuma	1	3	3	7
De 1 a 3 consultas	73	51	44	168
De 4 a 6 consultas	316	286	251	853
7 ou mais	1.635	1.644	1.541	4.820
Total	2.025	1.984	1.839	5.848

Fonte: MS/SVS/DASUS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Três Lagoas é 2º município em número absoluto e 1º em número proporcional de MS, já no ranking nacional ocupa o 2º lugar (As consultas de PRÉ NATAL do parceiro).

A taxa de mortalidade infantil é o óbito ocorrido no primeiro ano de vida. Divide-se em neonatal precoce com a morte do RN antes de 7 dias completos, Mortalidade neonatal tardia com a morte do RN entre 7 e 27 dias completos e mortalidade pós - neonatal entre 28 a 364 dias. É importante acompanhar a Taxa de Mortalidade Infantil e seus componentes, com intuito de monitorar a assistência pré-natal e puerpério, às práticas durante o atendimento ao parto e a atenção hospitalar oferecida às crianças menores de 01 ano.

Quadro 6 - Apresenta o número de óbitos e taxa de mortalidade infantil em menores de 1 ano e taxa de mortalidade de 2018 a 2020 por população residente em Três Lagoas.

Ano	Nº de óbitos 0 a 6 dias	Taxa mortalidade neo. precoce (por 1000)	Nº de óbitos 7 a 27 dias	Taxa de mortalidade neonatal (por 1000)	Nº de óbitos 28 a 364 dias	Taxa de mortalidade pós -neonatal (por 1000)	Total	Taxa de mortalidade geral mortalidade infantil (por 1000)
2017	15	7,01	2	0,93	6	2,80	23	10,83
2018	19	9,38	2	0,98	3	1,48	24	11,86
2019	11	5,54	2	1,00	4	2,01	17	8,56
2020	11	5,98	3	1,63	4	2,17	18	9,78
2021	14	7,23	2	1,03	3	1,55	19	9,82

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

A mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias) e neonatal (7 a 27 dias) são componentes que, na quase totalidade, têm relação com as chamadas causas perinatais e com as anomalias congênitas, sendo relacionadas a problemas de gestação, de parto, fatores maternos vários e problemas congênitos ou genéticos. Constituem o que tem sido chamado de causas endógenas em oposição às causas exógenas ou relacionadas a fatores ambientais tais como doenças infecciosas e desnutrição, fatores presumivelmente determinantes e condicionantes da mortalidade infantil tardia (28 dias a menos de 1 ano).

De acordo com o Quadro 6, este coeficiente tem oscilado entre sua menor taxa geral, 8,56 óbitos por 1000 nascidos vivos em 2019 e sua maior taxa de 11,86 óbitos por 1000 nascidos vivos em 2018.

Embora as taxas de mortalidade infantil tenham sofrido discretas oscilações, a maior frequência dos óbitos concentra-se na faixa etária de 0 a 6 dias em todos os anos analisados. Deve-se salientar que, quanto mais próximas do momento do nascimento (período neonatal precoce) mais forte será a influência das condições de nascimento (especialmente peso ao nascer e idade gestacional) e da assistência neonatal para a sobrevivência infantil.

Os Coeficientes de Mortalidade Pós-neonatal estimam o risco de um nascido vivo morrer entre os 28 e 364 dias completos de vida. No município a frequência dos óbitos nessa faixa regrediram nos últimos anos, conforme a tabela. De maneira geral, denota o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil.

Em última análise, a Mortalidade infantil consiste na morte de crianças no primeiro ano de vida e estima o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. No Brasil, os nascimentos vêm declinando progressivamente. Em 2000, eram 20,3 nascidos vivos (NV) para cada mil habitantes e, em 2011, passaram para 15,6. Três Lagoas apresenta resultados mais satisfatórios do que a média nacional em 2011, no entanto, sabe-se que a redução da taxa de mortalidade infantil é de suma importância para avaliar a qualidade de vida, pois, por meio dela, é possível obter informações sobre a eficácia dos serviços públicos, tais como: saneamento básico, sistema de saúde, disponibilidade de remédios e vacinas, acompanhamento médico, educação, maternidade, alimentação adequada, entre outros, sendo necessário a busca contínua de resultados mais satisfatórios.

Ainda, na área da Saúde destaca-se que, quanto à atenção básica ao Grupo de Gestante, o município aderiu ao Projeto Bem Nascer, que se trata de uma iniciativa da Secretaria de Estado de Saúde com o apoio e comprometimento dos municípios, para redução da mortalidade materna-infantil no Estado, com o propósito de melhorar a estruturação dos serviços de saúde que ofertam atendimentos às crianças e mulheres, como também a qualificação dos profissionais e atualização da rede materna e infantil do Mato Grosso do Sul.

No âmbito do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 2016) merece destaque algumas medidas focadas no setor da saúde. Assim, trazemos abaixo dados sobre a população de crianças de 0 a 6 anos residentes em nosso município e com cadastro ativo na Rede Municipal de Saúde.

Quadro 7 - População residente por Ano segundo Idade Simples – Período de 2016 a 2021

IDADE	2016	2017	2018	2019	2020	2021
de 1 ano	1.782	1.794	1.842	1.853	1.863	1.866
1 ano	1.830	1.807	1.815	1.860	1.866	1.871
2 anos	1.805	1.852	1.826	1.832	1.872	1.880
3 anos	1.779	1.823	1.869	1.841	1.846	1.890
4 anos	1.775	1.794	1.838	1.885	1.857	1.865
5 anos	1.743	1.792	1.809	1.853	1.899	1.875
6 anos	1.714	1.760	1.806	1.822	1.864	1.915
TOTAL	12.428	12.622	12.805	12.946	13.067	13.162

Fonte: 2000 a 2021 – Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE.

Medidas/Ações Focadas

Quadro 8 - Imunização 2019 - Cobertura vacinal em menores de 01 ano e 01 ano no município de Três Lagoas, MS.

	BCG	VIP/VOP (3ª dose)	PENTA/DTPA Infantil (3ª dose)	Febre Amarela	Rotavírus (2ª dose)	Meningo C (2ª dose)	Pneumo 10 (2ª dose)	Tríplice Viral (1ª dose)
Doses aplicadas	1.685	3.087	2.670	2.377	3.705	3.373	3.004	2.600
Cobertura %	79%	145%	125,41%	111,65%	174,03%	158,43%	141,1%	122,12%

Fonte: Dados Saúde – 2022

Quadro 9 - Imunização 2020 - Cobertura vacinal em menores de 01 ano e 01 ano no município de Três Lagoas, MS.



	BCG	VIP (3ª dose)	PENTA/DTPA Infantil (3ª dose)	Febre Amarela	Rotavírus (2ª dose)	Meningo C (2ª dose)	Pneumo 10 (2ª dose)	Tríplice Viral (1ª dose)
Doses aplicadas	1.885	1.743	1.808	1.510	1.810	1.814	1.877	1.982
Cobertura %	88,54%	81,87%	84,92%	70,93%	85%	85%	88,16%	93%

Fonte: Dados Saúde – 2022

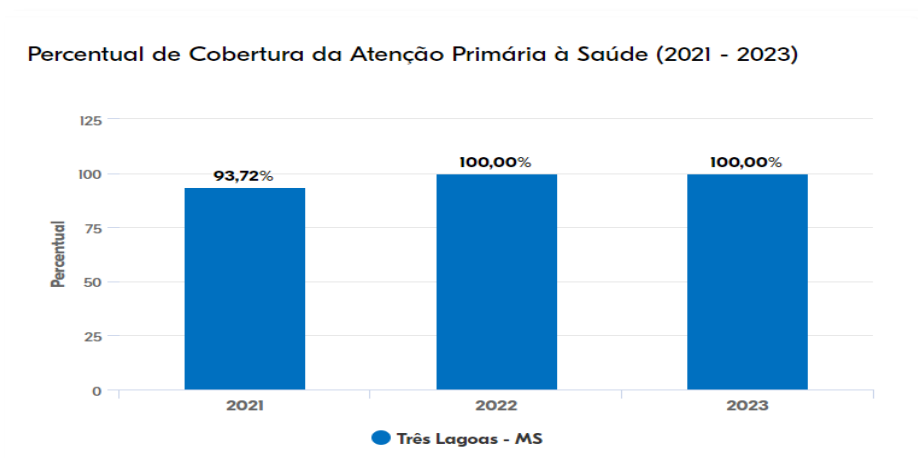
Quadro 10 - Imunização 2021 - Cobertura vacinal em menores de 01 ano e 01 ano no município de Três Lagoas, MS.

	BCG	VIP (3ª dose)	PENTA/DTPA Infantil (3ª dose)	Febre Amarela	Rotavírus (2ª dose)	Meningo C (2ª dose)	Pneumo 10 (2ª dose)	Tríplice Viral (1ª dose)
Doses aplicadas	2.005	1.520	1.511	1.383	1.521	1.511	1.561	1.697
Cobertura %	101%	76,6%	76%	69,7%	76,6%	76%	78,6%	85,5%

Fonte: Dados Saúde - 2022

Atenção Primária À Saúde- APS

Figura 19 - Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde



Fonte: Dados dos meses de maio entre 2021 e 2023. Coleta realizada em agosto de 2023. Nota técnica detalhada do Ministério da Saúde - Organizado por Datapedia.info.

O Município de Três Lagoas conta com uma Estrutura de Atenção Primária conforme quadro abaixo:

UNIDADES SAÚDE DA FAMÍLIA (USF), COM EQUIPES SAÚDE BUCAL	
Interlagos	Vila Piloto
Jardim Atenas	Nova Três Lagoas
Jardim Maristela	Jupiá
Santa Rita	Joel Neves
Vila Haro	Miguel Nunes
Santo André	Eurídice Chagas
Vila Alegre	Cruz
	Novo Oeste



UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS)
Altair Cabral Tranin (Arapuá)




Estrutura de Atenção Primária à Saúde (APS) alguns serviços ofertados nos **APS:**

- Consulta médica
- Consulta pediátrica
- Consulta odontológica
- Consulta de enfermagem
- Consulta nutricionista
- Consulta de puericultura
- Visita domiciliar
- Acompanhamento crianças - Auxílio Brasil
- Vacina
- Exames: teste do pezinho

Serviços que se relacionam ao Planejamento Familiar:

- Preservativo feminino
- Preservativo masculino
- Pílula emergencial
- Inserção de DIU
- Encaminhamento para laqueadura
- Encaminhamento para vasectomia

UNIDADES PRISIONAIS	
Estabelecimento Penal de Segurança Média de Três Lagoas-MS	
Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas-MS	
Colônia Penal Industrial "Paracelso de Lima Vieira Jesus" de Três Lagoas	

UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR (USF) - SAÚDE NA HORA	
	Interlagos
	Vila Haro
	Vila Piloto
	Santa Rita
	Paranapungá

Rede De Proteção e Cuidados

Centro Especializado em Reabilitação – II CER II/TL

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS):

Consiste numa rede de cuidados que visa assegurar acompanhamento e cuidados qualificados para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde.

Foi habilitado pelo Ministério da Saúde no ano de 2013 como Centro Especializado em Reabilitação – Física e Intelectual, por meio da portaria 584 de 29 de maio de 2013, passando a integrar a Rede de cuidados a pessoa com deficiência do Plano Viver Sem Limites.

Figura 20 - Área de Abrangência Municípios



Fonte: Autoria Própria

Quantidade de atendimento

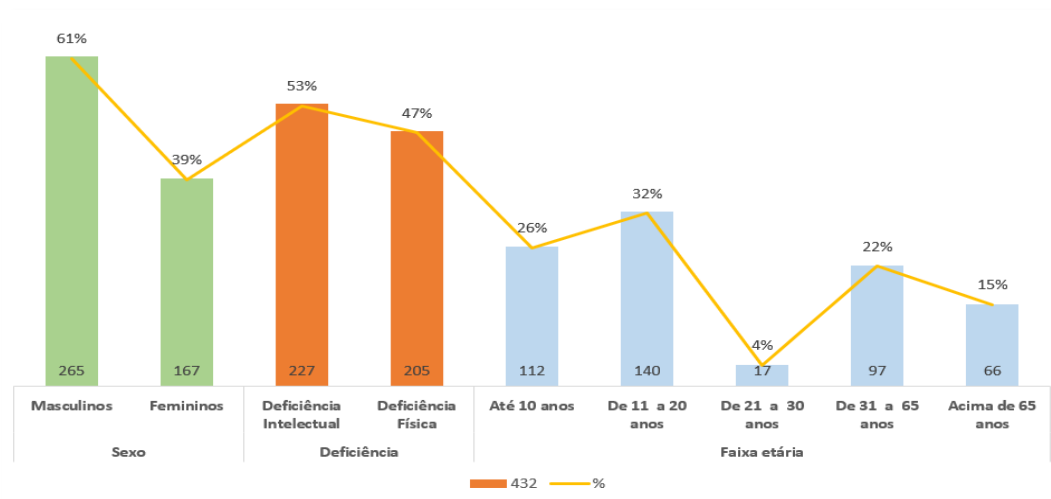
- **Reabilitação Física:**

200 usuários /mês

- **Reabilitação Intelectual:**

200 usuários/mês

Figura 21 - Classificação dos pacientes ativos



Fonte: Dados Saúde
Equipe multiprofissional

- Serviço Social (2);
- Psicologia (5);
- Fisioterapia (6);
- Fonoaudiologia (5);
- Terapia Ocupacional (1);
- Enfermagem (2);
- Técnico de Enfermagem (1);
- Medicina (Neurologia, Ortopedia, Clínico);
- Equipe de Apoio Recepção/motorista//administrativo/Serviço Gerais)

O Serviço De Reabilitação/Habilitação Física

Entende-se por deficiência física a alteração *completa* ou *parcial* de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, neurológica e/ou sensorial, apresentando-se sob a forma de plegias, paresias, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam

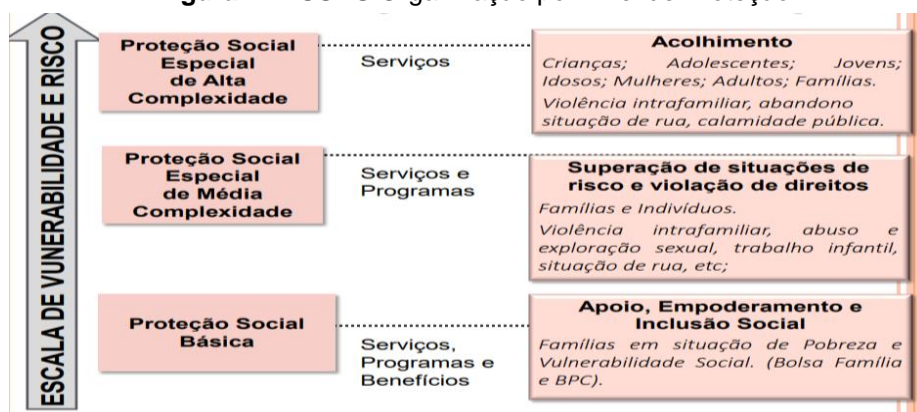


dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.5 INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Figura 22 - SUAS Organização por nível de Proteção



Fonte: Quadro organizado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).



Os **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV)** são organizados por faixa etária e têm como objetivo prevenir possíveis situações de

risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida. Logo, busca-se prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se para ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização, a convivência comunitária.

No município o **SCFV** que atende crianças de até 06 anos é o **COLO DE MÃE**, cujas ações desenvolvidas visam à proteção, ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais para assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade das crianças, além de fortalecer a interação entre criança do mesmo ciclo etário, valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências lúdicas e o fornecimento do kit nutricional semanal auxiliando na alimentação. O encontro acontece semanalmente, com duração de 02 horas.

Quadro 11 - Dados quantitativos da Proteção Social Básica - SCFV Colo de mãe

	2019	2020	2021
Quantitativos	237	165	205

Fonte: Quadro organizado pelos técnicos da SMAS.

Dentre os atendimentos, destacam-se os benefícios eventuais, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Acompanhamento Familiar entre outras demandas decorrentes de risco e vulnerabilidade social. De acordo com **dados da Base do CadÚnico e Auxílio Brasil, no ano de 2022**, o número de **famílias** com crianças de 0 a 6 anos de idade que recebem Aux. Brasil somavam 3.165 famílias e o número de **crianças** de 0 a 6 anos que recebem o Aux. Brasil era de 3.532 crianças. Observa-se, em tempo, que o programa “Auxílio Brasil” mudou a denominação para “Programa Bolsa Família” em 2023, nome pelo qual foi criado.

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Três Lagoas, a família recebe por até 5 variáveis, e o valor pago

para criança de até 36 meses é de R\$ 130,00 e para as crianças acima de 36 meses, R\$ 65,00.

Proteção Social Especial

São ações que se caracterizam pela oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, as quais têm o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, visando ao fortalecimento de potencialidades e aquisições para a proteção de famílias e indivíduos no enfrentamento das situações de riscos pessoal e social por violação de direitos.

É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras.

Dados da Proteção Social Especial – atendimento para crianças/adolescentes em situações de violência ou violações de direitos.

Quadro 12 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)/Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

	2019	2020	2021	Classificação
Quantitativos	12	03	03	violência intrafamiliar (física ou psicológica)
	21	03	04	abuso sexual
	07	19	18	negligência ou abandono

Fonte: Quadro organizado pelos técnicos da SMAS – dados referentes ao atendimento do público de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Nesta modalidade, os atendimentos são realizados às famílias e/ou aos indivíduos que se encontram com direitos violados, porém, sem rompimento de vínculos familiares. É um serviço que requer maior estruturação técnico-operacional e com atenção especializada e acompanhamento sistemático e monitorado diante do Serviço de Orientação e apoio Sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem Social, Cuidado domiciliar, Serviço de Habilitação e

reabilitação às Pessoas com Deficiência, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em PSC e/ou LA.

Um dos atendimentos é realizado pela Unidade da Rede Pública – **(CREAS)**, responsável pelo atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas que ainda estejam com os vínculos familiares, mesmo tênues, e que se encontre em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violência física, sexual, psicológica, exploração sexual, negligência, uso de drogas e trabalho infantil, entre outros.

Outro atendimento para o público de crianças é o **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**, cujo objetivo é contribuir com a promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, minimizando o trabalho infantil no Município de Três Lagoas-MS, com ações preventivas, conscientizando a sociedade sobre a importância de garantir a proteção de direitos de todas as crianças e adolescentes, articulando com o conjunto de Políticas Públicas (Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Econômico, Saúde, entre outras) em parceria com os diversos setores da sociedade civil.

Ainda conta com o serviço da Equipe Multidisciplinar de Prevenção ao Acolhimento (EMPA), criado em 24/09/2009 com objetivo de prevenir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Três Lagoas/MS através de intervenções junto às famílias vulneráveis e com indicativos de direitos violados.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Nesta modalidade os serviços garantem a proteção integral diante à moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e/ou indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça/risco, e assim necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário perante o Atendimento Integral, Acolhimentos Institucionais, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade (Semiliberdade, Internação Provisória e Sentenciada) e Trabalho Protegido.

Destacam-se os serviços:

De Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes I e II, que têm o objetivo de oferecer acolhimento e serviços de proteção integral as crianças/adolescentes amenizando a violação de direito para o retorno da família natural, extensa e/ou substituta;

De Acolhimento de Criança e Adolescente em “Família Acolhedora” criado em 04/07/2017 e tem por finalidade ofertar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município de Três Lagoas-MS às crianças e/ou aos adolescentes afastados temporariamente de sua família de origem em razão de medida protetiva até que seja viabilizada reintegração junto à família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Os Conselhos Municipais

Quanto aos Conselhos que atuam diretamente com crianças, existem no município as ações estratégicas do **Conselho Tutelar**, que trabalha em articulação com as demais Secretarias, no sentido de proteger e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. A definição do Conselho Tutelar é dada pelo ECA em seu Artigo 131: “como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente nesta lei.”

A função do Conselho Tutelar é determinada pelo ECA, por meio do seu Art. 136, o qual expressa atribuições como atendimentos às crianças e adolescentes, aconselhamento a seus familiares, requisição de serviços públicos na área da saúde, educação, serviços sociais, previdência, trabalho e segurança, entre outros. O que garante uma REDE de apoio social, afetiva, material e de informações ao público que atende.

Outro Conselho no município de Três Lagoas/MS é o **Conselho Municipal da Criança e adolescente (CMDCA)**, criado pela Lei Municipal nº 2.588, de 17 de abril de 2012, e suas alterações, Lei nº 3.572, de 05 de novembro de 2019 e nº 3.497, de 02 de abril de 2019, que também é regido pelo ECA. É um órgão paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.



Tem entre suas atribuições discutir e propor políticas públicas para a infância, adolescência e juventude, bem como organizar campanhas ou debates destinados a promover a divulgação dos direitos e garantias do seu público-alvo, além de registrar e monitorar entidades de atendimento à criança e aos adolescentes.

Em nosso município as Entidades, Programas e Projetos certificados no **CMDCA** são:

- Grupo Assistencial Espírita “A Candeia” - GAEC
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Apae
- MSMT- Centro Juvenil “Jesus Adolescente” Missão Salesiano de Mato Grosso Gerando Futuro
- Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora
 - Unidade de Acolhimento Institucional I
 - Unidade de Acolhimento Institucional II
 - MSMT- Centro Juvenil “Jesus Adolescente” Missão Salesiano de Mato Grosso Aprendizagem Profissional Jovem Aprendiz
 - Família Acolhedora
 - Crase “Coração de Mãe “
 - Banda Cristo Redentor
 - Pelotão Mirim
 - Bombeiros do amanhã
 - Instituto Pater de Educação e Cultura- Instituto João Bittar
 - Patrulha Mirim Rodoviária
 - Renapsi- Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração
 - Ciee
 - Associação de São Vicente de Paula” Vila Vicentina”
 - Rede cidadã
 - IEL- Instituto Euvaldo Lodi
 - Casa da Cultura
 - Equipe Multidisciplinar de Prevenção ao Acolhimento EMPA

- Peti- Programa de Erradicação do trabalho Infantil (Sec. Municipal de Assistência Social)
- Unidade de Acolhimento POP (Sec. Municipal de Assistência Social)
- CREAS

Ressalta-se ainda que o CMDCA de Três Lagoas/MS instituiu em seu âmbito o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (Escuta Especializada) conforme previsto na Lei Federal N. 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto Federal N. 9.603, de 10 de dezembro de 2018, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aproveitamento da integração do referido comitê.

Atualmente, o comitê encontra-se na fase de construção do seu plano de trabalho através de seus membros, com o objetivo de, em um futuro próximo, implantar o serviço com excelência no Município para que as crianças e os adolescentes tenham seus direitos de proteção integral garantidos.

4.O TRAJETO PERCORRIDO: contribuições da consulta pública

Revisitando o trajeto percorrido, Três Lagoas deu seus primeiros passos rumo à elaboração de seu Plano Municipal pela Primeira Infância já em 2017, logo após a instituição da Lei do Marco Legal pela Primeira Infância. Desde então, o olhar de profissionais engajados, em parceria com os poderes legislativo e executivo agregou ganho importante e fortalecimento nas propostas em prol da Primeira Infância no território de Três Lagoas.

Contudo, nessa trajetória o Brasil se viu envolto em um Estado de Emergência para conter a disseminação do novo coronavírus, onde foram definidas medidas de isolamento a fim de enfrentarmos a pandemia decorrente da Covid-19. Momento em que estivemos com ações suspensas, retomando o projeto de elaboração do PMPI em 2022, com maior representatividade e potente nas dimensões política e ética.

E, nesta perspectiva o projeto de elaboração foi se constituindo, a partir dos primeiros passos que se pautaram na parceria com profissionais para fortalecimento do diálogo e ampliação dos conhecimentos. Realizou-se audiências públicas onde foram abordados temas referentes as bases legais e pressupostos teóricos, além, dos princípios norteadores para a construção do plano e a importância do diálogo entre educação, saúde e família.

Dando sequência as ações, em 2022, a trajetória do plano foi se desenhando, conjuntamente, com encontros mensais entre os membros atuantes da Comissão Intersetorial Municipal. Nestes encontros fomos conhecendo a situação e o contexto de cada setor, o que cada um oferecia como serviços à população, em especial, as crianças de 0 a 6 anos de idade, quer seja na educação, saúde, assistência social e demais setores públicos, por meio das políticas públicas e do olhar de quem as efetivava, profissionalmente, foi transparecendo as realidades, necessidades e desafios. Desses diálogos se gerou um material denso, posteriormente, compilado e organizado de maneira a compor a parte introdutória do PMPI, apresentada na Caracterização do Município e Seus Indicadores.

Destaca-se que durante este processo, de encontros e momentos vivenciados pelo grupo, vínculos entre os atores foram se fortalecendo e uma Rede de habilidades e competências foi tecendo força em união e união em cooperação, ampliando o sentido da intersetorialidade, por meio da constituição das parcerias entre os setores.

Assim, a comissão, sempre mediada pelo diálogo, foi avançando na trajetória objetivando também, ouvir as crianças, familiares e profissionais da educação. Contudo, agregamos outras parcerias com expertise em instrumentos e processos de escuta, a fim de nos orientar não apenas quanto a metodologia da pesquisa, mas para um olhar atento a escuta. Neste processo de orientação, elaboração de instrumentos e sua validação contamos com a equipe da SUZANO Educação.

Assim, elaboramos três instrumentos de escuta, com uma média de 25 perguntas cada, sendo:

- um instrumento para familiares de crianças de 0 a 6 anos de idade, com 322 ouvidos;
- um instrumento para profissionais da educação pública e privada que atuavam com crianças de 4 a 6 anos de idade, um total de 150 profissionais ouvidos, e;
- um instrumento, para escuta das crianças de 4 a 6 anos de idade, onde foram ouvidas um total de 386.

Foram organizados em formato Google forms, a escuta de familiares e profissionais e o instrumento das crianças de 4 a 6 anos de idade, foram organizados em formato impresso, por meio de Cadernos, com possibilidades de diversas formas de registros: desenhos, relatos das crianças com o adulto como escriba, dentre outras estratégias. Ainda, importante registrar que para os três instrumentos de escuta foram elaborados Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para assegurar a efetividade da escuta por meio dos instrumentos, foram realizadas a formação dos mediadores da escuta, este momento foi ímpar e acima de tudo, apresentamos a intencionalidade da elaboração do plano como



política de estado, nos valem do tempo e espaço para sensibilização dos envolvidos nessa importante ação. Observamos que compreenderam os objetivos e comprometidos com o propósito da escuta, tanto que o retorno dos Cadernos foi quase que total, quanto ao número de instrumentos respondidos.

Destaca-se que em relação a escuta da criança nossa indagação era: Como ouvi-las estabelecendo pontes entre o papel do adulto e a compreensão de que cada criança apresenta um repertório próprio, interesses, necessidades e potenciais únicos? Neste sentido, importante considerar o que diz Adriana Friedmann: “Escutar crianças se dá muito além dos ouvidos: acontece a partir da conexão do adulto com aquela sensação que vem de dentro na relação com a criança que está à sua frente” (Entrevista disponível em: <<https://lunetas.com.br/escuta-infantil/>>).

A análise do material, foi outro momento indiscutivelmente de uma beleza e emoção. Nas vozes de cada adulto pudemos ouvir suas dores e necessidades. Nas vozes das crianças, ah! Estas nos deixaram realmente emocionados, pois percebemos o quanto precisamos valorizar e reconhecer que as crianças possuem conhecimento, têm sua maneira própria de dizer seus medos, seus gostos, suas necessidades. A escuta, nos mostrou o quanto precisamos nos aproximar das crianças, pois as solicitações que trouxeram foram de uma sensibilidade, clareza e entendimento do mundo a sua volta.

A escuta das crianças enfatizou a importância de tornar o ambiente da cidade e os equipamentos públicos mais acolhedores para elas, suas vozes e expressões artísticas mostraram o quanto valorizam a natureza (árvores, flores, parques e praças verdes). Assim, na interpretação das escutas dos pequenos e dos adultos, organizamos o material com as solicitações relacionadas por área de atenção. O próximo passo, foi encaminhar aos setores para que ouvissem as solicitações dos munícipes com a finalidade de elaboração das metas e ações.

A definição de estratégias para a superação dos desafios relacionadas à Primeira Infância, na cidade de Três Lagoas/MS, pressupôs a realização do diagnóstico para identificação e compreensão dos reais desafios a serem superados, bem como, abriu um leque de oportunidades para a elaboração das ações. Importante ressaltar que os aspectos qualitativos da metodologia

ganharam destaque no estudo e análise dos dados, além dos aspectos quantitativos.

Portanto, o que se apresenta neste capítulo e no subsequente, são os registros dos instrumentos de escutas e posteriormente a apresentação das metas e ações por eixos: Criança e Educação; Criança e Saúde, Criança e Assistência Social; Criança e o Planejamento; e Proteção da Criança.

Considerando a elaboração do Plano, importante registrar que ele será Avaliado e Monitorado por meio de indicadores mensuráveis, permitindo-nos não apenas verificar o alcance das metas estabelecidas, mas também identificar áreas que necessitam de maior atenção e investimentos. Além disso, reafirmamos nosso compromisso com a Transparência, disponibilizando periodicamente informações sobre o desenvolvimento do PMPI/TL de maneira acessível à comunidade, promovendo o engajamento e a participação de todos os cidadãos. No Capítulo do Observatório do PMPI, teremos o detalhamento desta ação avaliativa.

4.1. ANÁLISE DAS ESCUTAS – Família, Profissionais da Educação e Crianças.

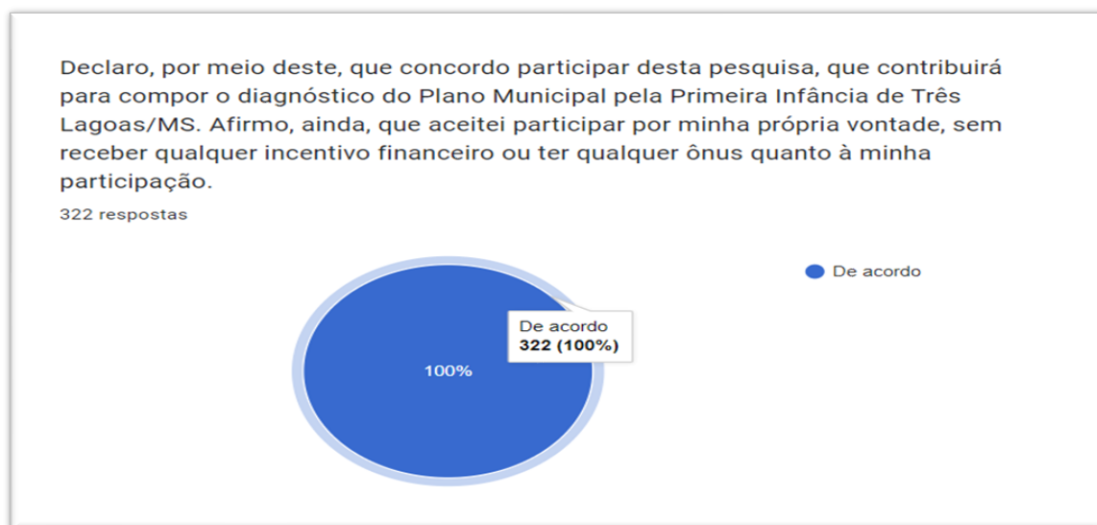
INSTRUMENTO DE ESCUTA FAMILIARES DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

O Instrumento de Escuta para o Público-alvo de Familiares foi compartilhado com os municípios por profissionais da Saúde através dos Agentes Comunitários das Unidades Básicas de Saúde e também por Técnicos da área de Educação.

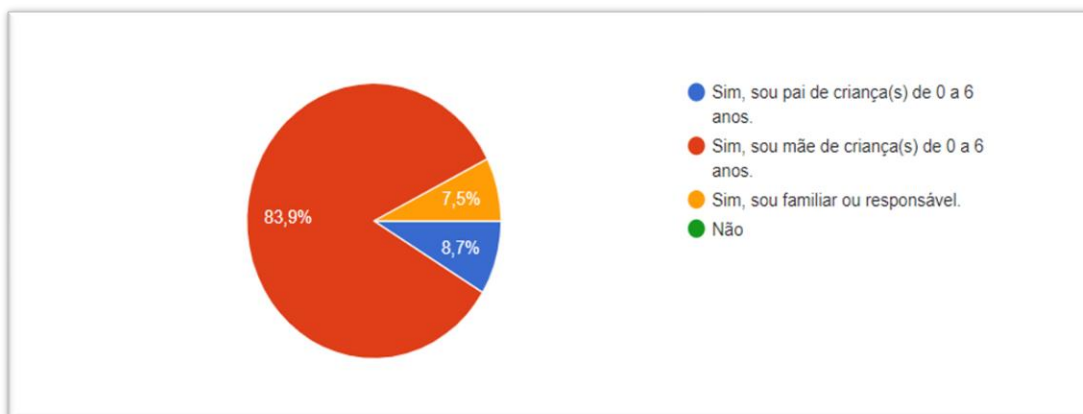
Estes profissionais compartilharam o link eletrônico (criado através do Google Forms) via WhatsApp direcionado especificamente a familiares de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Obtivemos um total de **322 respostas**, consolidando as seguintes análises:

100% da População que respondeu deu o seu consentimento para seguir com a pesquisa do formulário.



Pergunta 01- Você é familiar ou responsável legal por crianças de 0 a 6 anos?

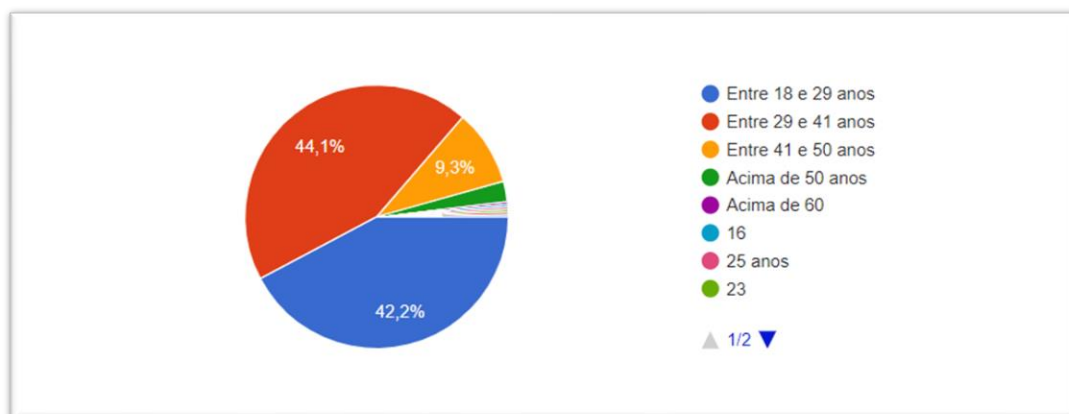


De um universo de 322 respostas, a maior participação foi de Mães de crianças de 0 a 6 anos de idade, com 83,9% dos formulários respondidos, resultando em 270 respostas.

Na sequência tivemos os seguintes resultados de respostas por gênero:

- 8,7% dos formulários foram respondidos por Pais de crianças de 0 a 6 anos de idade, resultando em 28 respostas;
- 7,5% dos formulários foram respondidos por Familiar ou Responsável de crianças de 0 a 6 anos de idade, resultando em 24 respostas;

Pergunta 02- Qual sua idade?



86,3% da população que participou da pesquisa possui entre 18 e 41 anos de idade.

Sendo que:

44,1% da população possui entre 29 e 41 anos de idade, totalizando 142 respostas;

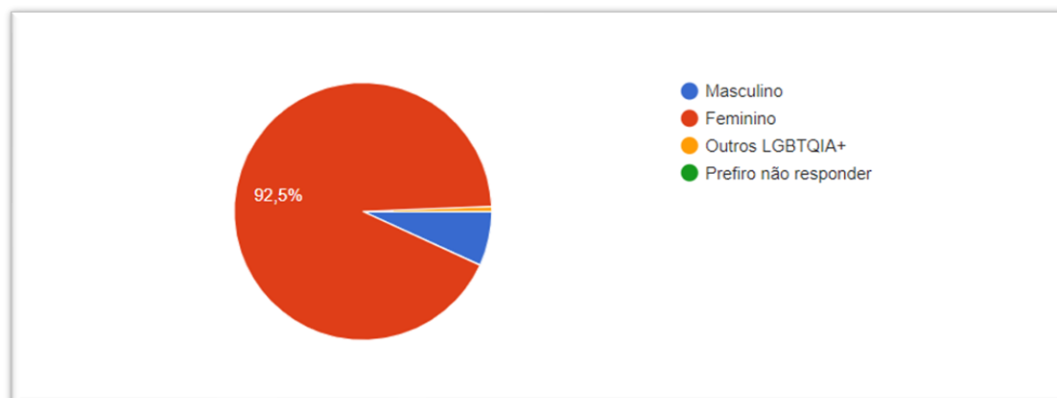
42,2% da população possui entre 18 e 29 anos de idade, totalizando 136 respostas;

9,3% da população possui entre 41 e 50 anos de idade, totalizando 30 respostas;

2,5% da população possui acima de 50 anos de idade, totalizando 8 respostas;

4,4% responderam idades aleatórias e até mesmo incoerentes com a pergunta.

Pergunta 03- Qual seu gênero?



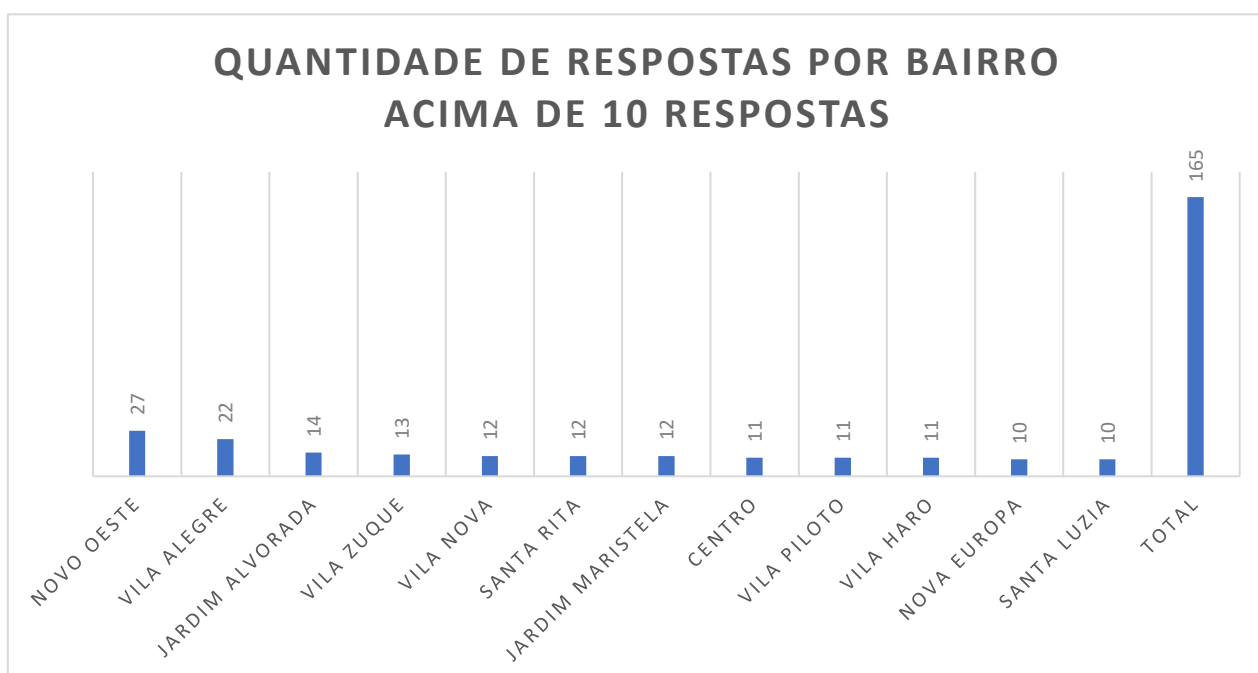
A maior parte dos questionários foram respondidos por mulheres, com 92,5%, totalizando 298 respostas.

6,8% foram respondidos por pais, totalizando 22 respostas;

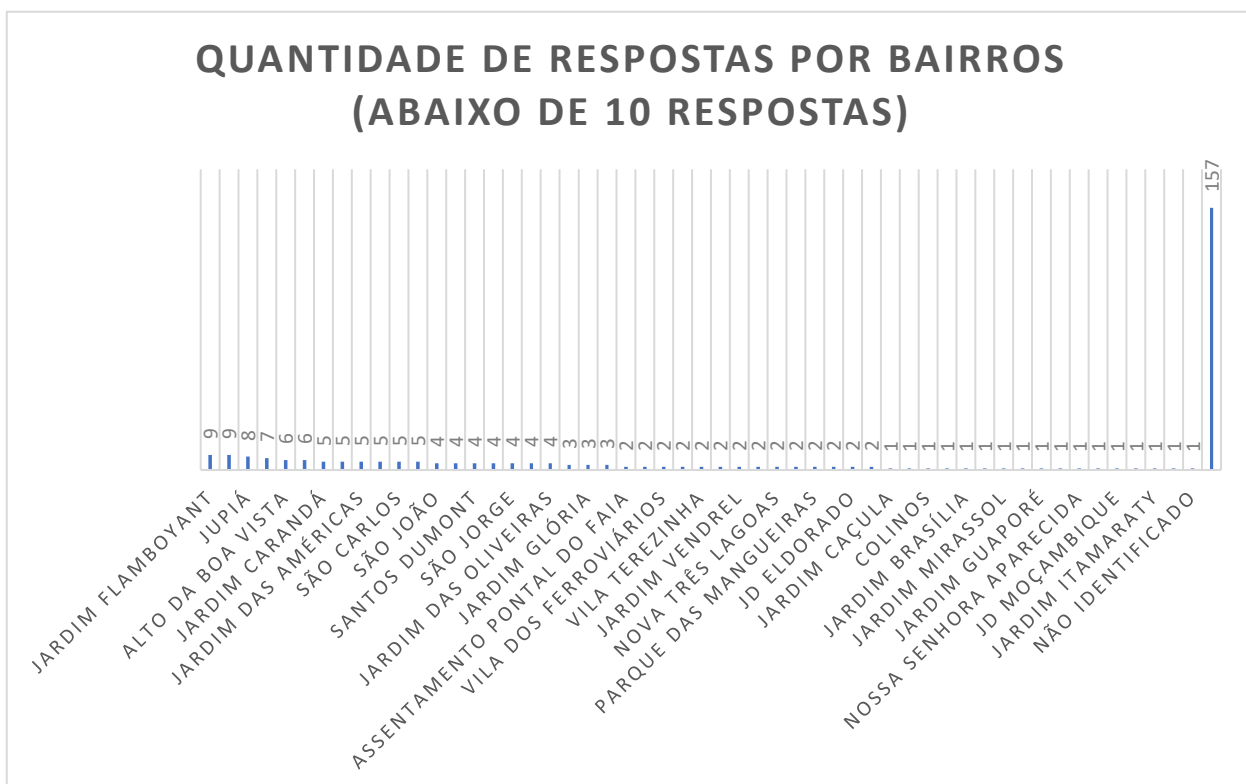
0,6% foram respondidos por outros (LGBTQIA+), totalizando 2 respostas.

Pergunta 04- Qual seu bairro?

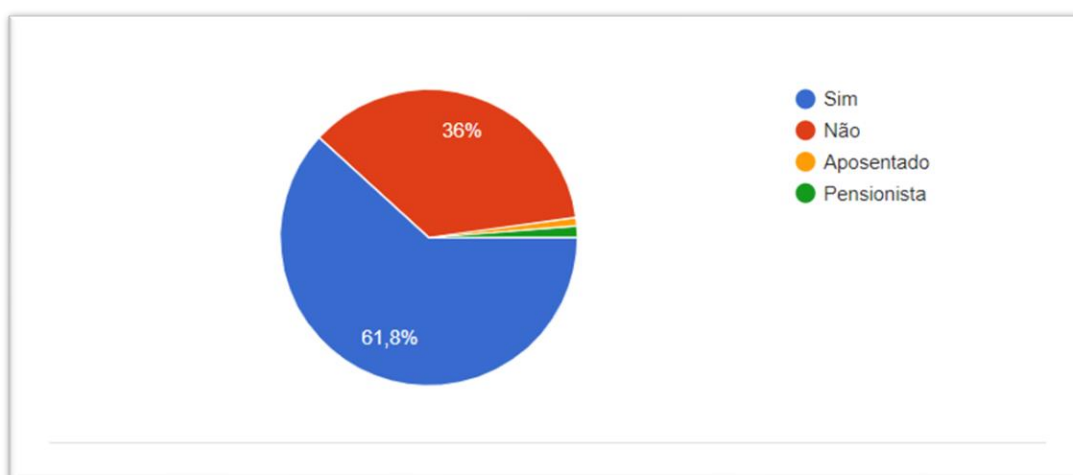
Houve uma concentração maior de respostas nos seguintes Bairros:



Já nos bairros abaixo, o quantitativo de respostas por bairro foi menor, porém observa-se que a pesquisa em seu total atingiu moradores de todos os pontos cardeais da cidade.



Pergunta 05- Você trabalha?

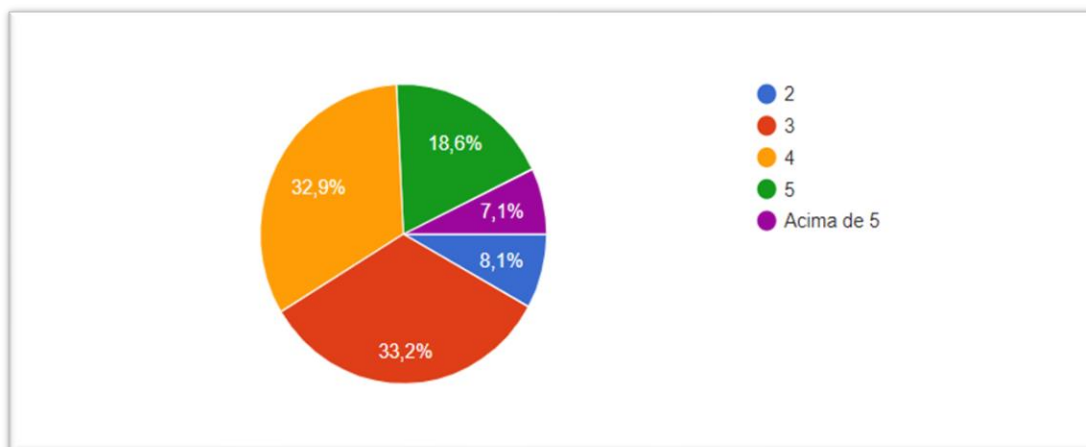


61,8% trabalham, representando 199 participantes que responderam à pesquisa;
36%, não trabalham, representando 116 participantes que responderam à pesquisa;

1,2%, são pensionistas, representando 04 participantes que responderam à pesquisa;

0,9%, são aposentados, representando 03 participantes que responderam à pesquisa.

Pergunta 06- Quantas pessoas moram na sua residência?



66,1%, representando 213 participantes, residem com a média de 3 a 4 pessoas em suas residências;

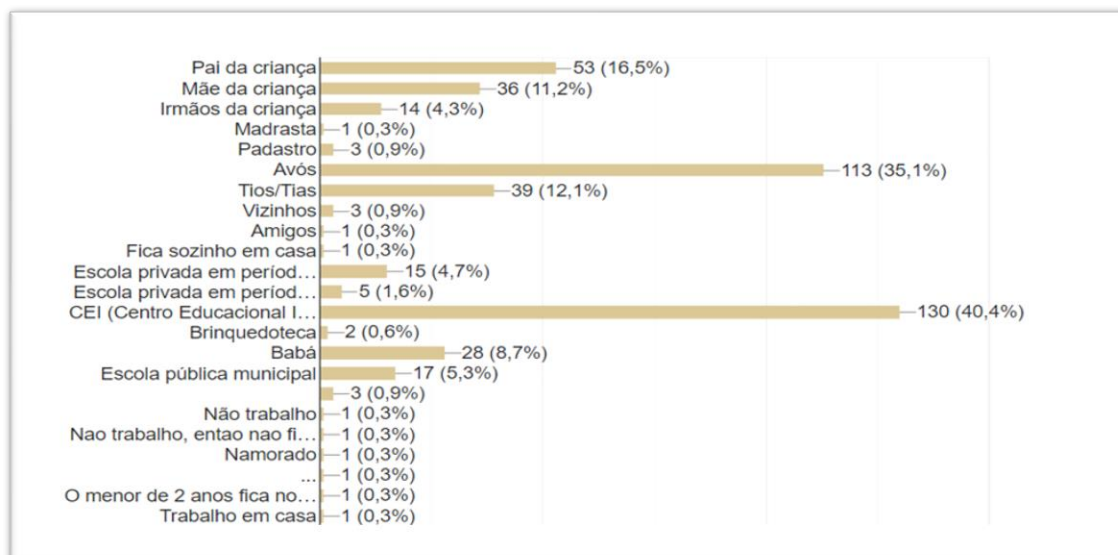
18%, representando 60 participantes, residem com 5 pessoas em suas residências;

8,1%, representando 26 participantes, residem com 2 pessoas em suas residências;

7,1%, representando 23 participantes, residem com acima de 5 pessoas em suas residências.

Pergunta 07- Quando está trabalhando ou ausente, quem cuida dos seus filhos?



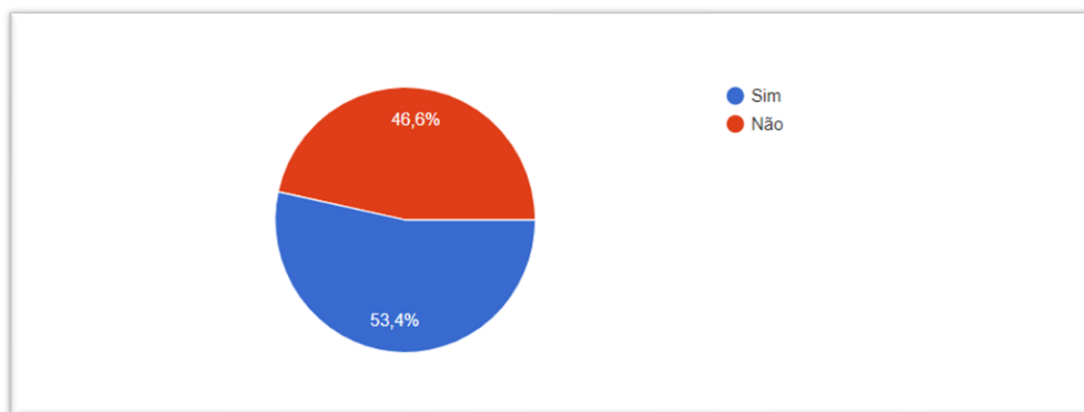


Observa-se que há uma concentração maior de crianças que ficam com parentes, ocupando uma totalidade de 80% de cuidadores pertencentes à própria família, com destaque maior aos avós das crianças (35%), seguido dos cuidados dos pais das crianças (16,5%), e em terceiro lugar do eixo familiar, são cuidados por tias (tios) das crianças.

Quando as crianças não estão sob cuidado de seus familiares, o ranking se destaca aos CEI's, representando 40,4%, do total das respostas.

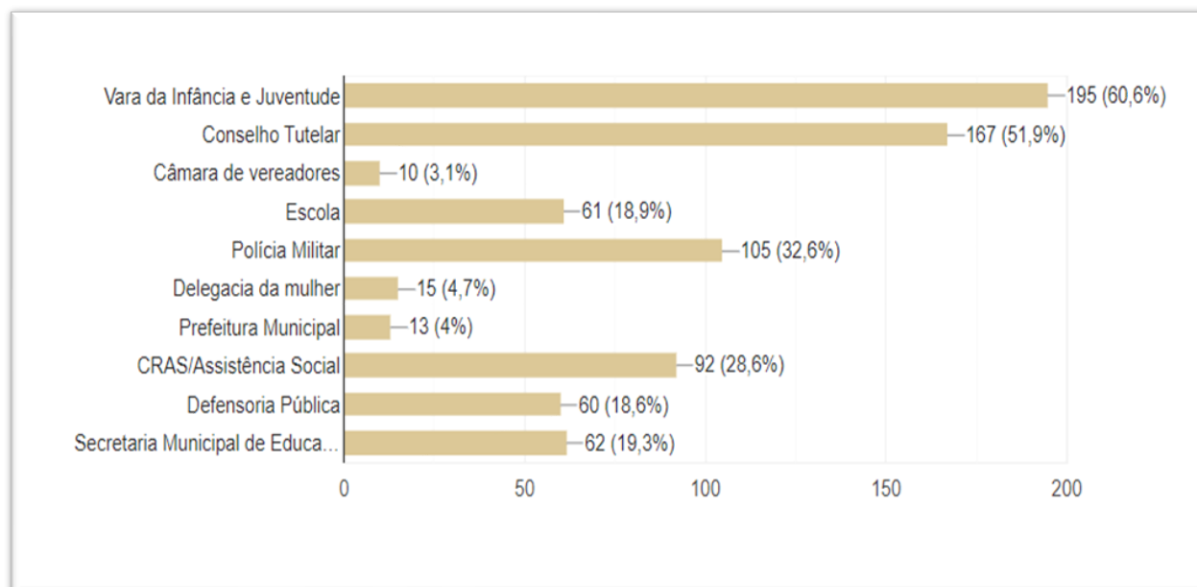
Babás e escolas privadas ocupam as últimas escalas de alternativas dos participantes, somando 15,6% das respostas.

Pergunta 08- Você já participou de cursos voltados à prevenção e cuidados com crianças?



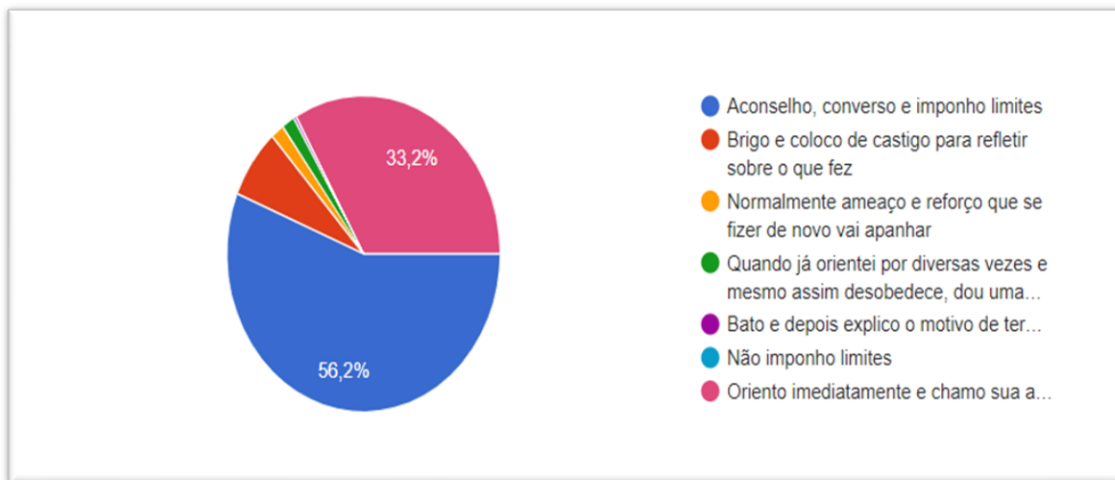
53,4% disseram sim, próximo da metade da população respondeu não. Identifica-se a oportunidade de ampliar a oferta e incentivar as famílias quanto à formação e capacitação direcionadas aos temas citados.

Pergunta 9- Quais órgãos você buscaria para assegurar a proteção dos seus filhos?

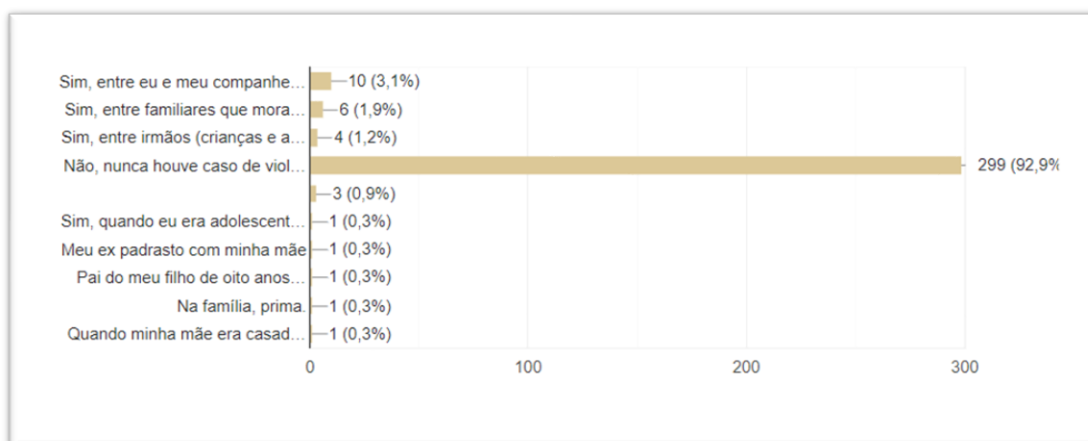


Observa-se que as famílias possuem o conhecimento de onde recorrer se houver a necessidade, mas o que chama atenção é que a Escola e Secretaria de Educação foram mencionadas por um número relevante dos participantes, somando 38,2% das respostas. Subjetivamente, pode-se refletir que essa referência demonstra ser um local de “refúgio” e confiança das famílias.

Pergunta 10- Você saberia reconhecer em seu(s) filho(s) sinais de maus tratos, violências ou abuso, seja físico, emocional ou sexual?



Pergunta 11- Já houve casos de violência familiar?



92,99% afirmam que não, nunca houve casos de violência;

3,1%, representando 10 participantes, afirmam que houve violência entre companheiros;

1,9% representando 10 participantes afirmam que houve violência familiar.

Pergunta 12- Indique quais formas você utiliza para corrigir/orientar seu(s) filho(s).

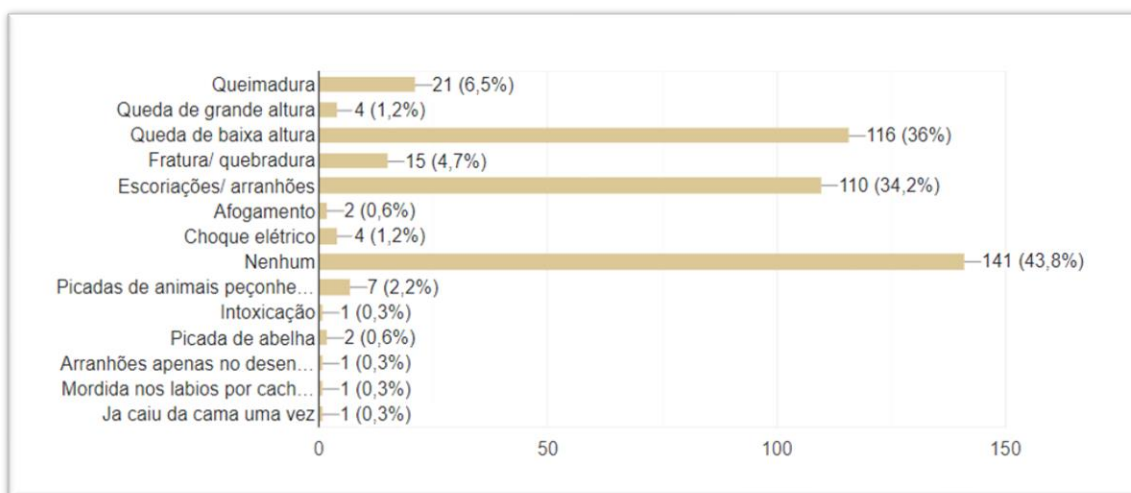
181 Participantes, sendo que 56,2% aconselham, conversam e impõem limites.

107 Participantes, sendo que 33,2% orientam imediatamente e chamam a atenção das crianças sempre que necessário.

23 Participantes, sendo que 7,1% brigam e colocam de castigo para reflexão de seus filhos;

06 Participantes, sendo que 1,9% afirmam que batem nas crianças.,

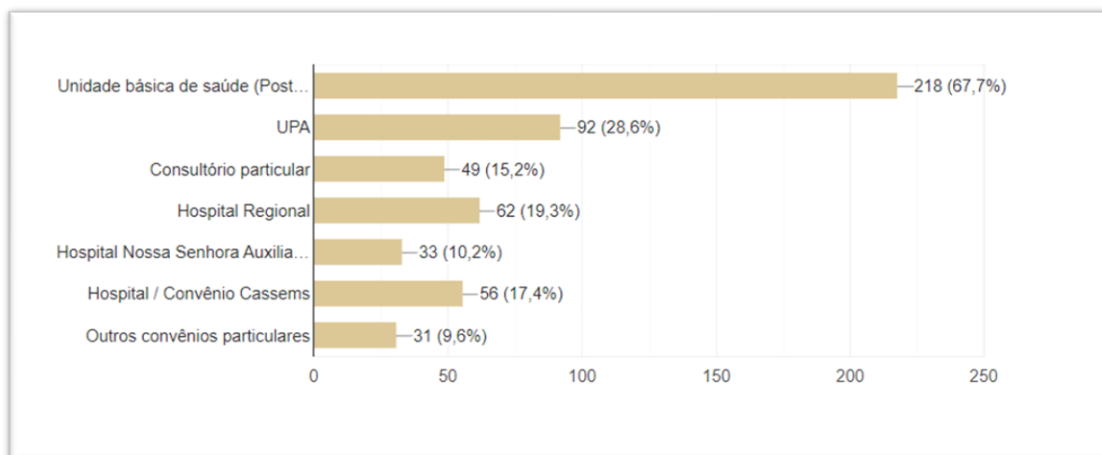
Pergunta 13- Assinale quais dos acidentes domésticos abaixo já aconteceram com seu(s) filho(s).



43,8% Afir-mam não ter ocorrido nenhum acidente. Já referente aos que responderam alguma alternativa, destaca-se um percentual maior voltado a acidentes referentes a queda de baixa altura (116 crianças), escoriações e arranhões (110 crianças), queimadura (21 crianças).

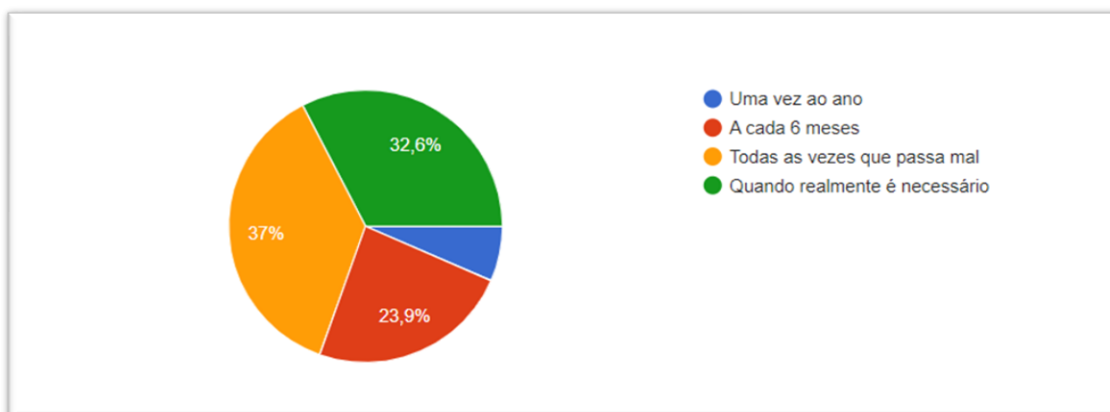


Pergunta 14- Qual serviço de saúde você mais utiliza para seu(s) filho(s)?

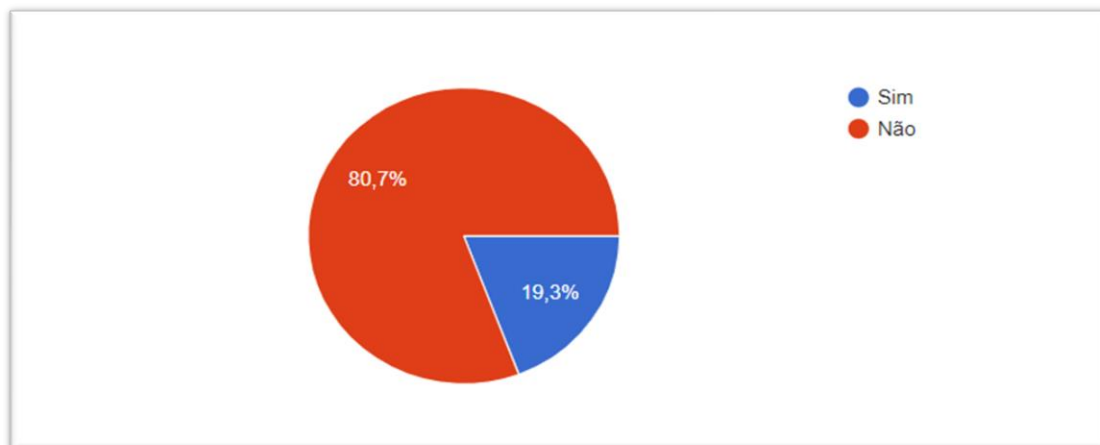


Nessa amostragem de respostas, percebe-se que aproximadamente 80% da população utiliza com maior frequência os serviços ofertados pelo SUS, ocupando em primeiro lugar do ranking as Unidades Básicas de Saúde e em segundo lugar do ranking a UPA. Apenas 20% da população participante da pesquisa tem acesso a convênios particulares.

Pergunta 15- Com que frequência você leva seu(s) filho(s) em consultas médicas/serviços de saúde?

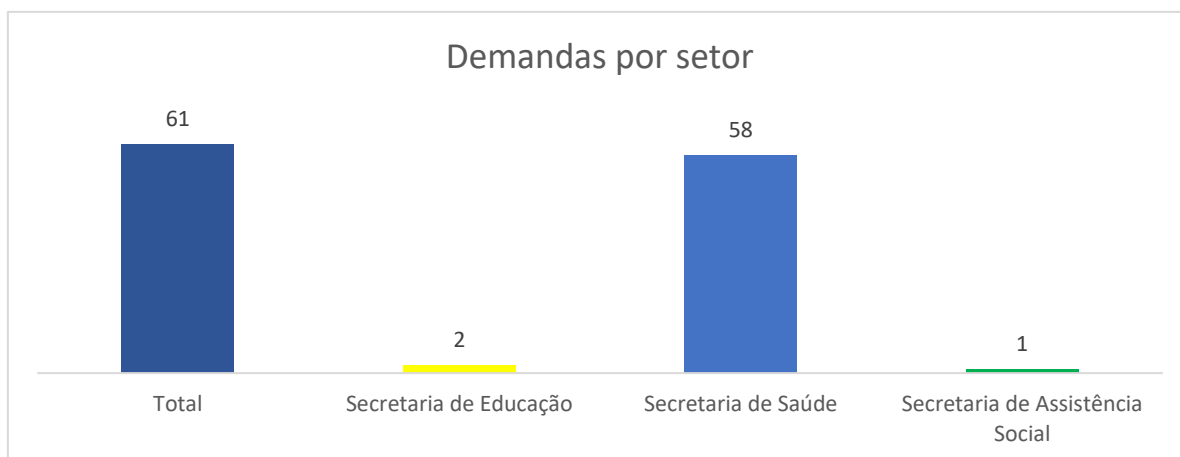


Pergunta 16- Existe algum serviço/atendimento que o seu filho necessita e não consegue acessar?



Embora a maioria das pessoas que responderam tenham afirmado não precisar de algum atendimento (80,7%), as 61 respostas, que totalizam 19,3%, afirmam que precisam de algo relacionado a diversas demandas, conforme aponta o gráfico a seguir.

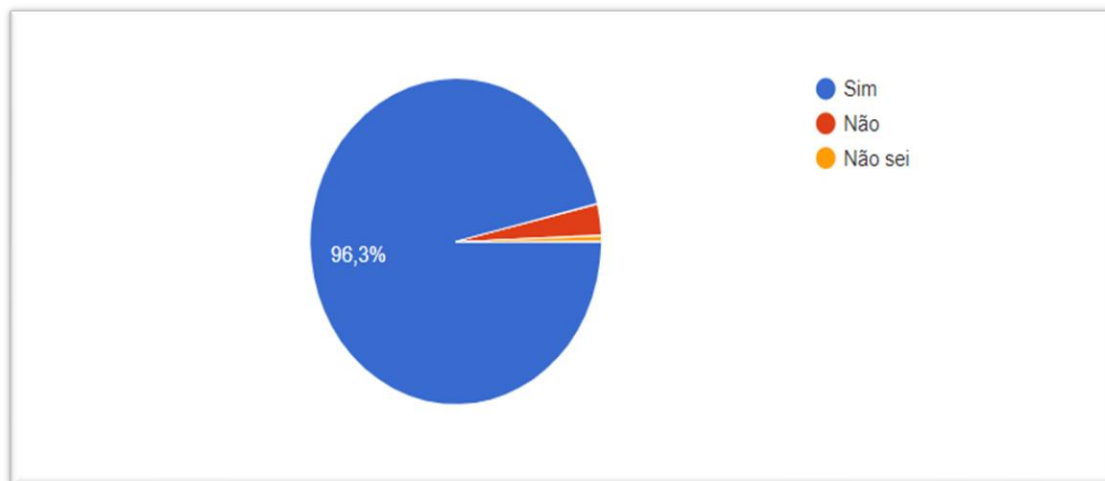
Pergunta 16.1- Se sim, quais?



Em um total de 61 demandas, 97% foram direcionadas à área da Saúde, entre elas, as mais solicitadas são demandas voltadas à falta do profissional especialista ou ao tempo de demora em filas para as seguintes especialidades infantis: terapias, pediatria, neurologia, psicologia, oftalmologia, fonoaudiologia, alergista, cirurgias e dentistas.

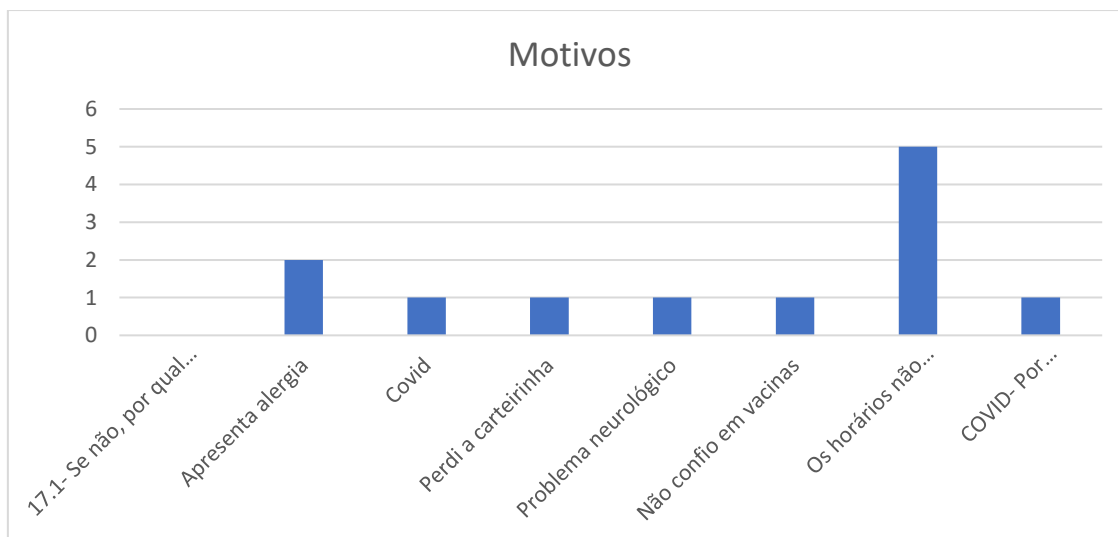
Na Secretaria de Educação a falta de acesso relaciona-se à falta de vaga em creche, e na Secretaria de Assistência Social foi apontado 1 item de Bolsa Família.

Pergunta 17- Seu(s) filho(s) receberam todas as doses de vacina para a idade dele(s)?

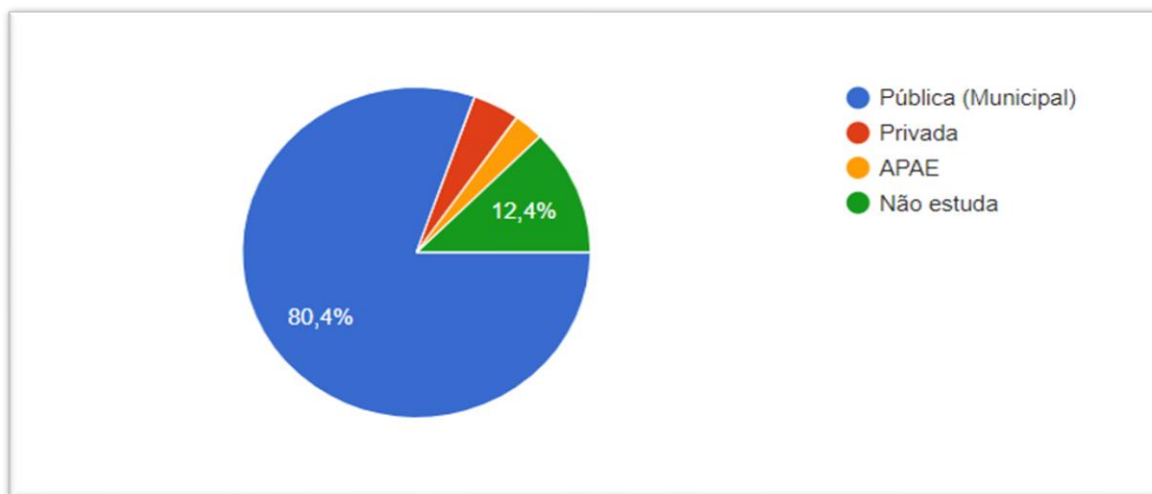


Pergunta 17.1- Se não, por qual motivo?

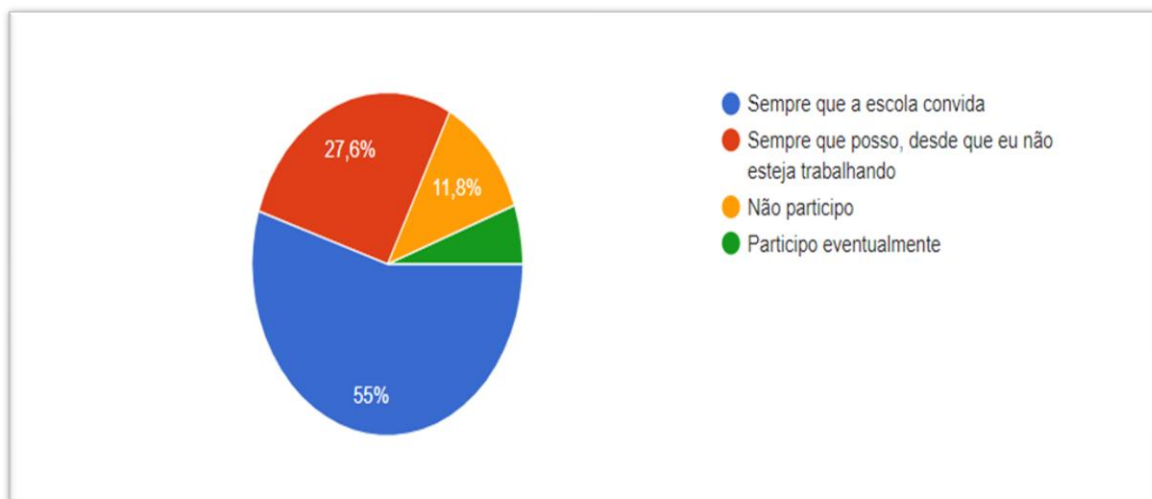
Dos 3,1% que disseram não ter vacinado seus filhos, relacionamos abaixo as justificativas.



Pergunta 18- Seu(s) filho(s) estudam em escola:

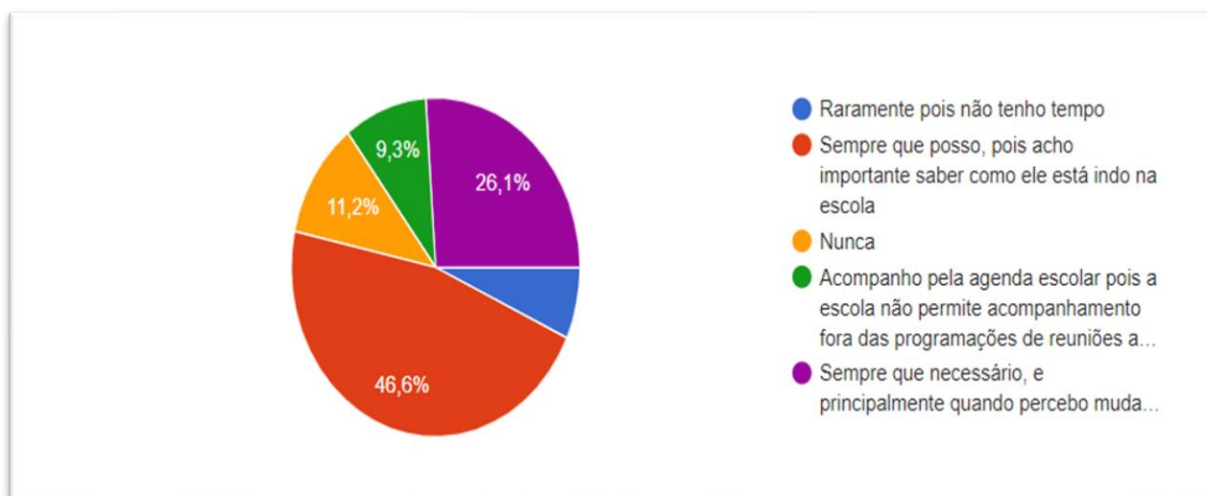


Pergunta 19- Com que frequência você participa de atividades promovidas pela escola?

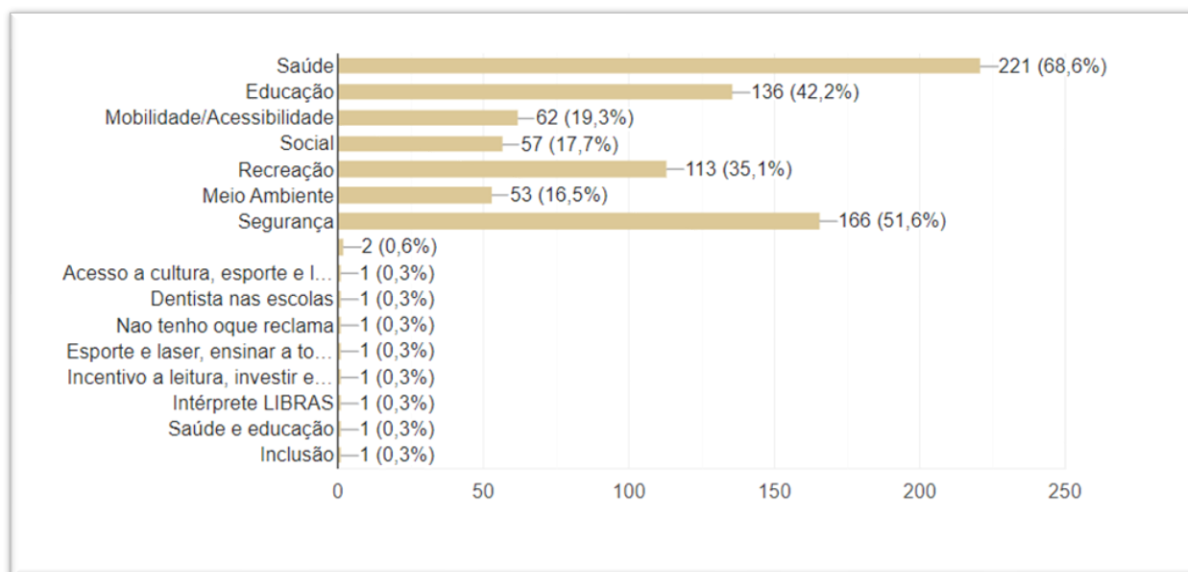


Observa-se pelo resultado que os familiares ou responsáveis pelas crianças precisam ser mais participativos com relação às atividades escolares, pois ao analisar a não participação, somada aos que não priorizam a escola por outros motivos, esse dado chega próximo a 50% das respostas relacionadas à ausência da participação da família.

Pergunta 20- Com que frequência você visita a escola, voluntariamente, para acompanhar e monitorar o desenvolvimento de seu(s) filho(s).



Pergunta 21- O que você gostaria que o município melhorasse com relação a serviços voltados às crianças de 0 a 6 anos de idade?



Em apontamento por alternativas quantitativas, segue-se em ordem de ranking: Saúde, Segurança, Educação, Recreação, Mobilidade/Acessibilidade, Social e Meio Ambiente.

Pergunta 22- Qual a sua sugestão para melhorar os serviços acima para as crianças de Três Lagoas?

Por se tratar de respostas qualitativas, e, se compararmos com os gráficos da pergunta anterior, as demandas por secretarias mudam totalmente com relação a números quantitativos, porém, há uma riqueza de exemplos descritos que traz claramente a dor do munícipe que apontou o serviço de melhoria.

O que segue, são as solicitações da população que organizamos por setores/áreas

INFRAESTRUTURA

- Melhorar os parquinhos públicos e a segurança para as crianças menores.
- Promover mais eventos voltados para as crianças, como: teatros, brincadeiras, etc.
- Ampliar espaços de recreação para as crianças, mais áreas de lazer e mais praças. Uma praça para cada bairro.
- Pensar em espaços para crianças deficientes brincarem, especialmente com controle de ruídos e sons.
- Mobilidade

SEGURANÇA PÚBLICA

- Mais câmeras.
- Policiamento nas escolas, ruas e parques.
- Segurança Pública.
- Segurança nas praças construídas e dos patrimônios.
- Segurança na Lagoa.

SAÚDE

Especialidades	Hospitais
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de médicos pediatras nas unidades de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Pediatra no pronto socorro dos hospitais e UPA.
<ul style="list-style-type: none"> Contratação de médicos especialistas infantis em: neuropediatria, psiquiatria, fonoaudiologia, psicologia, alergologista, endocrinologia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar atendimento.
<ul style="list-style-type: none"> Agilidade na fila de espera para terapias ABA e Multiprofissional voltada à crianças com deficiências e autistas 	<ul style="list-style-type: none"> Atender emergência de crianças ao invés de direcionar para a UPA e a UPA transferir para o hospital.
<ul style="list-style-type: none"> Sanar com urgência filas de espera da clínica da criança e filas para procedimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar planejamento e gestão da compra para não faltar medicamentos nos Postos de Saúde e UPA.
<ul style="list-style-type: none"> Ginecologistas nos postos de saúde 	<h3>Medicamentos</h3>
<h3>Treinamento para servidores</h3>	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar planejamento e gestão da compra para não faltar medicamentos nos Postos de Saúde e UPA.
<ul style="list-style-type: none"> Treinar servidores para maior humanização no atendimento à população em geral, em especial às crianças com deficiência 	<h3>Vacinas</h3>
<ul style="list-style-type: none"> Agilidade nos atendimentos e consultas nos Postos de Saúde e UPA. 	<ul style="list-style-type: none"> Flexibilizar nos horários para vacina.
	<h3>CER/Clínica da Criança</h3>
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do CER e da Clínica da Criança.
	<h3>Órgãos Competentes</h3>
	<ul style="list-style-type: none"> Maior atenção a Saúde Pública

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projetos Sociais	Serviços de Convivência
<ul style="list-style-type: none"> Projetos que acolham crianças menores e que não ficam em creche integral. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos familiares.
<ul style="list-style-type: none"> Projetos que desenvolvam os grandes talentos das crianças. 	<h3>Cursos para População</h3>
	<ul style="list-style-type: none"> Mais cursos.

EDUCAÇÃO

Segurança

- Aumentar o número de Segurança/Policiamento/Guarda Municipal/Guarda de Trânsito nas Unidades Públicas.
- Ampliar sistema de monitoramento nas Unidades Escolares e instalação nos locais que ainda não possuem.
- Estudar uma forma melhor de entregarmos as crianças nos CEIs para que não tenha liberdade de entrar muitas pessoas na entrada e saída.

Gestão

- Formação dos Profissionais em Educação nas diversas áreas, campos e modalidades (inclusive Educação Especial).
- Aumentar o número de Profissionais para acompanhar as crianças com deficiência.
- Mais atendentes para cuidar dos bebês.
- Adequação de horário de atendimento em CEIs e Escolas com relação a capacitação dos professores.
- Mais atividades ao ar livre.
- Ter atividades que fortaleçam as relações entre família e escola.

Projetos/Parcerias

- Ampliar o atendimento de Profissionais, como: Dentistas e Psicólogos.
- Educação para o Trânsito e Meio Ambiente.

Infraestrutura

- Ampliação, reforma e manutenção das Unidades Escolares.
- Ar condicionado em todas as unidades.
- Persianas ou insulfilme nas janelas.
- Adequação e manutenção dos recursos pedagógicos (variedades brinquedos).

Vagas

- Construção de mais CEIs para ampliação de vagas.
- Ampliação de Escolas em Tempo Integral.

TRÂNSITO

Transporte

- Mais linhas de ônibus e horários flexíveis para o transporte público (atender o horário escolar).

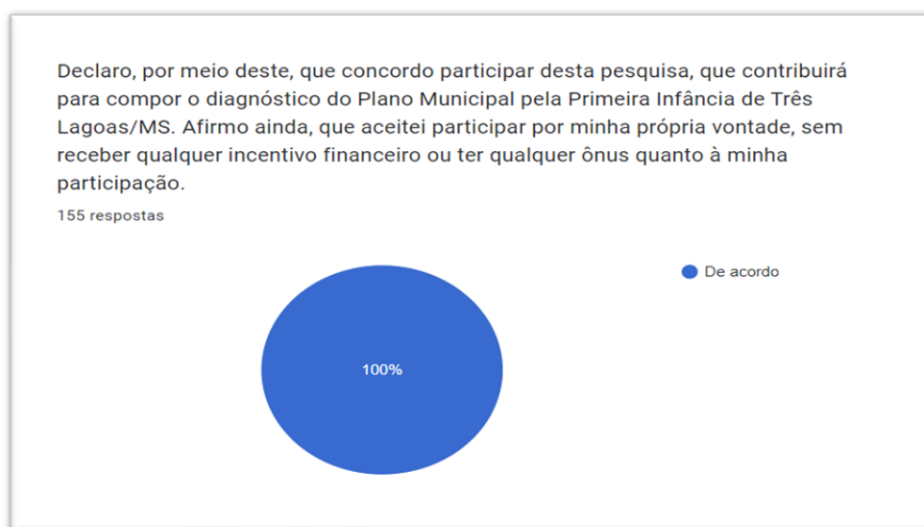
INSTRUMENTO DE ESCUTA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 04 A 06 ANOS

O Instrumento de Escuta para o Público-Alvo de Profissionais da Primeira Infância que atuam na área da Educação diretamente em escolas e creches do município foi compartilhado com os participantes por profissionais Técnicos nominados em Decreto Municipal, que atuam no Comitê Intersectorial pela Primeira Infância de Três Lagoas.

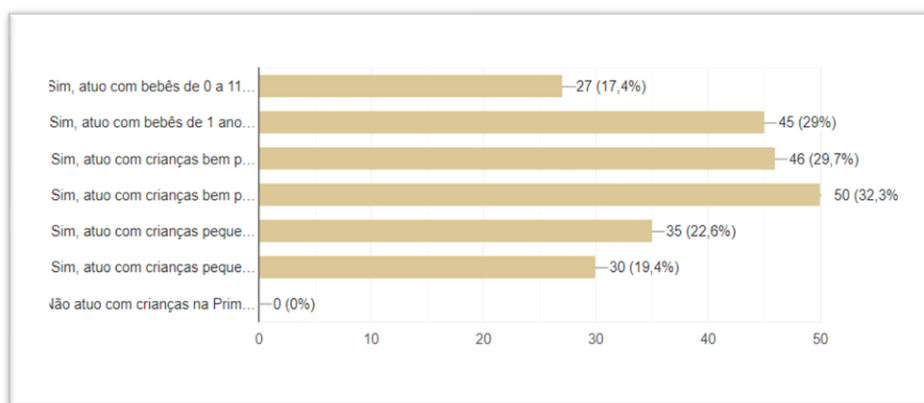
Estes profissionais compartilharam o link eletrônico (criado através do Google Forms) via WhatsApp, direcionado por amostragem, com escolas e creches do município, e com escolas privadas, direcionado especificamente aos professores, atendentes e estagiários de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Obtivemos um total de **155 respostas**, consolidando as seguintes análises:

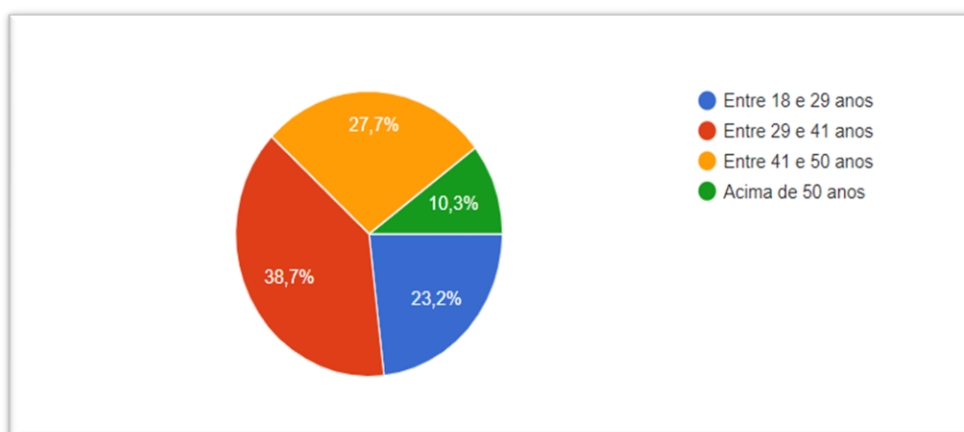
100% dos profissionais que responderam, deram o seu consentimento para seguir com a pesquisa do formulário.



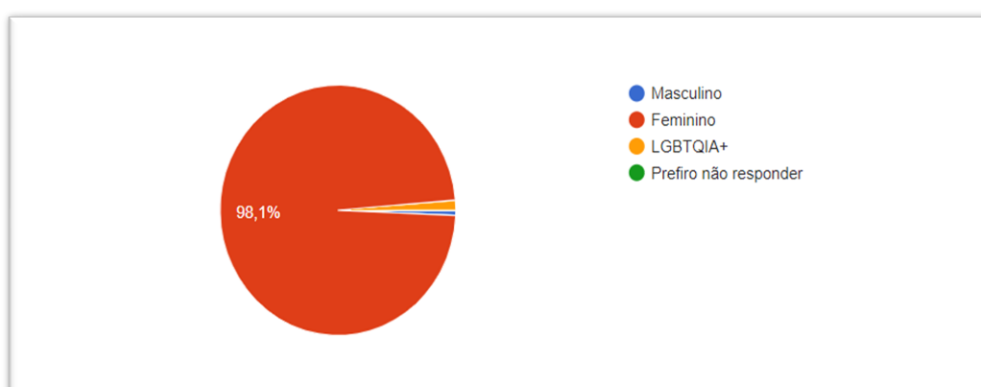
Pergunta 01- Você atua diretamente com crianças da Primeira Infância?



Pergunta 02- Qual sua idade?

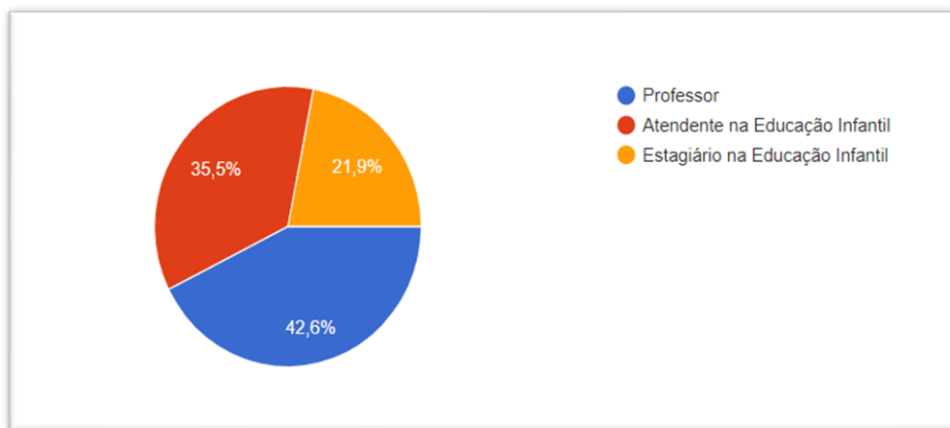


Pergunta 03- Qual seu gênero?



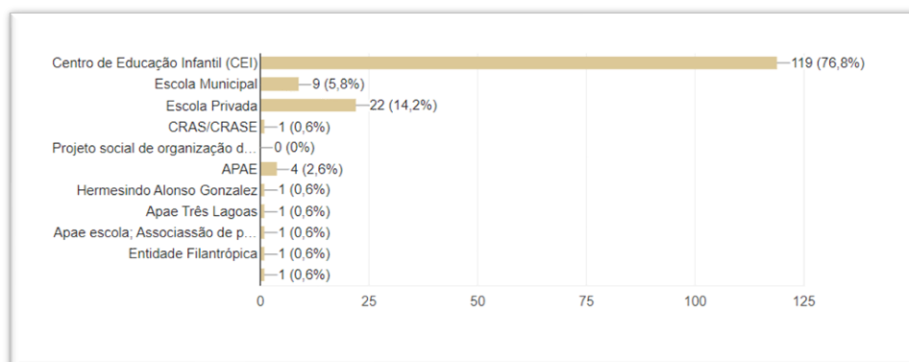
A maior parte dos questionários foram respondidos por mulheres, com 98,1% totalizando 152 respostas. Houve a participação de 1 resposta do gênero masculino, e 2 respostas do gênero LGBTQIA+.

Pergunta 04- Qual sua atuação?



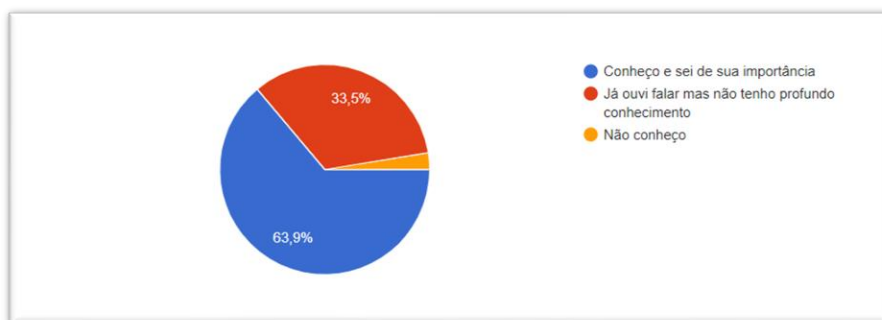
Observa-se que a pesquisa atingiu as três principais funções que atendem diretamente o Público-alvo de crianças de 0 a 6 anos. O que traz automaticamente a real percepção de quem lida na prática com as crianças Público-alvo do Plano Municipal pela Primeira Infância na área da Educação, no município de Três Lagoas/MS. Tendo como ranking a participação de 66 professores, com 42,6% das respostas, seguido por 55 atendentes, com 35,5% das respostas e 34 estagiários com 21,9% das respostas.

Pergunta 05- Em qual instituição você atua?



Observa-se que houve uma concentração maior da participação de profissionais da Educação que atuam nas CEI's (Centros de Educação Infantil do Município), com 119 respostas (76,8%), seguida por profissionais de escolas Privadas, com 22 respostas (14,2%) e 9 repostas de profissionais das Escolas Municipais (5,8%).

Pergunta 06- Você conhece o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente?

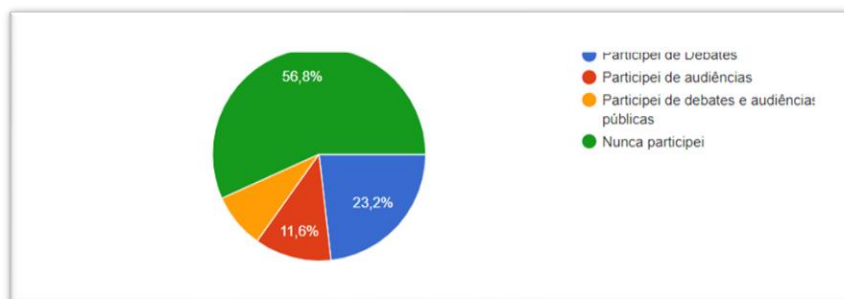


Embora 63,0%, que representa 99 participantes, afirmam conhecer o ECA, por se tratar de diretrizes que norteiam a garantia de direitos protegidos por lei, a proteção física, moral, social e psicológica de crianças e adolescentes, amparada pela constituição federal, reforça-se a necessidade de realizar um trabalho específico de capacitação de profissionais que atuam na área da educação.

Pergunta 07- Se você conhece o ECA, explique a sua visão sobre o mesmo?

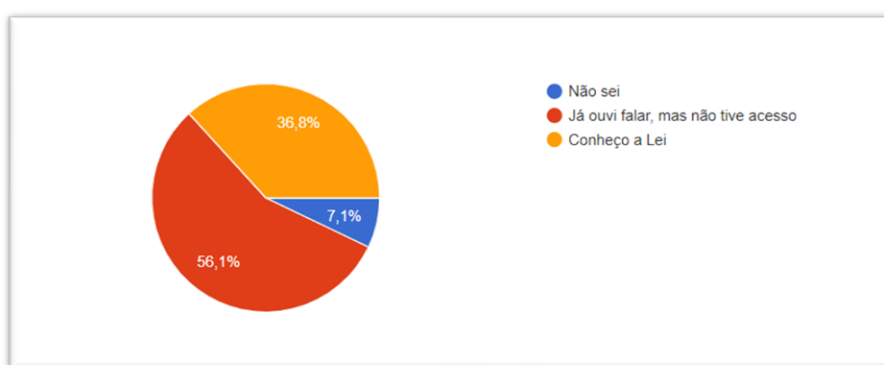
Em um universo de 155 participantes, 93 profissionais, que representa 60% das respostas, relatam o significado da sigla ECA de forma superficial, o que reforça a análise anterior, sobre capacitar na íntegra os principais deveres que os mesmos devem saber para atuarem efetivamente na prática da sala de aula e nas mediações da escola, com o devido conhecimento legal e principalmente para resguardar de forma ética e profissional todos os direitos das nossas crianças e adolescentes.

Pergunta 08- Você já participou de cursos voltados à prevenção e cuidados com crianças?



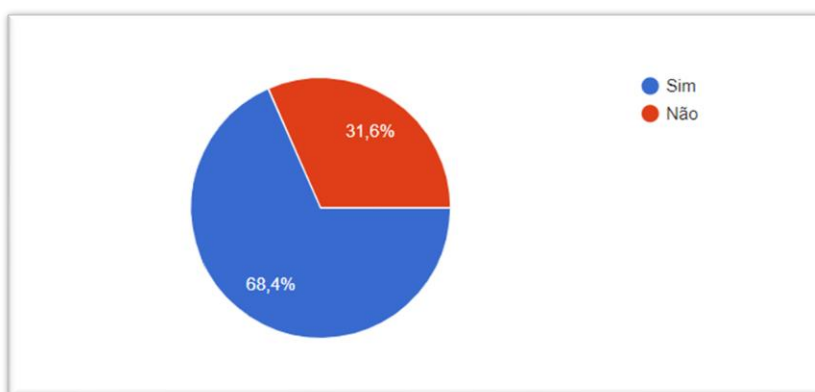
Observa-se novamente um ponto de observação e relevância, o qual deve ser considerado para entrar como proposta de Programa de Capacitação para essa classe, tanto na rede pública, quanto na privada. No gráfico acima, 56,8% das respostas “NUNCA PARTICIPEI”, representa 88 participantes de um grupo total de 155, um dado sensível para uma classe que lida com crianças e bebês do município.

Pergunta 9- Você tem conhecimento que existe uma Lei Nacional que trata especificamente sobre direitos para a Primeira Infância?



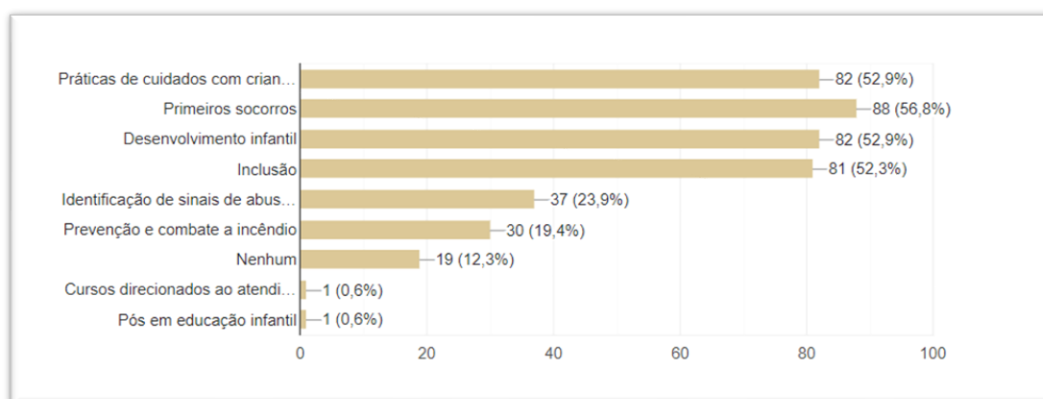
Novamente, as respostas reforçam a análise das perguntas anteriores, importante não deixar de ter um plano de ação voltado à qualificação desses profissionais.

Pergunta 10- Você tem conhecimento que o município de Três Lagoas está construindo o Plano Municipal pela Primeira Infância?



Embora 68,4%, que representa 106 profissionais da área de Educação, afirmam ter conhecimento do Plano Municipal, há uma necessidade de expandir essa divulgação no município como um todo. Essa é uma das metas que farão parte da efetivação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Três Lagoas/MS e que se concretizará também com a etapa de Observatório que será instituído.

Pergunta 11- Assinale quais dos cursos abaixo você já participou.

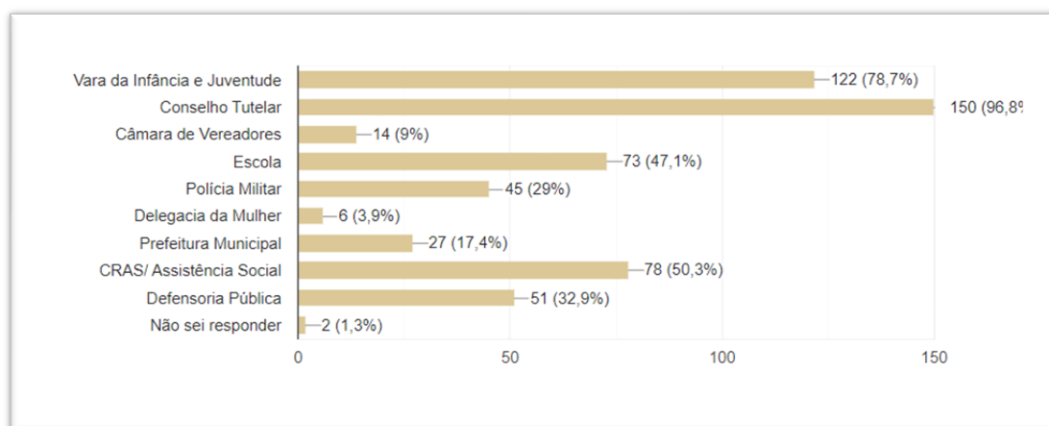


O resultado acima é bem interessante, e até conflita com as respostas da pergunta 08.

De qualquer forma, fica como oportunidade para o município entender a oferta e a efetiva participação dos profissionais. É importante mapear, em ambos segmentos, público e privado, que falta essa ação de capacitação.

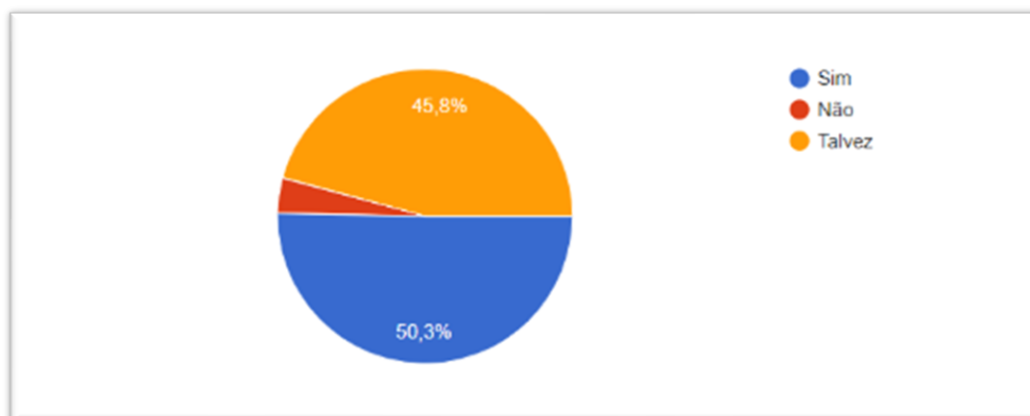


Pergunta 12- Quais órgãos são responsáveis pela proteção e garantia dos direitos das crianças?

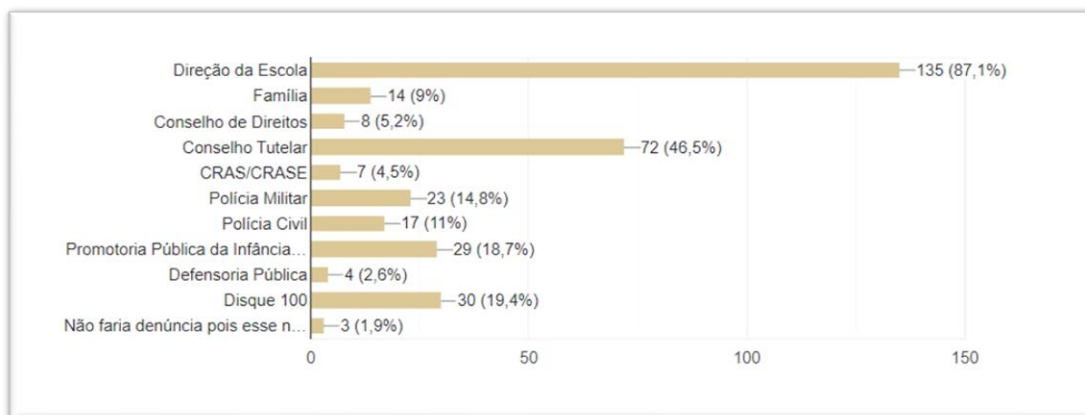


Quando comparamos a resposta dos profissionais que atuam na educação com a resposta dos familiares referente a mesma pergunta, observamos que a percepção é a mesma, pois ambos, em sua maioria, sabem a que órgão recorrer, contudo, nos chama a atenção a quantidade de respostas voltadas à busca por rede de apoio nas escolas.

Pergunta 13- Você sabe, ou saberia, reconhecer sinais de maus tratos, violência ou abuso sexual em seus alunos?

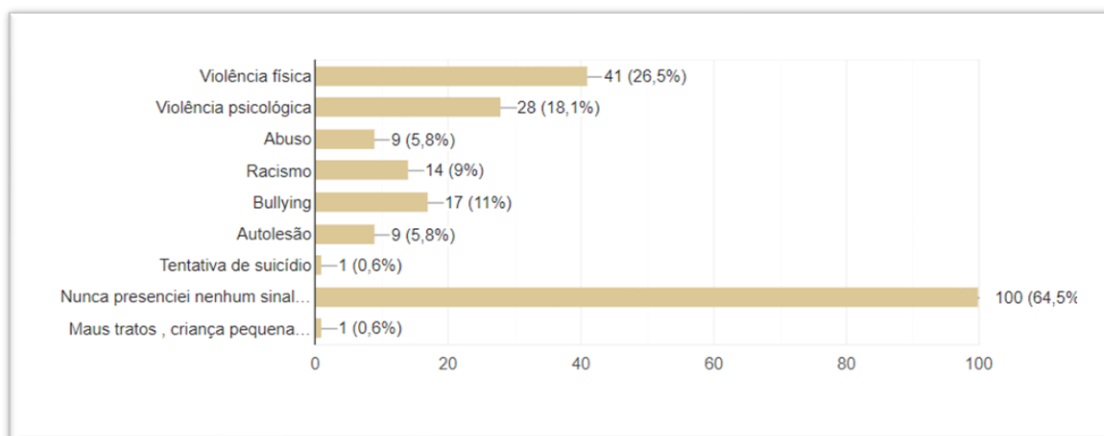


Pergunta 14- Ao reconhecer ou suspeitar de eventuais abusos sofridos pelo aluno, quais órgãos você acionaria para realizar uma denúncia?



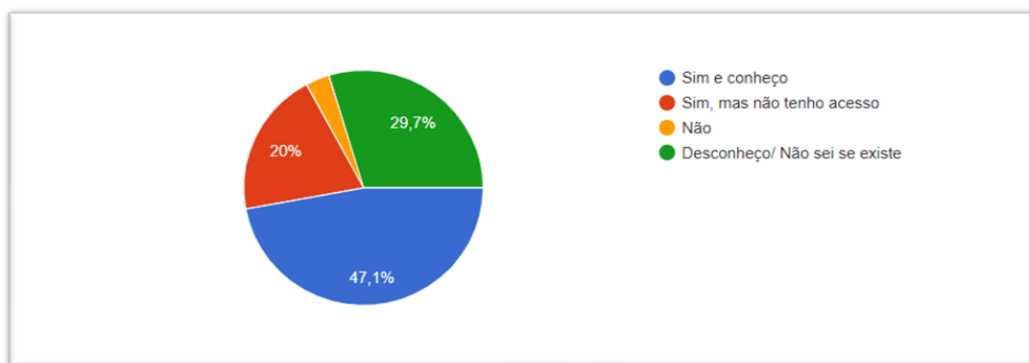
As respostas referentes às perguntas 13 e 14 trazem a preocupação com o tema, mas também a importância de haver um fluxo estruturado para atender casos de identificação de abuso e enseja reflexão de como o município deve preparar os profissionais para uma atuação sigilosa, ética e especializada.

Pergunta 15- Assinale quais sinais de violência você já identificou em alunos de 0 a 6 anos.



Embora a amostragem resulte em 155 avaliados, as respostas acima são dados preocupantes, que precisam de planos de ações efetivos para prevenção.

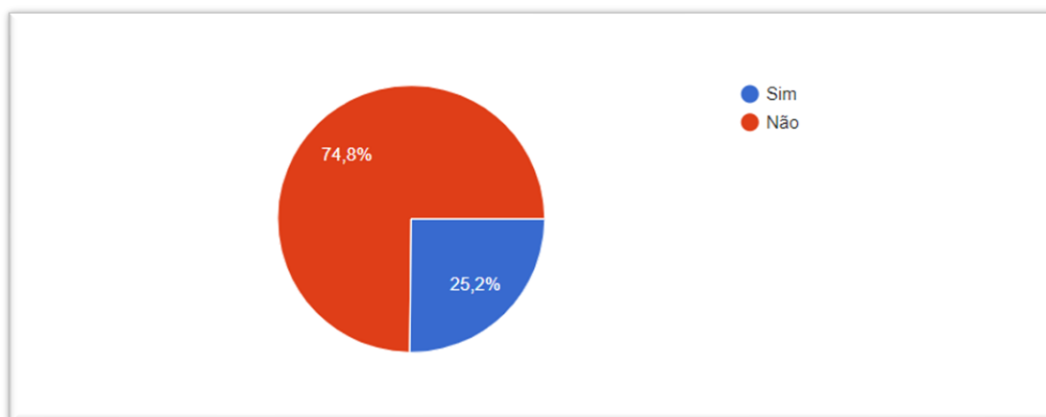
Pergunta 16- A escola em que atua possui alguma normativa que oriente a tomada de decisão com relação a violações de direitos?



Embora 47,1% dos entrevistados afirmam ter e conhecer alguma normativa, ainda desperta uma grande atenção o total de entrevistados (49,9%, equivalente a 82 respostas) que desconhecem, não sabem ou não têm acesso a uma informação de cunho extremamente relevante a profissionais que lidam com crianças.

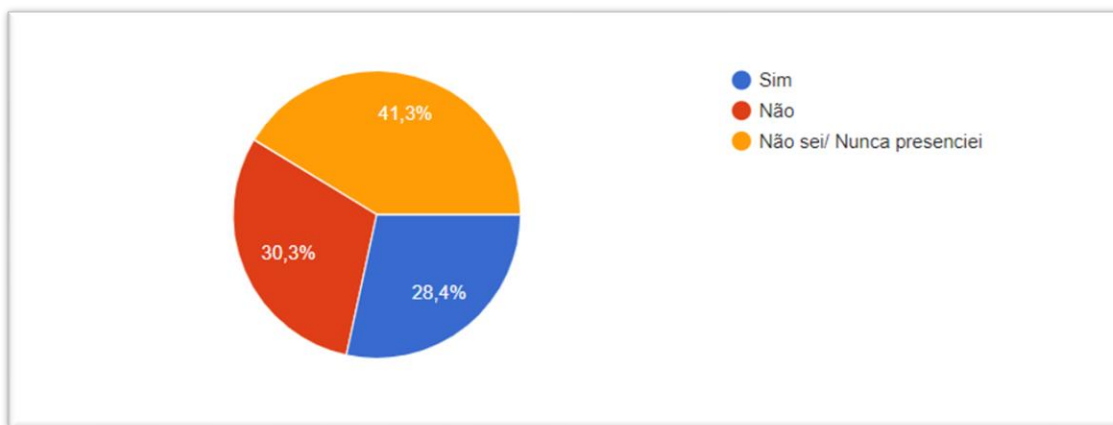
Esse é mais um ponto relevante a ser considerado no plano de ações de propostas que serão implementadas como metas.

Pergunta 17- No ato de sua contratação, você teve que apresentar antecedentes criminais?



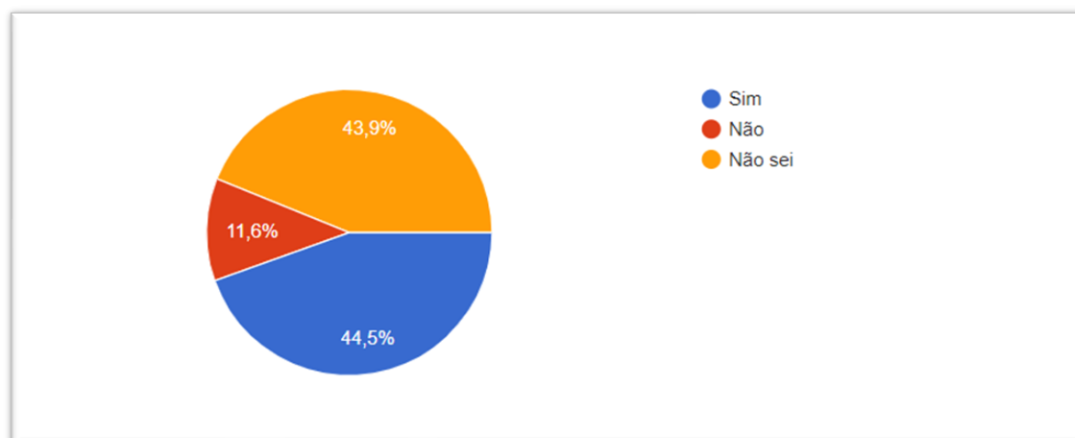
Avaliar juridicamente a possibilidade de se tornar projeto de lei a obrigatoriedade de antecedentes em todos os processos seletivos de profissionais que atuam nas escolas e/ou com crianças no município de Três Lagoas/MS.

Pergunta 18- Na instituição em que você atua, já ocorreu algum tipo de acidente com crianças de 0 a 6 anos?



Entender com a Secretaria de Educação se há algum tipo de controle ou registro nas escolas para avaliar os indicadores dos principais registros e causas.

Pergunta 19- Na instituição onde atua, há medidas de prevenção de acidentes?

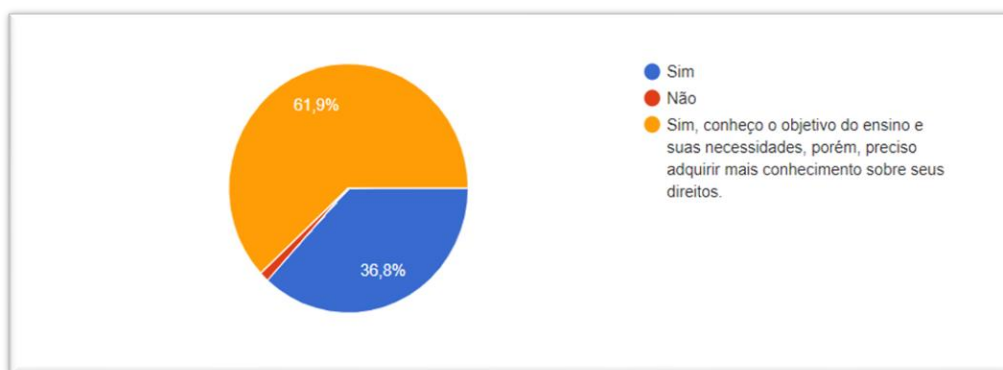


Há oportunidade de desenvolvimento nesse ponto com relação a estruturação de fluxos, orientações e capacitações dos profissionais destes setores.

Pergunta 19.1- Se sim, quais?

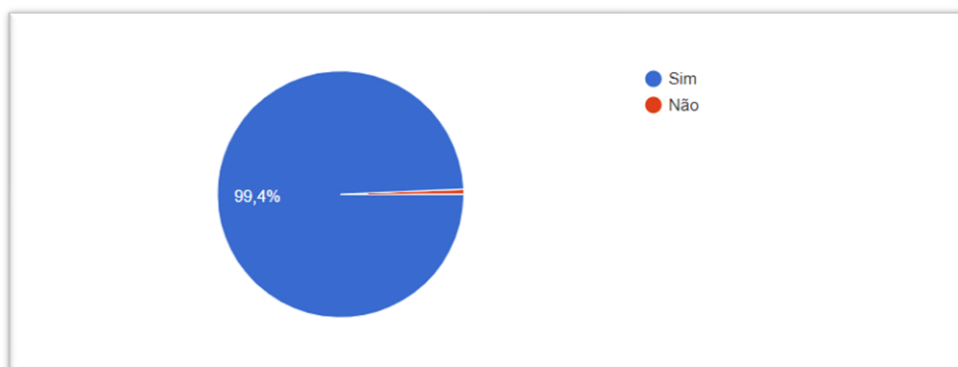
37,41% dos participantes, equivalente a 58 respostas, relatam que recebem orientações diversas referente a cuidados gerais com as crianças, cuidados com higiene, limpeza, primeiros socorros e comunicação imediata à direção/gestão em casos de ocorrências.

Pergunta 20- Enquanto profissional da Educação Infantil, é possível afirmar que conhece o objetivo da etapa de ensino para os bebês e crianças, seus direitos e necessidades?

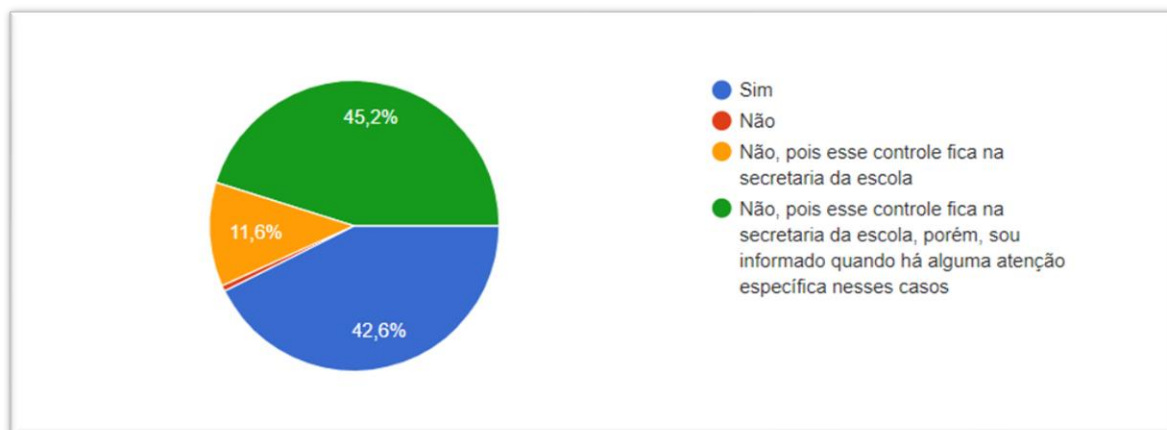


61,9%, ou seja, 96 participantes, afirmam que conhecem o objetivo do ensino, mas precisam adquirir mais conhecimento sobre os direitos das crianças.

Pergunta 21- Enquanto profissional da Educação Infantil, você considera que possibilita ações capazes de promover a saúde dos bebês e crianças, garantindo um ambiente seguro e que incentiva a aprendizagem, desenvolvimento e bem estar?

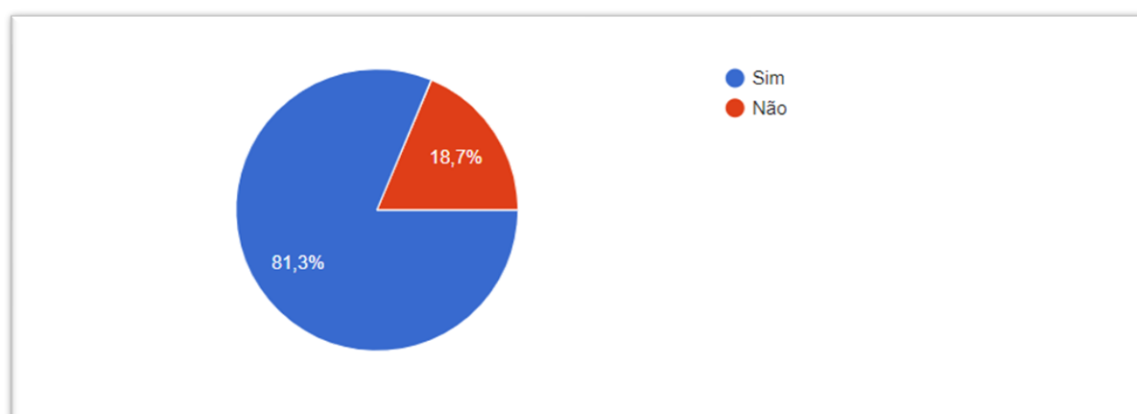


Pergunta 22- Enquanto profissional da Educação Infantil, você possui alguma ficha da criança, na qual registra seus problemas de saúde, tais como: alergias, necessidades especiais, assim como o contato do responsável em caso de emergência?

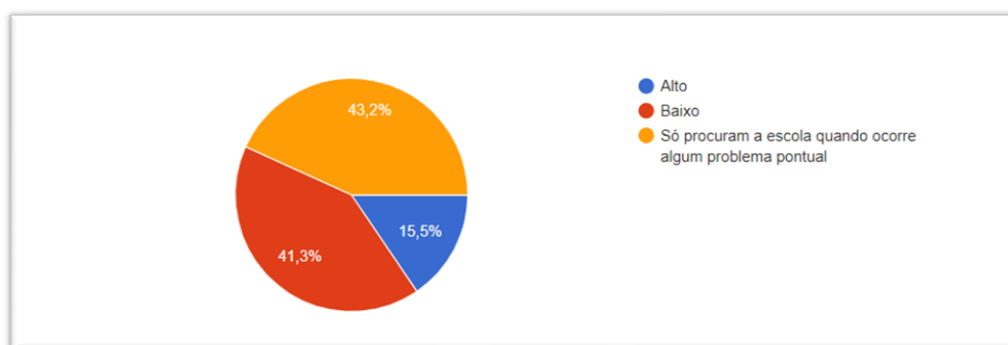


É importante entender na prática essa divisão de respostas, pois, independentemente de onde fica o controle, é essencial que o profissional que está cuidando de crianças tenha o conhecimento de situações específicas de cada criança.

Pergunta 23- Enquanto profissional da Educação Infantil, você considera que há espaço e tempo para o diálogo e a escuta cotidiana das crianças e família?



Pergunta 24- Como você avalia o nível de interesse dos pais quanto a procurar, voluntariamente, a escola e/ou professores para saber sobre a aprendizagem e desenvolvimento das crianças?



Pergunta 25 - Você tem alguma sugestão de melhoria para contribuir com a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de nosso município?

Por se tratar de respostas qualitativas, o Profissional apontou o serviço de melhoria e o que segue, são as solicitações da população que organizamos por setores/áreas.

Currículo

- Retirada dos integrais para bebês, afinal passam mais tempo com os profissionais do que no ambiente familiar. Proporcionar o parcial para que assim cresçam e saibam valorizar os seus professores.
- Observar o tempo de permanência das crianças nos CEIs, algumas passam até 12 horas.
- Matriz Curricular da Educação Infantil com aulas de Arte e Educação física no período contrário não está funcionando.

Gestão

- Ampliar e fortalecer ações que envolvam a participação das famílias nas Unidades Escolares.
- Conscientização das famílias e da sociedade em geral, sobre a importância e os direitos das crianças na primeira infância e as consequências caso esses direitos não sejam respeitados (Palestras).
- Formação para as famílias a respeito do novo Currículo da Educação Infantil.
- Ouvir os professores e gestores atuantes da infância (principalmente na elaboração de documentos).
- Observar, rever e cumprir as metas do Plano Municipal de Educação – referente a quantitativo de crianças nas turmas e aquisição de materiais pedagógicos de acordo com a faixa etária.
- Avaliar o cardápio elaborado na alimentação/merenda e horário que é servido.

Infraestrutura

- Instalação, manutenção e adequação dos mobiliários (bens imóveis) nas Unidades Escolares (ar condicionado).
- Educação Física: materiais para trabalhar psicomotricidade.
- Brinquedos de acordo com a faixa etária da criança (brinquedos maiores).
- Adequação dos prédios que atendem as crianças tão pequenas.
- Suporte necessário para atender a criança inclusa.
- Destinar mais materiais brincantes/brinquedos como parquinhos maiores para os CEIs.
- Manutenção e reforma dos parquinhos de madeira.
- Planejar e investir mais em espaços com arborização e jardinagem nas Unidades Escolares (interno e externos)

Especialidades	Formação
<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Psicólogos nas Unidade Escolares para acompanhamento e a escuta das crianças (profissionais capacitados para reconhecer os abusos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas e estudos quanto ao cuidado e manejo com crianças portadoras de algum transtorno ou deficiência.
<ul style="list-style-type: none"> • Profissional da Assistência Social, bem como Fonoaudiólogos, nas Unidades Escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas e estudos quanto ao cuidado e manejo com crianças portadoras de algum transtorno ou deficiência.
<ul style="list-style-type: none"> • Profissionais qualificados no atendimento a alunos neuro divergentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento no ensino e aprendizagem do aluno da escola pública.
<ul style="list-style-type: none"> • Mais funcionários e estagiários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento no ensino e aprendizagem do aluno da escola pública.
<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Tutelar mais atuante, mediante as informações fornecidas pelas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Primeiros Socorros e mais palestras do AEE.
	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de experiência com municípios vizinhos.

INSTRUMENTO DE ESCUTA - CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS DE IDADE

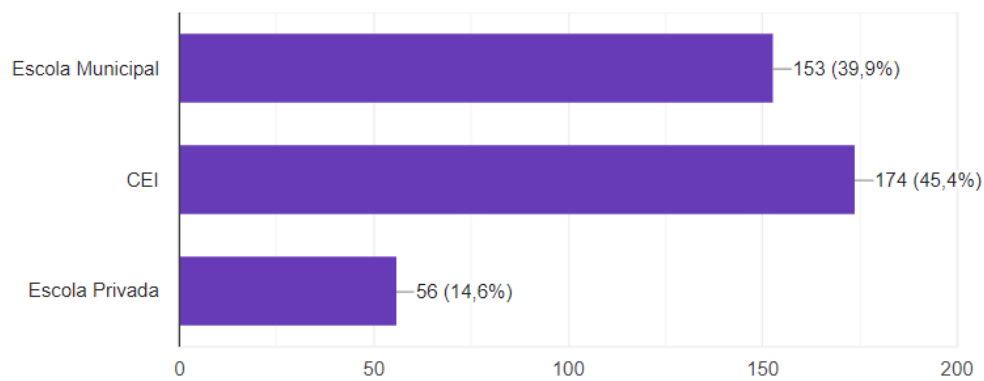
O Instrumento de Escuta para o Público-alvo Crianças da Primeira Infância (idade de 4 a 6 anos) foi compartilhado com os professores de Escolas e CEI's Públicas e Privadas.

As escolas selecionadas para participar deste processo disponibilizaram os profissionais para receber capacitação, desta forma, foram treinados e orientados quanto a como proceder com a aplicação didática do mesmo.

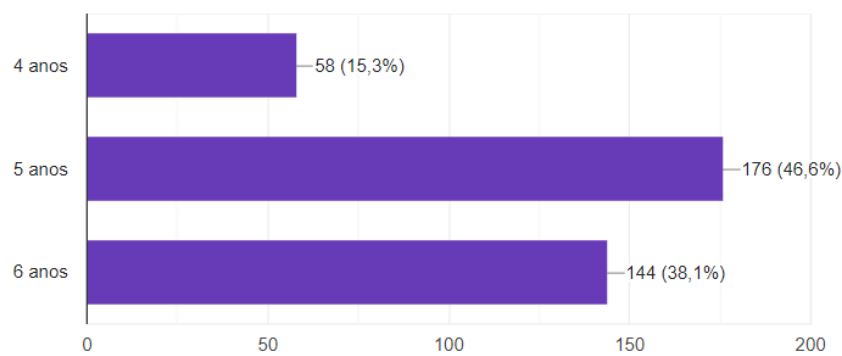
Obtivemos a participação de 386 crianças, consolidando as seguintes análises:

100% dos pais de crianças ouvidas assinaram um Termo de Consentimento autorizando os professores a seguirem com a aplicação do Instrumento de Pesquisa.

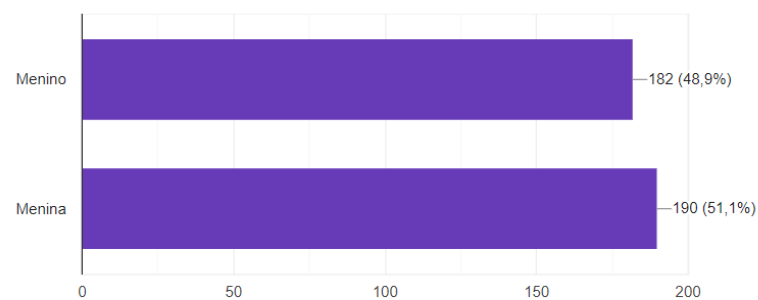
1. Total de crianças ouvidas por Instituição de Ensino



2. Idade das crianças ouvidas

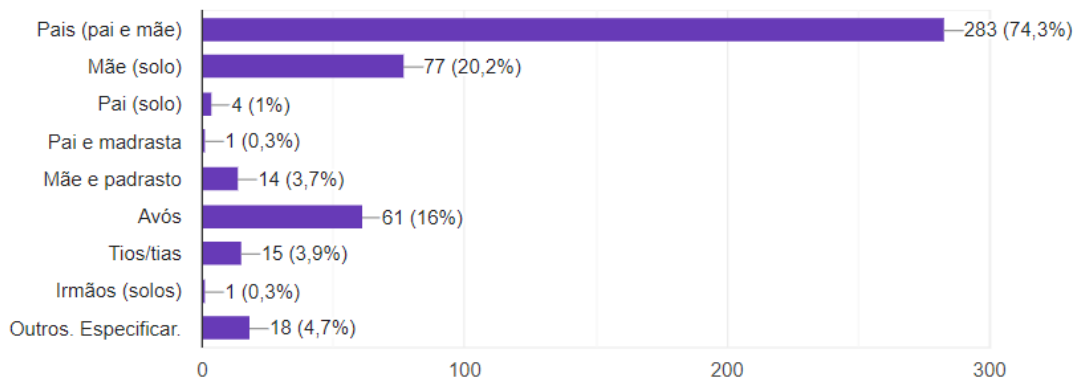


3. Quantidade de crianças ouvidas por gênero

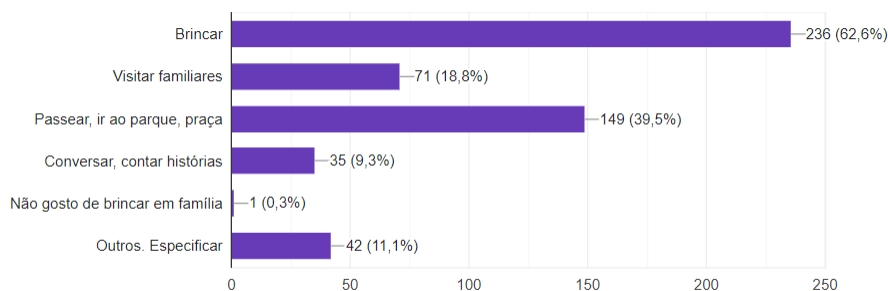




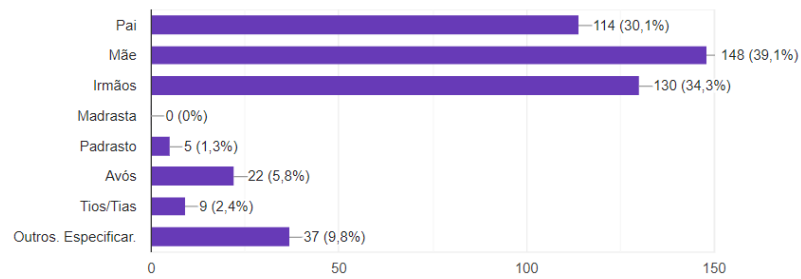
4. Quem mora com você em casa?



5. Com a música "Abra a roda, Tin dô Lê Le - organizar as crianças para conversar. Após diálogo perguntar: O que você mais gosta de fazer para se divertir em família?

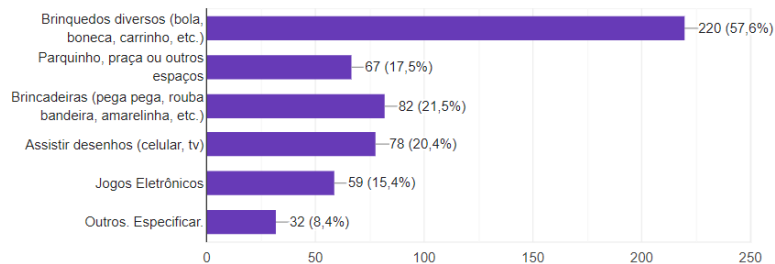


6- Em casa, com quem você mais gosta de brincar ou conversar? Por quê?



As crianças em suma respondem que gostam de brincar com as pessoas citadas por serem legais, divertidas e porque brincam com elas.

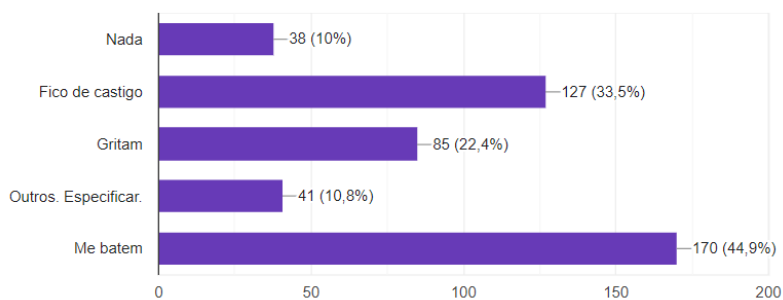
6.1. Qual é o seu brinquedo ou brincadeira preferida?



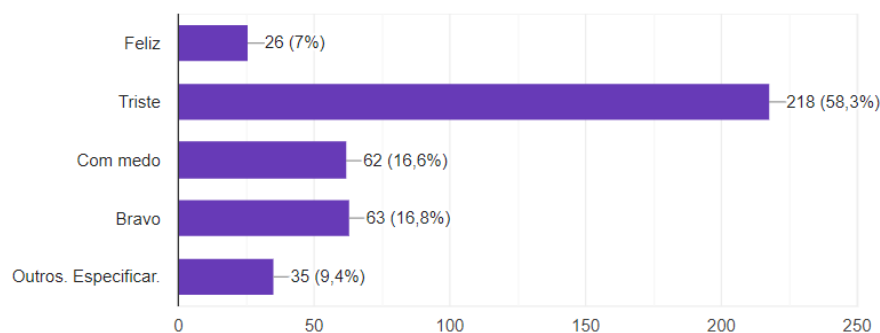
7. Convidar a criança para desenhar o que ela mais gosta de fazer para se divertir.



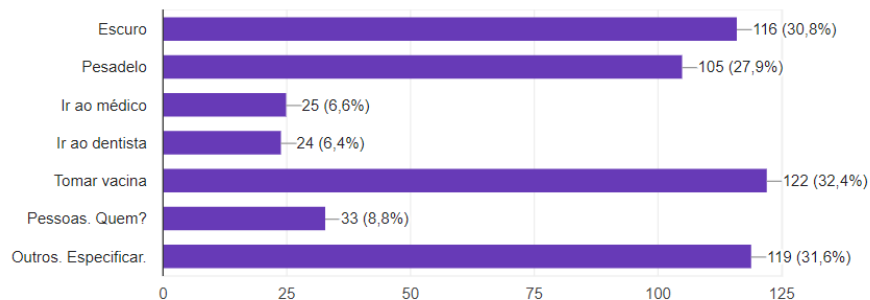
8 - Quando alguém da sua família (pai, mãe, avó...) ficam bravos com você, o que acontece?



9 - Como você se sente quando isso acontece?



10 - Do que você tem medo? Por quê?

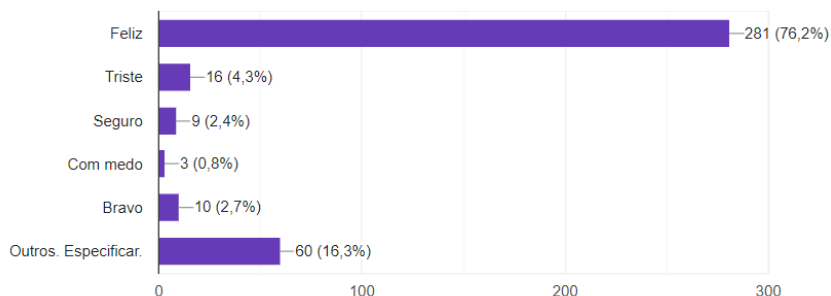


10.1- Convidar a criança a representar em desenho.



11- Entregar cartões com as emoções (*emojis*) para a criança realizar a interpretação com o grupo, identificando o que cada expressão representa enquanto sentimento e, depois, perguntar: Como você se sente quando está com sua família?

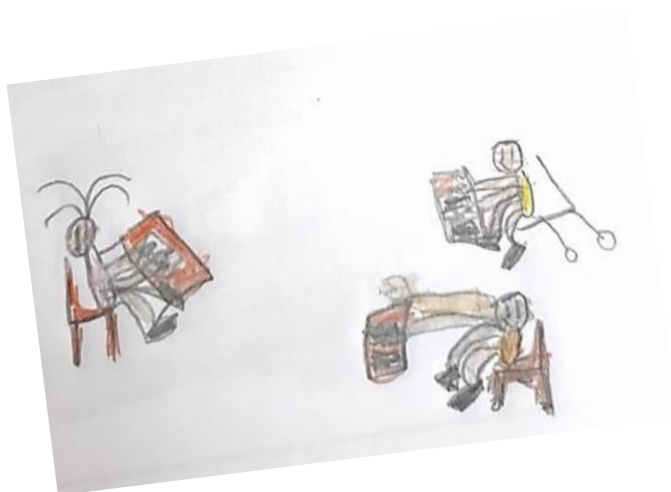
Pedir para que levantem o cartão para responder. Após isso, solicitar que a criança faça a colagem do *emoji* que escolheu.



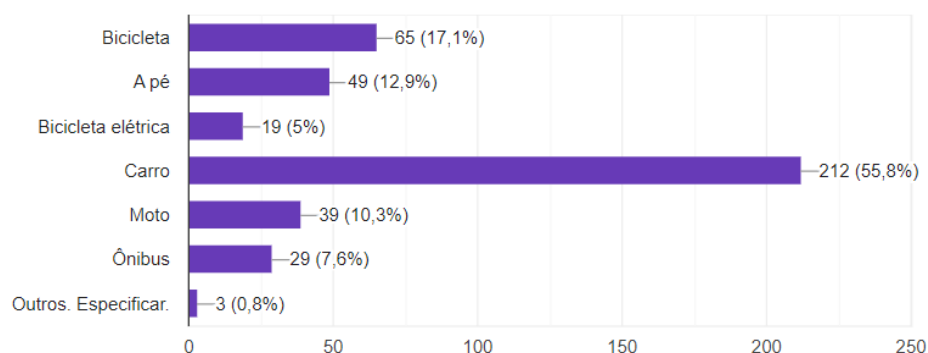
Principais relatos: Por que eu amo a minha família; amo estar com eles.

12 - As pessoas que moram com você trabalham fora? O que eles fazem? Você trabalha com eles? O que você faz?

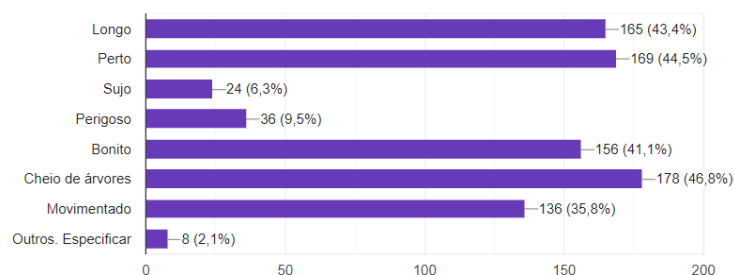
A maior parte dos relatos são que os pais trabalham e os filhos ficam com parentes, avós, tios ou vão para o trabalho dos pais no contra turno da escola, quando estes têm comércio próprio.



13 - Como você vem para a escola?



14 - Como é o trajeto para escola?



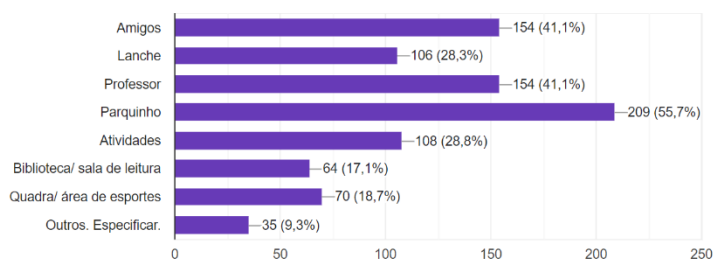
14.1- Especificar.

<i>Ponte quebrada;</i>
<i>Tem buracos;</i>
<i>As vezes um pouco feio;</i>
<i>O carro pode passar por cima;</i>
<i>Minha mãe não deixa andar sozinha;</i>
<i>Bem pertinho;</i>
<i>Tem um monte de buracos;</i>
<i>Muitos semáforos;</i>
<i>É tranquilo;</i>
<i>Borboletas;</i>
<i>Cheio de terra.</i>

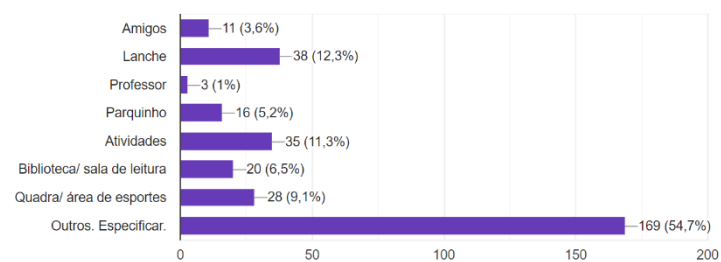
14.2- Convidar a criança a representar em desenho o trajeto para a escola.



15- Agora vamos fazer um passeio pela escola. Observe tudo o que você gosta e não gosta no espaço. O que você mais gosta na escola?



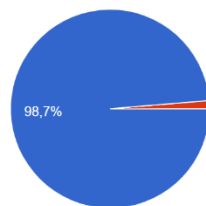
16- O que você não gosta na escola?



17- Agora vamos desenhar: O que eu gostaria que a minha escola tivesse?



18- Você tem amiguinhos na escola?



- Sim. Desenhe o amiguinho que você mais gosta.
- Não. Relatar o motivo.

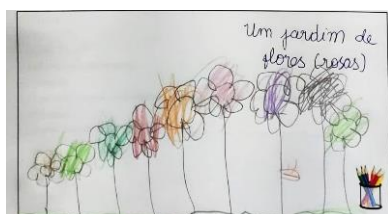
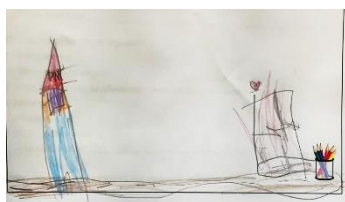
18.1- Não. Relatar o motivo.

Não tem um amigo preferido.
Não tenho um amigo que mais gosto.
Por que fico com medo.
Porque ele não gosta de colegas.
Diz que não gostam de brincar com eles.

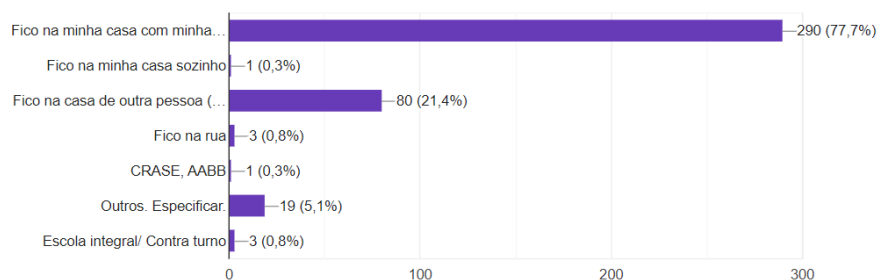
19- Realizar a leitura do livro "Nunca acontece nada na minha rua" ou "Se criança governasse o mundo."

Após leitura, convidar as crianças para um passeio e pedir para observarem o entorno da escola. Ao retornar para sala, convidar a criança a desenhar:

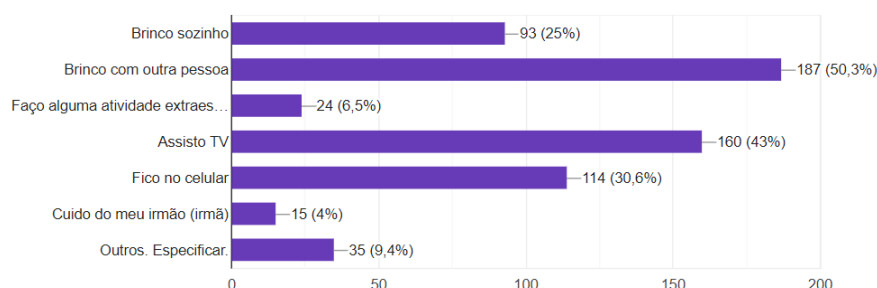
19.1- Como gostaria que o espaço fosse.



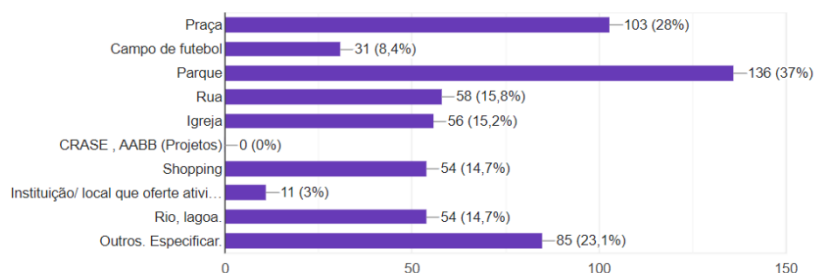
20- Quando não está na escola, onde você fica a maior parte do tempo?



21- O que você faz nesses lugares?



22- Existe outro lugar próximo a sua casa onde você pode brincar e aprender? Que lugar é esse?



23- O que você gostaria que melhorasse na nossa cidade?

Parquinhos	
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os parquinhos, porque o balanço e o escorrega estão sempre quebrados 	<ul style="list-style-type: none"> Parque com montanha russa e roda gigante.
<ul style="list-style-type: none"> Parques infantis nos bairros. 	<ul style="list-style-type: none"> Parque de dinossauros.
<ul style="list-style-type: none"> Mais brinquedos nos parquinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Parque inflável em um pátio grande, sempre.
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a Lagoa 	<ul style="list-style-type: none"> Um parque que não precisa pagar para brincar e se divertir.
<ul style="list-style-type: none"> Cuidado com os parquinhos – não estragar os brinquedos. 	<ul style="list-style-type: none"> Parquinho de diversão que não vai embora.
<ul style="list-style-type: none"> Mais parques com brinquedos de girar. 	<ul style="list-style-type: none"> Parque aquático e pista de carro para crianças.
<ul style="list-style-type: none"> Montanha com dinossauro. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o parquinho no Arapuá
<ul style="list-style-type: none"> Mais brinquedos no parquinho na Lagoa 	<ul style="list-style-type: none"> Um robô na praça



Piscinas

- Mais piscinas

- Mansão com piscina e pula - pula; rancho com jet ski, muitas lanchas e churrasqueira, colchões, geladeira com frutas, com Pepsi limão e salgadinhos.

Diversos		
<ul style="list-style-type: none"> Mais flores e árvores. 	<ul style="list-style-type: none"> Mais lugar para jogar bola 	<ul style="list-style-type: none"> Sorveteria para todos
<ul style="list-style-type: none"> MC DONALD'S 	<ul style="list-style-type: none"> A calçada e o mercado 	<ul style="list-style-type: none"> Academia perto de casa
<ul style="list-style-type: none"> Zoológico 	<ul style="list-style-type: none"> Cinema 	<ul style="list-style-type: none"> Carreta da alegria
<ul style="list-style-type: none"> Casas bonitas para todos 	<ul style="list-style-type: none"> Que tivesse mais prédios porque são bonitos 	<ul style="list-style-type: none"> Mais Escolas
<ul style="list-style-type: none"> Que tivesse sorveteria perto de casa 	<ul style="list-style-type: none"> Policimento nas ruas 	<ul style="list-style-type: none"> Mais Igrejas
<ul style="list-style-type: none"> Asfalto nas ruas 	<ul style="list-style-type: none"> Campo de Futebol 	<ul style="list-style-type: none"> Eu queria muito brinquedos para eu brincar
<ul style="list-style-type: none"> Que a criança pudesse governar a cidade. Os adultos fizessem tudo que quiséssemos. 	<ul style="list-style-type: none"> Que as escolas deem pizza todos os dias 	<ul style="list-style-type: none"> A estrada, porque a estrada é ruim, o ônibus fica falhando.
<ul style="list-style-type: none"> Eu trocava todos postes de luz 	<ul style="list-style-type: none"> Ônibus para ir para escola 	<ul style="list-style-type: none"> Que as pessoas fossem mais educadas.
<ul style="list-style-type: none"> Mais árvores e queria que melhorasse o preço das coisas. 	<ul style="list-style-type: none"> Que os animais de rua tivessem casa 	<ul style="list-style-type: none"> Eu queria que tudo fosse de graça
<ul style="list-style-type: none"> Que não tivesse ladrão 	<ul style="list-style-type: none"> Que os animais de rua tivessem casa 	<ul style="list-style-type: none"> Bastante comida

5. EIXOS PRIORITÁRIOS: PLANEJAMENTO DE METAS/AÇÕES

A partir da Constituição de 1988 foram promulgadas Leis específicas relacionadas aos direitos das crianças, merecendo destaque: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) e o Plano Municipal de Educação (PME, 2015). Das ideias que emergem dos documentos legais, o que se efetiva na prática impacta em qualidade a vida das crianças HOJE? Como bem referenda a poeta Gabriela Mistral (<https://blogs.utopia.org.br/poesialatina/seu-nome-e-hoje-gabriela-mistral>)



Somos culpados de muitos erros e falhas, porém nosso pior crime é abandonar as crianças, negando-lhes a fonte da vida. Muitas das coisas de que necessitamos podem esperar. A criança não pode. Agora é o momento em que seus ossos estão se formando, seu sangue é produzido, e seus sentidos estão se desenvolvendo. A ela não podemos responder “amanhã”. Seu nome é hoje.

Nota-se que a partir da elaboração de Políticas Públicas, bem como de muitas contribuições de estudiosos nos espaços de discussões nos diversos setores que atuam com a Primeira Infância, as crianças já são reconhecidas como “sujeitos de direitos”. Isso demonstra que as intervenções com responsabilidade e respeito às especificidades das crianças ajudam a reduzir as disparidades sociais e econômicas que dividem a sociedade e contribuem para incluir aqueles que tradicionalmente são excluídos.

As ações que aqui se desenharam nasceram e foram se construindo por meio do sonho de um grupo que, por muitas vezes, mostrou-se diferente em seus

pensamentos, mas unido pelo propósito de elaborar propostas possíveis de se efetivarem e capazes de promover impactos positivos na vida e na história dos que nos são mais caros, nossas crianças.

É com este pensamento que todos envolvidos estão imbuídos na entrega deste Plano, ao mesmo tempo em que fazemos um convite ao engajamento da população e demais órgãos e setores para que as ideias, ainda no papel, ganhem sentido, visibilidade e espaço de implementação.

Seguindo os princípios, já citados neste documento, para o atendimento na primeira infância, tendo como foco a prioridade absoluta da criança na promoção e proteção dos seus direitos, entendemos que as metas e ações propostas nos eixos do PMPI/TL só serão alcançadas por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do poder público, das famílias e das organizações da sociedade civil. Portanto, as propostas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais que devem assumir uma postura responsiva na garantia de que se efetivem. É a articulação dos trabalhos de cada um que fará a diferença na vida das crianças.

Assim, o material analisado, por meio dos instrumentos de escuta, foi organizado por setores/áreas, incluindo as recomendações estratégicas do Plano Nacional pela Primeira Infância e direcionados às respectivas secretarias com a finalidade de elaborarem suas propostas.

Para uma maior compreensão de como os eixos e as respectivas temáticas convergem, segue abaixo uma imagem ilustrativa.





A CRIANÇA E A EDUCAÇÃO

PLANO DE METAS/AÇÕES			
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Ampliar, conforme demanda manifesta 50% do número de vagas, em tempo integral, nos Centros de Educação Infantil.	Construção de novos Centros de Educação Infantil conforme dados levantados no relatório de demanda manifesta realizado anualmente pela Secretaria.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Secretaria de Infraestrutura.	Durante a vigência do Plano
Garantir que 100% dos Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal até o final da vigência do Plano Municipal pela Primeira estejam alocados em imóveis próprios.	Construção para substituição dos prédios locados de novos Centros de Educação Infantil.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Finanças	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Garantir a continuidade da Política de Formação para 100% dos profissionais que atuam na Primeira Infância.	Assegurar a formação continuada dos profissionais que atuam na primeira infância nas várias modalidades de cursos.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Durante a vigência do plano

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Instituir, a cada dois anos, a Avaliação Municipal da Qualidade da Oferta da Educação na primeira infância.	Realizar avaliação em parceria com instituições públicas, fundações, IES e outros, a ser aplicada bianualmente nas instituições que ofertam Educação que ofertam educação na primeira infância.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Conselho Municipal de Educação.	Curto Prazo - Até 2 anos
Ampliar para 100% das unidades educacionais, ações para fortalecimento de vínculo entre as famílias e as instituições que ofertam educação na primeira infância no município de Três Lagoas.	Ampliação das ações de fortalecimento de vínculos entre as famílias e as instituições de ensino que ofertam a Educação na primeira infância (FFE).	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura e outras.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Dotar, em até 40%, as unidades de ensino que ofertam educação na primeira infância, com psicólogos.	Contratação de psicólogos para as unidades que atendem o público da primeira infância.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Administração e outras.	Curto Prazo - Até 2 anos
Garantir em 100% a adequação de recursos pedagógicos nas unidades de ensino que ofertam a educação para a primeira infância.	Adequação de mobiliário e recursos didáticos e pedagógicos para a primeira infância.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Planejamento e Finanças e outras.	Curto Prazo - Até 2 anos
Garantir em 100% o monitoramento, com câmeras, de todas unidades que ofertam a educação infantil no município de Três Lagoas.	Aprimorar o sistema de monitoramento das unidades que ofertam a Educação Infantil, com instalação de sistema de Câmeras e instalação nas unidades que ainda não possuem.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Secretaria Municipal de Administração e Secretaria de Planejamento e Finanças e outras.	Curto Prazo - Até 2 anos

META/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
<p>Institucionalizar câmeras no interior de 100% dos espaços das unidades de ensino que ofertam educação para a primeira infância.</p>	<p>Instalação de sistema integrado de câmeras nas unidades de ensino que atendem a primeira infância.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Planejamento e Finanças e outras.</p>	<p>Médio Prazo - 3 a 6 anos</p>
<p>Assegurar em 100%, climatização nas unidades de ensino que ofertam a primeira infância.</p>	<p>Adequação da rede elétrica e aquisição de climatizadores para as unidades de ensino que ofertam a educação na primeira infância, como forma de garantir maior qualidade de vida e condições de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, Secretaria de Planejamento e Finanças e outras.</p>	<p>Curto Prazo - Até 2 anos</p>
<p>Dotar em 100% com parques infantis, as unidades de ensino que ofertam educação para a primeira infância.</p>	<p>Instalar nas unidades de ensino, respeitando o critério de equidade, parques infantis nas unidades que ofertam educação para a primeira infância objetivando o desenvolvimento integral das crianças.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Três Lagoas / Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, Secretaria de Planejamento e Finanças e outras.</p>	<p>Curto Prazo - Até 2 anos</p>

A CRIANÇA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO DE METAS/AÇÕES - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Ampliar a cobertura das unidades da Rede Socioassistencial.	Aprimorar a rede socioassistencial para garantir a todas as gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade social acesso aos serviços de proteção social, incluindo o fortalecimento de vínculos e o apoio à parentalidade de alta qualidade.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Expandir a rede de serviços sociassistenciais.	Criar e ou ampliar a rede de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Assegurar o cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Crianças com Deficiência.	Realizar planejamento e assegurar serviços e ações nos instrumentos de gestão: PPA, PMAS e LDO dentre outros.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Realizar o acompanhamento das famílias com crianças de 0-06 anos inseridas no CadÚnico, priorizando as famílias do Programa Bolsa Família e BPC e em especial aquelas famílias que não conseguem cumprir as condicionalidades.	Ampliar a cobertura das unidades da Rede Socioassistencial/CRAS fortalecendo parcerias com outras políticas públicas, para que superem as situações de vulnerabilidades e ou violações de direitos.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Fortalecer a integração, a intersectorialidade e a complementaridade dos serviços, programas e benefícios da Assistência Social.	Promover capacitações, oficinas, seminários, entre outros serviços, Rede socioassistencial e outras políticas públicas: conselhos setoriais, conselhos de direitos e poder judiciário.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Aperfeiçoar os mecanismos de integração do SUAS com demais atores do Sistema de Garantia de Direitos municipal.	Promover espaços de estudos, planejamento, diálogo, monitoramento e avaliação dos serviços executados.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Fomentar o monitoramento e a avaliação dos serviços de acolhimento, de modo a superar os motivos que levaram a institucionalização.	Instituir mecanismos de coleta de dados (sistema para gerar indicadores).	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Ofertar o acompanhamento sistemático pela rede socioassistencial às famílias com crianças em serviços de acolhimento para uma possível reintegração familiar.	Assegurar a execução dos serviços através das unidades de atendimento e potencializar e/ou ampliar os demais serviços ofertados pela REDE Socioassistencial.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Ampliar a cobertura de ações socioassistenciais e prevenir todas as situações de violação de direitos.	Ampliar o número de atendimentos nos serviços socioassistenciais, principalmente aqueles voltados ao enfrentamento de situações de negligência e violência contra crianças e adolescentes.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Criar um mecanismo para mapear todas as crianças até seis anos inseridas nos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial, a fim de criar	Proposição de um sistema de informação integrado do poder público intersectorial.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos

indicadores para otimizar e melhorar o planejamento.			
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Capacitar os servidores que atendem/acompanham e/ou trabalham com o público da primeira infância.	Realizar cursos e capacitações para os servidores e REDE Socioassistencial sobre serviços, direitos e canais de atendimento à primeira infância.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Fomentar serviços de acolhimento familiar de modo a evitar a institucionalização de crianças na primeira infância.	Ampliar o número de famílias inscritas no serviço de acolhimento em família acolhedora.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Criar espaços para acolhimento institucional para atender determinadas faixas etárias e/ou especificidades.	Garantir que o Serviço de Acolhimento Institucional na primeira infância seja saudável e seguro para que possamos evitar ao máximo situações de violações de direitos no ambiente institucional.	Prefeitura Municipal de Três Lagoas. Diretoria de Gestão, Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Médio Prazo - 3 a 6 anos

A CRIANÇA E O PLANEJAMENTO

(TRANSPORTE E TRÂNSITO, ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E MEIO AMBIENTE)

PLANO DE METAS/AÇÕES

Considerando que a Secretaria de Governo não é uma secretaria finalística, as metas e ações consistirão em ofertar o meio de suporte para que as políticas públicas cumpram suas funções, seja na edição de normas municipais, no monitoramento da execução das metas, captação de recursos e, ainda, por meio do sistema de planejamento urbano, exigindo o cumprimento das normas pelo setor privado no momento da expedição da Guia de Diretrizes Urbanísticas - GDU, que precede a emissão de alvará e demais licenças para atividades de médio e alto risco.

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Controle de Ruído (crianças especiais com hipersensibilidade).	Aprimoramento da legislação municipal de controle de ruídos tanto para áreas públicas, eventos públicos, quanto para funcionamento de empreendimentos geradores de ruído, sendo que os mais impactantes não devem ficar em áreas residenciais, próximos a escolas, centros de educação infantil e serviços públicos voltados ao público infantil. Leis a serem aprimoradas: Código de Posturas e Lei de Uso e Ocupação do Solo.	Elaboração de normas: Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico. Execução: Comitê de Uso e Ocupação do Solo, todas secretarias (quanto a eventos) e Fiscalização de Posturas.	Curto Prazo - Até 2 anos

**PLANO MUNICIPAL
PELA PRIMEIRA INFÂNCIA**

**COMITÊ GESTOR
INTERSETORIAL**

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Parques, lazer e esporte na cidade - áreas públicas e em empreendimentos residenciais fechados.	Previsão nas normas urbanísticas - Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Código de Obras de qual a qualificação mínima necessária para áreas de lazer, devendo contemplar parque infantil e esporte com adequações para público infantil da primeira infância.	Elaboração das Normas: Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico. / Execução: Comitê de Uso e Ocupação do Solo e Departamento de Fiscalização de Obras no momento da aprovação de loteamentos e empreendimentos residenciais fechados.	Curto Prazo - Até 2 anos
Mobilidade e acessibilidade pensados para crianças e para as pessoas com condições especiais.	Elaboração do Plano de Mobilidade e Plano de Rotas Acessíveis contemplando primeira infância.	Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico.	Curto Prazo - Até 2 anos
Arborização (conforto térmico).	Previsão nas normas urbanísticas - Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Código de Obras de que as áreas verdes não urbanizadas, bem como os parques, praças e locais para prática esportiva devem ser arborizados com arborização de médio e grande porte que propicie melhoria ambiental, conforto térmico, sombreamento para os locais de permanência de crianças e melhoria da qualidade de vida da população como um todo.	Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico.	Curto Prazo - Até 2 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Segurança das áreas públicas voltadas para o público infantil.	Previsão nas normas urbanísticas - Plano Diretor e Lei de Parcelamento do Solo de que as áreas verdes e áreas institucionais dos loteamentos deverão ser locadas em ruas locais, ou seja, aquelas ruas em que o trânsito é mais lento, possuem menor fluxo de veículos e com proibição de tráfego de caminhões de grande porte, de forma que no momento de locar praças, equipamentos esportivos, CEIs, o Município possua áreas nessas condições de segurança de trânsito.	Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico.	Curto Prazo - Até 2 anos
Critérios de distribuição das praças e equipamentos de lazer (distância máxima).	Previsão nas normas urbanísticas - Plano Diretor e Lei de Parcelamento do Solo, da distância máxima que devem haver entre áreas verdes, de forma a não ocorrer o deslocamento excessivo para crianças para acessar tais locais.	Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico.	Curto Prazo - Até 2 anos
Medidas compensatórias voltadas ao público infantil (como fonte de recurso).	Previsão nas normas urbanísticas - Plano Diretor, de que as compensações urbanísticas devidas em virtude da construção de novos empreendimentos possam ser convertidas em construção e adequação de equipamentos públicos voltados ao público de crianças da primeira infância.	Diretoria de Planejamento e Controle Urbanístico.	Curto Prazo - Até 2 anos

PLANO DE METAS/AÇÕES - TRANSPORTE E TRÂNSITO			
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Guarda de trânsito na frente das escolas	Ampliar EM 100% o número de agentes de trânsito para melhorar a segurança viária nos horários de pico próximo às unidades escolares (CEIs, Escolas), sendo hoje cerca de 70 unidades e apenas 16 agentes.	Diretoria de transporte e trânsito	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Transporte Público (rotas não atendidas em bairros periferia)	Levar mais opções de pontos de embarque e desembarque do transporte público em bairros periféricos da cidade, aumentando as linhas do transporte urbano.	Diretoria de transporte e trânsito / Projetos e Sistemas Viários	Curto Prazo - Até 2 anos
Implantação de ponto de ônibus com cobertura em calçadas com mais de 2 metros	Para minimizar o desgaste do sol na espera dos usuários que utilizam o transporte coletivo urbano, serão instalados pontos cobertos cujas calçadas tenham mais de 2 metros de largura. Sendo que hoje temos 40 pontos cobertos, com perspectiva de 100 pontos cobertos, aumento de 150%.	Diretoria de transporte e trânsito / Projetos e Sistemas Viários	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Criação de dois pontos de integração para o transporte público urbano (próximo a AEMS e cemitério)	Criar dois pequenos terminais de integração, fazendo uma linha tronco indo do centro a esses terminais e de lá a distribuição para os bairros adjacentes	Diretoria de transporte e trânsito / Projetos e Sistemas Viários	Longo Prazo - 7 a 10 anos
Educação para o Trânsito - Escola de Trânsito	Reaver a sede da Cidade Mirim; reformar a sede da escola de trânsito para readequar ao atendimento de palestras, reuniões etc.; voltar o atendimento na Cidade Mirim; aquisição de 20 novos veículos (10 bicicletas, 10 veículos elétricos) para a utilização na mini pista além da manutenção dos já existentes; cobertura da pista.	Diretoria de transporte e trânsito	Curto Prazo - Até 2 anos

Educação para o Trânsito - Geral	Participar de uma reunião de pais e responsáveis em todas as unidades dos CEIs (sendo preferencialmente a primeira do ano letivo); Atender internamente 1 vez ao ano todos os CEIs com atividades específicas de trânsito voltada ao público infantil; Ampliar para 2 vezes na semana o número de abordagens de orientações aos responsáveis nos horários de entrada e saída das unidades escolares (atualmente é realizada essa atividade, 2 vezes ao ano, no primeiro mês pós volta das férias na Campanha volta às aulas). Disponibilizar mensalmente publicações em meio digital sobre segurança viária voltada à primeira infância.	Diretoria de transporte e trânsito	Curto Prazo - Até 2 anos
----------------------------------	--	------------------------------------	--------------------------

PLANO DE METAS/AÇÕES - ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Ampliação do sistema de monitoramento com câmeras em todas unidades que ofertam a educação infantil no município de Três Lagoas.	Contratação de empresa especializada em sistema de monitoramento por câmeras e alarmes.	Secretaria Municipal de Administração de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos
Melhoria do sistema de monitoramento por câmeras das ruas do Município de Três Lagoas.	Contratação de empresa especializada em sistema de monitoramento por câmeras. O contrato prevê a instalação de 210 câmeras de monitoramento distribuídos em 65 pontos da cidade, com o objetivo de prevenção em segurança pública. Observando que a central de monitoramento será feito pela Polícia Militar com acesso liberado também para a Polícia Civil.	Secretaria Municipal de Administração de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Manutenção dos parquinhos e academias ao ar livre.	Reforçar a implantação e manutenção dos parquinhos e academias ao ar livre do município de Três Lagoas.	Secretaria Municipal de Administração de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos
Manutenção predial.	Contratação de empresa especializada em manutenção predial para atender a demanda de todas as Secretarias da Prefeitura de Três Lagoas inclusive todos os prédios da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Secretaria Municipal de Administração de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos
Climatização das unidades de ensino	Assegurar a climatização nas unidades de ensino que ofertam a primeira infância, garantindo maior qualidade de vida e condições de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.	Secretaria Municipal de Administração de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos

PLANO DE METAS/AÇÕES - MEIO AMBIENTE

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Ampliar o projeto "escola mais verde"	Plantio de árvores e revitalização das áreas verdes nas escolas.	Diretoria de Meio Ambiente	Curto Prazo - Até 2 anos
Intensificar as ações de educação ambiental	Desenvolver outras atividades relacionadas ao meio ambiente nas escolas como gincanas, teatros, trilhas ecológicas e visitas técnicas.	Diretoria de Meio Ambiente	Curto Prazo - Até 2 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Implantação de hortas nas escolas	Proporcionar aos alunos o contato com a natureza através da implantação de hortas.	Departamento de Agronegócio	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Adoção de práticas sustentáveis	Conscientizar a comunidade escolar quanto à preservação ambiental e os recursos naturais.	Diretoria de Meio Ambiente	Curto Prazo - Até 2 anos
Implantação de muros ecológicos	Estender a coleta seletiva às escolas de uma forma lúdica conscientizando a comunidade escolar sobre a importância de separar os resíduos.	Diretoria de Meio Ambiente	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Parceria com instituições acadêmicas	Capacitar os acadêmicos para serem multiplicadores de ações ambientais.	Diretoria de Meio Ambiente	Curto Prazo - Até 2 anos

PROTEÇÃO DA CRIANÇA

PLANO DE METAS/AÇÕES - ESCUTA ESPECIALIZADA

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Implementar a Escuta Especializada no município.	Implementar a realização dos serviços de escuta especializada à criança de modo a assegurar ações integradas entre os setores.	Secretaria Geral/ Prefeitura de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos

PLANO DE METAS/AÇÕES - INTERSETORIALIDADE

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Capacitar Servidores Públicos em Cumprimento ao Parágrafo 5º do Artigo 19-A do ECA.	Capacitar o maior número possível de servidores públicos, principalmente das áreas de saúde e assistência social sobre a importância do sigilo durante o processo de adoção de crianças, afim de evitar constrangimento e sofrimento emocional das famílias que tomam a difícil decisão de entregar seu filho para adoção. Monitorar o trabalho da administração pública nessa área.	Secretaria Geral/ Prefeitura de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Garantir a Intersetorialidade.	Organizar reuniões intersetoriais afim de alinhar com maior agilidade propostas, ações e decisões que precisam de atenção com relação à Proteção das crianças.	Secretaria Geral/ Prefeitura de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos
Propor a Intersetorialidade com Instuições de Ensino público e privada.	Solicitar a implantação de residência em Pediatria e a ampliação de vagas para Medicina, focando nas especialidades: Psicologia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia.	Secretaria Geral/ Prefeitura de Três Lagoas	Curto Prazo - Até 2 anos

A CRIANÇA E A SAÚDE

PLANO DE METAS/AÇÕES - SAÚDE			
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Contratação de especialidades infantis para redução de fila de espera.	Contratar serviço de fonoaudiologia na modalidade de telemedicina.	Diretoria de Assistência à saúde.	Curto Prazo - Até 2 anos
	Contratar serviço médico especializado em neurologia pediátrico na modalidade de telemedicina.	Diretoria de Assistência à saúde.	Curto Prazo - Até 2 anos

**PLANO MUNICIPAL
PELA PRIMEIRA INFÂNCIA**

**COMITÊ GESTOR
INTERSETORIAL**

	Contratar serviço médico especializado em alergologia e imunologia para atender especificadamente a demanda pediátrica.	Diretoria de Assistência à saúde.	Curto Prazo - Até 2 anos
	Ampliar serviço de oftalmologia - Centro avançado de oftalmologia e incluir atendimento diferenciado para as crianças.	Diretoria de Assistência à saúde.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Ampliação de acesso às portas de entrada ub's e upa 24 horas.	Fortalecer a escala de médicos pediatras na UPA 24 horas, através de contratação de médicos pediatras, a fim de atender as demandas espontâneas de urgência e emergência.	Diretoria de Assistência à saúde.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
	Manter Profissionais médicos pediatras em pontos estratégicos em 5 unidades básicas de Saúde, com apoio do profissional médico da Saúde da Família com objetivo de fortalecimento da assistência as crianças.	Diretoria Atenção básica.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Fortalecimento de equipes multiprofissionais.	Implantar equipes multiprofissionais (e-Multi) com objetivo de fortalecer os serviços ofertados pela Atenção Primária na 1º infância.	Diretoria Atenção Primária	Curto Prazo - Até 2 anos
	Instituir Equipes de avaliação e testagem neuropsicológica a fim de fortalecer o diagnóstico de Transtornos do Neurodesenvolvimento na primeira infância.	Diretoria de Assistência à saúde.	Curto Prazo - Até 2 anos
Adequação de estrutura física e logística.	Estruturar a Clínica da Mulher para adequação de estrutura física, recursos humanos (pediatra) e equipamentos da Linha de Cuidado Materno Infantil, para atender o binômio pós parto (mamãe e bebê).	Diretoria de Assistência à saúde.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
	Ampliar a estrutura física da Clínica da Criança para proporcionar melhor ambiência e ampliar acesso de atendimento multiprofissional.	Diretoria de Assistência à saúde.	Médio Prazo - 3 a 6 anos

	Estruturar as unidades de saúde proporcionando ambiência adequada para atendimento às crianças, instalação de fraldários e ambientes de amamentação.	Diretoria de Assistência à saúde, Diretoria de Atenção Primária.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Aprimoramento dos processos de trabalho.	Instituir protocolo e descrever a Linha de Cuidado Materno Infantil a fim de fortalecer o atendimento às Gestantes e aos RN's.	Diretoria de Assistência à saúde, Diretoria de Atenção Primária e NEPS.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Vacina.	Estender e padronizar os horários das salas de vacinas das Unidades Básicas de Saúde para no mínimo até as 17h30.	Diretoria Atenção básica.	Curto Prazo - Até 2 anos
Vacina.	Aumentar o número de vacinação por meio de ações fora da unidade de saúde e unidades móveis incluindo zona rural.	Diretoria Atenção básica/Vigilância em Saúde.	Curto Prazo - Até 2 anos
Estruturação e Logística	Ampliar e adequar a estrutura física/equipamentos do Centro Especializado em Reabilitação CERII para atendimentos aos pacientes com transtornos em neurodesenvolvimento.	Diretoria de Relações Institucionais.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Parto e Pré-Natal.	Apoiar e incentivar o parto normal ou natural e o aleitamento materno com segurança, por meio de capacitação das equipes frente à assistência ao Pré-Natal, parto e pós parto, evitando cesáreas desnecessárias e desmames precoce.	Maternidade e Atenção Primária e Pré-Natal de Alto Risco.	Médio Prazo - 3 a 6 anos

Parto e Pré-Natal.	Fortalecer os cuidados com o binômio mãe-bebê dentro das maternidades por meio de capacitações das equipes, visando incentivar os pais a manterem os cuidados em casa, com o objetivo de prevenir complicações para o recém-nascido."	Maternidade e Atenção Primária e Pré-Natal de Alto Risco.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Parto e Pré-Natal.	Fortalecer as orientações alusivas ao tema Violência Obstétrica, na Atenção Primária e maternidade por meio dos cursos de gestantes e capacitação das equipes.	Maternidade e Atenção Primária e Pré-Natal de Alto Risco.	Curto Prazo - Até 2 anos
Parto e Pré-Natal.	Fortalecer os cuidados na gestação de alto-risco e pós parto por meio de habilitação e implantação dos leitos GAR e capacitação das equipes na maternidade do Hospital referência.	Maternidade e SMS/SES.	Curto Prazo - Até 2 anos
Assistência Neonatal.	Habilitar e implantar leitos de U.T.I Neonatais intermediários com objetivo de redução de mortalidade infantil.	Maternidade/SMS/SES.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Aleitamento materno e alimentação infantil.	Implantar um banco de leite humano.	HNSA/SMS/SES.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Aleitamento materno e alimentação infantil.	Instituir com as equipes de nutrição e multidisciplinares apoio a introdução de alimentação complementar a partir do 6º mês na rede de atenção primária.	Atenção Primária.	Médio Prazo - 3 a 6 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Vigilância à saúde pela equipe de Atenção Básica.	Implantar apoio ao desenvolvimento da criança na primeira infância por meio de visitas domiciliares pela equipe da Atenção Primária, incluindo as equipes e-Multi.	Atenção Primária.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Vigilância à saúde pela equipe de Atenção Básica.	Incluir as equipes e-Multi nas capacitações relacionadas ao sobrepeso, doenças crônicas e maus tratos às crianças, ofertar cursos e orientações ao tema às equipes da rede de saúde.	Atenção Primária/ NEPS.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Ações pela saúde bucal.	Manter à população infantil o acesso às informações sobre cuidados pessoais e hábitos de higiene bucal, nas unidades escolares (públicas e privadas) contidos na Programação Municipal, ações de odontoeducação conforme Ministério da Saúde integrado às ações de promoção da saúde.	Atenção Primária.	curto Prazo - Até 2 anos
Ações pela saúde bucal.	Implantação do Projeto ART (Tratamento Restaurador Atraumático), em parceria com a Secretaria de Educação.	Atenção Primária/SEMEC.	curto Prazo - Até 2 anos
Atenção à saúde mental	Fomentar recursos Federais por meio de emendas parlamentares e Programas de Construções de Unidades de Saúde a Construção de um CAPS, para o município de Três Lagoas.	Assistência Especializada.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Atenção à saúde mental.	Instituir Terapias em grupo para mães e pacientes de autistas (Terapia de habilidades sociais - individuais e em grupo).	Assistência Especializada	Médio Prazo - 3 a 6 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Atenção à saúde mental.	Cadastrar proposta via SAIPS (Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde), afim de pleito de recursos para disponibilizar a realização de diagnóstico dos quadros de sofrimento psíquico e de deficiências dos transtornos em desenvolvimento para a construção de estratégias de cuidado e atenção qualificada.	Assistência à Saúde.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Atenção à gravidez na adolescência.	Fortalecer as campanhas de esclarecimento sobre a gravidez na adolescência, utilizando meios de comunicação local, materiais alusivos.	Assistência à Saúde e Atenção Primária.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Recomendação/Puericultura.	Orientar e sensibilizar os pais e responsáveis por crianças sobre a prevenção de acidentes desde o Pré-Natal, empregando, para isso, diversos meios, como campanhas, mídia local, rede de saúde, nos estabelecimentos de educação infantil e nas escolas.	Atenção Primária/NEPS/Secretaria de Educação.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Recomendação/Prevenção.	Realizar campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a importância da prevenção de acidentes para uma infância saudável, focando nas particularidades do desenvolvimento físico e psicológico infantil, em que a criança é mais suscetível de sofrer lesão não intencional.	Atenção Primária e Secretaria de Educação	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Recomendação/Prevenção.	Capacitar equipes atuantes nas notificações de internação por causa externa de crianças de zero a seis anos, para que possam ser identificadas as principais causas dessa morbidade e de seus agentes causadores, servindo de base para a tomada de decisões em políticas públicas.	Vigilância Epidemiológica	Médio Prazo - 3 a 6 anos

METAS/AÇÕES	DESCRIÇÃO	SETOR/DIRETORIA	PRAZO
Recomendação/Prevenção.	Promover cursos de suporte básico de vida para profissionais (de creches, escolas, CRAS etc.) e familiares, para que estejam aptos a prover o cuidado adequado em casos de acidentes até que a criança seja atendida no serviço de saúde adequado, como determina a Lei nº 13.722/2018 (11).	Atenção Primária, Assistência Especializada à Saúde e Secretaria de Educação.	Médio Prazo - 3 a 6 anos
Recomendação/Prevenção.	Criar e manter brinquedotecas que atendam aos parâmetros de acessibilidade nos hospitais e espaços de saúde, em conformidade com a Lei nº 11.104, de 2005, sob a coordenação de profissionais qualificados	Atenção Primária, Assistência Especializada à Saúde e Secretaria de Educação.	Médio Prazo - 3 a 6 anos

6. OBSERVATÓRIO: ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANO

Diante dos compromissos firmados pelo município, os quais preconizam a garantia de direitos das crianças como prioridade absoluta, é imprescindível planejar, gerir, implantar, acompanhar, avaliar, monitorar e atualizar as metas e ações idealizadas pelos intersetores responsáveis pelo desenvolvimento de cada proposta. Portanto, para manter o foco nas metas e ações estratégicas, priorizamos, em curto, médio e longo prazo, cada tema proposto, a fim de fortalecer este compromisso e os projetos idealizados.

É de extrema importância que ocorram revisões dos processos de articulação, gestão e acompanhamento das ações, metas e indicadores de resultados pertinentes as políticas do PMPI/TL e que procedam a cada dois anos, por meio de encontros com a Comissão, objetivando coleta, estudos e análises dos dados que resultarão na composição de relatórios, proporcionando a revisão, correção e ajustes que se percebam indispensáveis pela garantia de maior efetividade das propostas.

Neste contexto, ressalta-se a necessidade das avaliações e monitoramento, com envolvimento das instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

Este enfoque em Acompanhamento, Avaliação, Monitoramento e Transparência será compartilhado, por link na página da Prefeitura, pelo Observatório da Primeira Infância, um espaço dedicado à divulgação de dados e resultados, fomentando o conhecimento e o debate público sobre as políticas para a primeira infância. O link está disponível no site da prefeitura de Três Lagoas/MS (<https://www.treslagoas.ms.gov.br/secretariasmunicipais/gabinete/pmpi/>).



O Direito das Crianças

Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.

Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar...
Mas criança também tem
O direito de sorrir.
Correr na beira do mar,
Ter lápis de colorir...

Ver uma estrela cadente,
Filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente,

Ouvir histórias do avô...
...Ter tempo pra fazer nada,
Ter quem penteie os cabelos,
Ficar um tempo calada...
Falar pelos cotovelos.

E quando a noite chegar,
Um bom banho, bem quentinha,
Sensação de bem-estar...

Uma caminha macia,
Uma canção de ninar,
Uma história bem bonita,
Então, dormir e sonhar...

Embora eu não seja rei,
Decreto, neste país,
Que toda, toda criança
Tem direito a ser feliz!!!

Ruth Rocha

